



Família é sagrada, diz Lula sobre ‘saidinha’

O presidente Lula (PT) afirmou que “família é coisa sagrada” ao defender veto parcial do projeto que extingue saídas temporárias de presos do regime semi-aberto para visitar familiares. Decisão ainda será analisada pelo Parlamento. “Se o Congresso derrubar [o veto], é problema do Congresso. Posso lamentar, mas tenho que acatar”, disse o petista. **Cotidiano B1**

Raposo ampliada prevê pedágio urbano em SP
Plano para alargar trecho da rodovia Raposo Tavares prevê pedágio na capital e desapropriação de casas. Governo estadual diz que proposta foi debatida. **B3**

Gol envia cão para aeroporto errado, e animal morre
Cotidiano B2

Porsche estava a 156 km/h antes de bater, aponta laudo
Cotidiano B2

Ilustrada C1
Mania de você

Mel Lisboa volta a encarnar Rita Lee no teatro e diz que queria ser a roqueira

Esporte B7
Influenciadores são aposta do COB para furar bolha nas Olimpíadas

Mercado p.5
Veja regras e linhas de crédito para financiar a compra da sua casa própria



Giovanna Stael/Folhapress

PESCA PROTEGIDA DE CARANGUEJO PRESERVA MANGUES
Rogério Souza em manguezal de reserva extrativista em Bragança (PA); unidades de conservação, onde vivem comunidades tradicionais, mantêm ecossistemas no Norte **Ambiente B5**



Reprodução

CHOQUE DE HELICÓPTEROS MILITARES DEIXA DEZ MORTOS NA MALÁSIA
Momento da colisão das aeronaves, que ensaiavam para desfile no sábado, em Lumut; todos os tripulantes morreram **Mundo A12**

SP chega a R\$ 7,3 bi em plano para reaver ICMS

Valor renegociado supera previsão do governo Tarcísio de Freitas; próximo programa deve incluir IPVA atrasado

O programa de recuperação de dívidas de ICMS do Governo de São Paulo chegou à marca de R\$ 7,3 bilhões em acordos, superando a previsão inicial da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), de R\$ 4,4 bilhões. As empresas podem aderir à renegociação até a semana que vem. O programa prevê desconto em juros de mora, com quitação em até 120 meses. Até agora, 5.237 acordos foram fechados, a maioria para pagamento em até cinco anos. Balanço da recuperação de dívidas mostra que já entraram nos cofres do estado R\$ 413 milhões. Projeta-se um valor total de R\$ 1,4 bilhão no ano, o dobro da meta anunciada pelo governo.

Segundo a procuradora-geral do estado, Inês Maria dos Santos Coimbra, o órgão trabalha em duas novas frentes de negociação. Uma de pequenas dívidas, centrada no IPVA. “Há muita gente que depende do veículo para trabalhar e que tem dificuldade para gerar renda em razão desses débitos”, diz. Outra visa empresas em recuperação judicial. Na esfera federal, a arrecadação de março alcançou R\$ 190,6 bilhões, alta real de 7,22% em relação ao mesmo mês de 2023. O desempenho é recorde para março, mas mostra que o crescimento das receitas desacelerou em relação a fevereiro, quando a expansão foi de 12,27%. **Mercado p.1**

Câmara aprova benefício a setor de eventos ao custo de R\$ 15 bi

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto sobre o Perse (programa com benefícios fiscais para o setor de eventos), estendendo-o até 2026, com limite de renúncia de R\$ 15 bilhões.

O Ministério da Fazenda incluiu no texto cláusula que encerra a iniciativa ao atingir teto. Foram contempladas 30 atividades econômicas. A proposta será avaliada pelo Senado. **Mercado p.4**

Presidente indica que não antecipará substituto no BC

O presidente Lula (PT) disse que conviveu por um ano e quatro meses com Roberto Campos Neto e, portanto, “não tem problema viver mais seis”, em sinalização de que não antecipará a indicação do substituto do chefe do BC. Campos Neto deixa o cargo no fim do ano. **Mercado p.6**

Invasão a sistema do governo teve R\$ 3,5 mi em Pix

Os criminosos que invadiram o sistema de pagamento do governo federal fizeram três Pix, para três bancos, de R\$ 3,5 milhões ao todo, de recursos do Ministério da Gestão. Desse, R\$ 2 milhões foram recuperados. No total, o grupo tentou movimentar R\$ 9 milhões. **Mercado p.10**

Vinicius Torres Freire

O problema do crédito para imóveis

O governo diz que inventou nova maneira de expandir o financiamento para imóveis. A providência está na MP do programa “Acredita”.

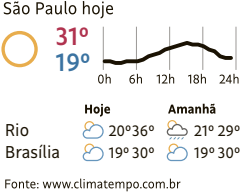
A ideia é criar um mercado de créditos imobiliários. Mas o governo não explicou como o negócio para em pé. **Mercado p.6**

EDITORIAIS A2

Menos bravatas, mais cuidado com as contas
Sobre irresponsabilidade do governo Lula e do Congresso diante de piora do cenário econômico global.

Democracia avaliada
Acerca de pesquisa no Brasil e em outros 18 países.

ATMOSFERA



FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luíza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêrsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Menos bravatas, mais cuidado com as contas

Deterioração da finança global pega no contrapé o governo Lula, que gastou a descoberto na largada; no Congresso proliferam pautas-bombas

Consolida-se o cenário de deterioração da finança global, o que trará desafios extraordinários aos países descuidados do equilíbrio orçamentário, caso do Brasil sob a gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Nos Estados Unidos, não só se reverteu a perspectiva de haver ainda em 2024 até sete quedas na taxa de juros manejada pelo Fed como agora atribuem-se 20% de chances de ocorrer uma elevação da equivalente norte-americana da Selic, ora na faixa de 5,25% a 5,5% ao ano. Os juros embutidos nos papéis de dois anos da dívida do Tesouro dos EUA voltaram a subir em 2024, diante da persistência da inflação, e alcançaram nesta terça (23) a maior marca em cinco meses. Juros mais altos lá fora elevam o piso dos juros no Brasil e dificultam a redução adicional da taxa de curto prazo pelo Banco Central. A pesquisa semanal realizada pela autoridade monetária com agentes do mercado acusou projeção de aumento da Selic esperada ao final de 2024 para 9,5% ao ano. O número ainda implica queda do patamar atual, de 10,75%, mas não se descartam novas rodadas de piora de expectativas. Diante desse quadro, autoridades responsáveis nos três Poderes federais deveriam estar buscando maneiras de fortalecer as resistências brasileiras a mais uma provável turbulência internacional. O que se vê, no entanto, é um es-

petáculo de irresponsabilidades. As chamadas pautas-bombas tramitam e progridem no Congresso com facilidade espantosa. Um exemplo é a proposta de perpetuar na Constituição o privilégio antiquado do quinquênio para a elite do funcionalismo, que avança sob o beneplácito do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). No Executivo continua a impe- rar o espírito da ganância. Não bastasse ter invertido a lógica do ciclo político e desatado despesas extras de R\$ 145 bilhões no primeiro ano do mandato, o governo Lula conseguiu a proeza de sabotar o seu próprio plano fiscal poucos meses após tê-lo lançado. O mal chamado arcabouço descar- rilhou na primeira curva da estrada. A piora substancial do câmbio e do mercado acionário, além da elevação dos juros da praça, não foi suficiente para o presidente desistir de suas bravatas envelhecidas e adotar, mais que por espírito de sobrevivência política, o discurso da responsabilidade orçamentária. Pelo contrário, diante da degradação da popularidade captada em pesquisas de opinião, Lula instou auxiliares a proporem mais medidas populistas, como a de subsidiar a queda na conta de energia. Sob pressão política, a Petrobras continua a praticar preços insustentáveis nos combustíveis. O presidente da República escolhe flertar com o risco da crise.

Democracia avaliada

Em 11 de 19 países, menos de 50% acham eleições justas; Brasil, felizmente, não está entre eles

De modo paradoxal, a democracia pode ser vítima de seu próprio sucesso. Avanços econômicos, dos direitos humanos, científicos e culturais nos países que primeiro a adotaram fazem com que se espere muito desse sistema político —que, na sua definição mais simples, se restringe à realização de eleições livres e justas. Exemplo de ampliação da concepção de democracia está na pesquisa “Perceptions of Democracy”, que avaliou o prestígio desse modelo em 19 países. Menos de 50% dos cidadãos estão satisfeitos com seus governos em 17 deles, Brasil incluso, o que os torna mais vulneráveis a líderes populistas e/ou autoritários. Mas, provavelmente, é exigir demais da democracia que ela assegure prosperidade. Ela pode ou não fazê-lo. Mesmo democracias consolidadas enfrentam problemas sociais, seja por intempé- rias ou por más escolhas do eleitorado. Ademais, nações que primeiro aderiram ao sistema abrigaram outras instituições, como a liberdade de expressão e o amplo acesso à Justiça, que tendem a gerar efei-

tos sociais positivos e também foram avaliados pelo levantamento. Só 12% dos brasileiros confiam na Justiça e 50% sentem ter liberdade para se expressar publicamente. Tais elementos constituem um bônus além das eleições. Em teoria, um despota esclarecido poderia assegurá-los sem votos. Fato é que o regime democrático funciona porque previne a violência política. Ou seja, vale mais a pena para o grupo derrotado nas urnas esperar nova chance de assumir o poder do que tentar impor-se pela força, com risco de perder e ver-se eliminado do jogo. O fator básico e inafastável da democracia, portanto, é a realização de pleitos tidos como livres e justos. E aí a pesquisa acende um sinal de alerta, que vai além de ampliações da definição do termo. Em 11 dos 19 países, menos de 50% dos cidadãos consideram que as eleições são livres e justas; em 8, há mais pessoas favoráveis do que contrárias a um líder “forte que não tem de se preocupar com o Parlamento ou eleições”. É a receita para o desastre —felizmente, o Brasil não está nesses grupos.



Leandro Assis e Triscila Oliveira

Abusos de consciência

Hélio Schwartzman

A objeção de consciência de médicos tem dado margem a abusos. Reportagem de Geovana Oliveira na Folha mostra que mulheres com mais de 21 anos, ou seja, com direito de fazer laqueadura mesmo pela restritiva lei brasileira, têm encontrado dificuldades para realizar o procedimento. Médicos, provavelmente animados pela religião, se recusam a executá-lo. Alegam objeção de consciência. É algo semelhante ao que ocorre com os abortos permitidos por lei. Em ambas as situações, os profissionais se socorrem do Código de Ética Médica, que lhes assegura esse direito, e da resolução 2.232/19 do Conselho Federal de Medicina, que regula- menta a recusa. Não há nada de errado com o instituto da objeção de consciência, consagrado na Constituição brasileira (art. 5º, VIII, e art. 143, § 1º) e que tem longa e gloriosa história. Surge como uma liberdade clássica, a liberdade de consciência, base da liberdade religiosa, e, num desenvolvimen- to posterior, se converte numa arma à disposição do cidadão para tentar

opor-se a leis que ele vê como tirâni- cas. Se a argumentação filosófica do obje- tor “colar”, ele se dá bem; caso contrário, pode terminar na cadeia, como ocorreu com pacifistas que se recusaram a ir para a guerra. A Carta estabelece, ainda que de forma muito tênue, uma espécie de obrigação do Estado de procurar alternativas para objetores. Não é difícil conciliar a objeção de consciência de médicos com o direi- to de mulheres de fazer laqueaduras e abortos legais. É uma questão de gestão. O SUS e as organizações so- ciais (OSs), por exemplo, precisam colocar como requisito para gine- cologistas que pretendam trabalhar na rede pública que não façam res- trições a esses procedimentos. Na rede privada, as operadoras de pla- nos têm de assegurar que exista en- tre seus prestadores um número ra- zoável de profissionais que sigam es- sa mesma linha. Num país grande e diverso como o Brasil, isso não precisa ser um pro- blema.

helio@uol.com.br

Lula calibra o megafone

Bruno Boghossian

O megafone de um presidente é uma das ferramentas mais poderosas da política. Um governante habilidoso talvez consiga incluir na ordem do dia qualquer assunto que considere importante. Às vezes, ele aproveita para distrair o eleitor ou lançar fu- maça sobre um tema inconveniente. Quando fala o que não deve, o dano também pode ser grande. Lula ensaiou uma calibragem na conversa desta terça (23) com jornalistas. Depois de reclamar de reportagens que reproduzem suas de- clarações, o presidente tentou fugir de bolas divididas e evitou dar com- bustível para disputas políticas. “É preciso que a gente pense o que vai falar, porque tudo o que você falar pode virar uma manchete”, refletiu. O contraste ficou claro quando Lu- la se referiu a dois desafetos. O pri- meiro foi o chefe do Banco Central. Roberto Campos Neto perdeu a al- cunha de “esse cidadão”, e a política de juros recebeu uma crítica suave para os padrões do petista. O presi- dente recorreu apenas a uma ironia leve ao insinuar que conta os me-

ses para a troca de comando do BC. O petista também recolheu as ar- mas quando surgiu o assunto Lava Jato. Lula, que no ano passado con- fessou seu desejo de uma vendeta contra Sergio Moro, agora se recu- sou a comentar o processo de cassa- ção do ex-juiz ou as ações contra ma- gistrados no Conselho Nacional de Justiça, “para ninguém dizer que eu estou querendo fazer interferência”. O cálculo de Lula envolveu ainda panos quentes numa disputa com um Congresso permanentemente indócil. O petista fingiu que só tinha motivos para agradecer aos parla- mentares e fez pouco-caso da der- rubada iminente de seus vetos. Pa- ra completar o jogo, não quis pro- nunciar o nome de Jair Bolsonaro ou agitar o fantasma do ex-presidente. O efeito negativo de declarações polêmicas de Lula costuma ser su- perestimado. Ainda assim, auxilia- res do presidente acreditam que a repercussão de alguns desses epi- sódios tiveram peso sobre sua que- da de popularidade em determina- dos nichos do eleitorado.

A autofagia da esquerda

Mariliz Pereira Jorge

A cantora Ludmilla enfrenta um cancelamento por cenas projetadas em sua apresentação no Coachella, nos EUA. Imagem de um cartaz com a frase “só Jesus expulsa o Tranca Rua das pessoas” aparece misturada a outras dezenas do filme de três minutos, di- rigido por Ana Julia Theodoro. Crí- ticos apontam apologia à intolerân- cia religiosa, pois reforça o precon- ceito contra uma linhagem de Exus. Fui criada na umbanda, com um terreiro nos fundos de casa e com a mãe que incorpora Preto Velho. Há, de fato, muito preconceito no mun- do, mas o que mais falta é interpre- tação de texto, compreensão sobre expressão artística e a vontade de- senfreada de criar espantinhos para que cada um exerça o pequeno fas- cista que tem dentro de si. A histeria no caso da funkeira é um exemplo de como parte da es- querda decidiu se comportar, em franca autofagia. Não aceita plura- lidade de pensamento e de expres- são entre aqueles que se identificam na mesma zona do espectro políti-

co. Há uma pressão invisível, sob a ameaça de cancelamentos, para que qualquer um, inclusive aliados, se- jam tutelados e condenados caso ajam fora de uma cartilha imaginá- ria que passou a reger a esquerda. Ludmilla é preta e lésbica, fez o L, sofre racismo e homofobia, sobre os quais se posiciona. Sua apresen- tação começa com um belo áudio em defesa das liberdades individuais. O vídeo do show é exatamente o que ela afirmou ao rebater as críticas. São flagras das franjas mais pobres do Rio, com denúncias sobre um co- tidiano miserável, violento e cheio de preconceito. A única intolerância no episódio é de quem tenta supervisionar a li- berdade de expressão com a prerrogati- va do lugar de fala e ignora que é só autoritarismo mesmo. Dizer como Lud e Ana Julia deveriam se expres- sar é censura, com o mesmo ranço fedido da direita que tenta boicotar exposições LGBTQIA+ ou que joga livros no lixo. E, assim, a esquerda engole a esquerda.

Educação não é privilégio

Anna Helena Altenfelder e Caio Magri

Presidente do Conselho de Administração do Cenpec
Diretor-presidente do Instituto Ethos

As desigualdades educacionais em nosso país têm cor, raça, sexo e endereço. Os mais afetados pela exclusão escolar são me- ninas e meninos negros, par- dos, pobres, nas zonas rurais e periferias urbanas; são indi- genas, quilombolas e pessoas com deficiência. Nas comunidades marginali- zadas falta infraestrutura ade- quada, material didático. Pro- fessoras, professores e demais atores da rede de educação são mal remunerados e vivem so- brecarregados. A relação é direta: de cada dez crianças e adolescentes fora da escola, seis vivem em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, se- gundo trabalho de 2021 do Cen- pec (Centro de Estudos e Pes- quisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária). Estudo do Unicef revelou que a evasão escolar na faixa dos 11 aos 19 anos é de 17% nas classes D e E —e de 4% nas classes A e B. Dados da Pesquisa Nacio- nal por Amostra de Domicíli- os apontam que, em 2023, no- ve milhões de jovens entre 14 e 29 anos não completaram o ensino médio. Os mais afetados por essa realidade são os meni- nos (58,1%) negros (71,6%), que deixam a escola principalmente pela necessidade de trabalhar. A reprovação e a distorção na relação idade-série também têm seu papel nesse quadro. Os que mais repetem de ano têm mais chances de abandonar a escola. E quem são os repeten- tes? Os dos perfis socioeconô- micos supracitados, especial- mente no final do ensino fun- damental e início do médio. A negação do direito à educa- ção compromete não somen- te o presente mas, sobretudo, o futuro do país. Além de in-ibir talentos, impedir a mobi- lidade social e limitar oportu- nidades de vida, o acirramen- to das desigualdades educaci- onais traz um custo financeiro para o país. O poder público não pode es- tar sozinho nessa tarefa. A ini- ciativa privada tem papel rele- vante para ajudar a mudar o cenário. Empresas que atuam no fortalecimento da educação contribuem para a redução das desigualdades e da violência. Exemplos de outros países nos mostram como a educa- ção é propulsora da prospe- ridade e do bem-estar social. Trata-se de uma agenda pac- tuada entre todas as nações, a partir dos Objetivos de Desen- volvimento Sustentável (ODS). Estamos às vésperas do Dia Internacional da Educação (28/4). Com tantos desafios a serem superados, a data con- voca governantes, empresas, empresários, filantropos, so- ciedade civil organizada e co- munidade escolar a agirem pa- ra que ninguém fique para trás. O acesso à educação pública de qualidade precisa ser asse- gurado para cada cidadã e ca- da cidadão brasileiro. Hoje, excepcionalmente, não é publicada a coluna de Deirdre McCloskey

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Onde encontrar R\$ 50 bilhões

Com tanta isenção fiscal, somos máquina de transferência de renda para ricos

Guilherme Cezar Coelho

Diretor de cinema, economista (Universidade Stanford) e fundador da República.org

Duas notícias recentes nos inquietam sobre as contas públicas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que precisaremos de R\$ 50 bilhões para cumprir a meta de zerar o déficit no ano que vem. Ao mesmo tempo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou a PEC do Quinquênio, aumentando o gasto e a desigualdade no serviço público.

Uma notícia não cabe na outra. E, enquanto isso, o dólar se assanha.

Somando insulto à injúria, além de juízes e promotores, estão agora incluídos na PEC do Quinquênio ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) e conselheiros dos TCEs (tribunais de contas dos estados), além de outras carreiras — gente que, na verdade, deveria ser guardiã da qualidade e solvência do Estado brasileiro. Se essa PEC já era ruim, agora é imoral e deve ser abandonada.

Precisamos, sem dúvida, de reposição salarial para o funcionalismo. Algumas carreiras acumulam perdas de 33% desde 2017. No entanto, quinquênios e supersalários não são a maneira de fazê-lo. Não devemos criar mais privilégios, mas redesenhar carreiras e incentivos para que o Estado brasileiro seja mais efetivo, responsivo e respeitado.

Quanto ao regime fiscal, para que fique em pé, é urgente que o ministro Haddad empreenda, junto ao TCU e ao Congresso Nacional, uma revisão e redução gradual das isenções tributárias federais. Aqui está o ajuste fiscal que precisamos.

Estudo da Receita Federal de 2019, revelado em 2022 por esta Folha, apontou que o Brasil poderia e deveria cortar R\$ 50 bilhões de gastos tributários anualmente, ano após ano, como forma de reduzir as despesas e aumentar a capacidade de

investimento. Exatamente o valor que precisamos para zerar o déficit em 2025. Isso é mais do que um sinal de sorte: é obrigação.

Os gastos tributários brasileiros, que neste ano superam R\$ 500 bilhões, são compostos por isenções e incentivos fiscais concedidos com a promessa de serem estímulos para o crescimento econômico. Mas pouco se sabe sobre seus resultados para a sociedade.

Segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, só as renúncias fiscais para as empresas brasileiras somam R\$ 215 bilhões. É muito dinheiro, sem métrica ou propósito público comprovado.

Essas empresas, por sua vez, ge-

ram lucros que são distribuídos como dividendos a seus acionistas. Com tanta isenção fiscal, somos uma máquina de transferência de renda para os muito ricos. E quem paga a conta são os mais pobres, através de impostos de consumo — que hoje são 45% do que é arrecadado no Brasil, frente a 34%, em média, nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Quando aprovou a Reforma Tributária dos impostos de consumo, o Brasil mudou de patamar, se juntando às economias que deram mais certo. Agora precisamos reformar nossos impostos de renda e patrimônio, começando pela tributação de lucros e dividendos.

E fazer isso reduzindo isenções e fechando brechas, para enfim reduzir a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), o que é bom para todo mundo e não apenas para quem tem lobby forte e muitos advogados.

Com tanta isenção fiscal e malabarismo tributário, as grandes empresas brasileiras hoje já não pagam os 34%. A taxa efetiva do IRPJ das grandes empresas atualmente é algo entre 18% (segundo recente estudo de Pires, Marques e Bergamin) e 22% (segundo Orair, Gobetti e Borges). A média nos países da OCDE é de 21% e, no mundo, 23,5%. Este é o caminho.

O Estado brasileiro precisa de uma transformação em sua operação. Mas os cortes de gastos devem ser feitos nos privilégios, tanto do serviço público quanto das isenções fiscais.

É essencial lembrar que 79% da população está inteiramente nas mãos no SUS, e 83% do ensino fundamental acontece em escolas públicas. Só existe vida boa com um Estado competente — e solvente.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



O senador Sergio Moro fala com a imprensa após resultado favorável pela permanência de seu mandato Gabriela Biló/Folhapress

Unidos no propósito

“PT e PL entram com recurso contra absolvição de Moro na Justiça Eleitoral do Paraná” (Política, 22/4). Moro errou na forma, mas acertou no conteúdo. Avançou o sinal e agora enfrenta a ira de duas religiões monoteístas, mas o conteúdo era real, nenhuma dúvida.

Antonio Rubio (Ribeirão Preto, SP)

✱

Esse é o grande exemplo da verdade do Brasil: nesse país não existe direita e esquerda, existem interesses pessoais e de grupos, que almejam o poder a qualquer custo. A dita “esquerda e direita” unidas contra quem ousou desafiar o sistema que mantém ambas seguras no poder.

Silvio Mendonca (Catalão, GO)

✱

Boas-vindas ao PL, o mais novo integrante da coligação “Brasil para nós”, PT-STF. Petistas dirão que é retrato da miscigenação do país, reflexo da identidade democrática do partido, que abraça com humanidade quem pensa diferente. Hipócritas.

Daniel Marques (Curitiba, PR)

Ponto de vista

“Tarcísio e Caiado dizem que Bolsonaro é maior líder do país, criticam Lula e atacam polarização” (Política, 22/4). A polarização veio principalmente do grupo deles e eles a alimentam dia a dia.

Francisco Neto (Uberlândia, MG)

✱

E extrema direita não tem projeto algum e, por isso, tenta transformar o país num parquinho fajuto. Alguém precisa dizer a esses caras que palhaçada não enche barriga.

Mario Luiz Frungillo (Campinas, SP)

Procedimento

“Médicos discordam da lei e se recusam a fazer laqueadura em mulheres com mais de 21 anos” (Saúde, 23/4). Médico não tem que negar procedimentos por objeção de consciência! Acho isso um absurdo! Ora, o corpo é da mulher e ela quem decide! Não concorda com a lei, se candidata a deputado ou senador e propõe outra! Lei se cumpre! Duvido que fazem o mesmo com um homem que deseja fazer vasectomia.

Maria Carolina Bissoto (Valinhos, SP)

✱

Médico não tem que “aceitar” decisão da mulher; médico tem de seguir a lei, ora bolas. Ponham esses pseudo-profissionais da saúde na cadeia!

Anna Amélia Meule (Uberlândia, MG)

✱

São sintomas da era bolsonarista. Uma idealização dos tempos passados, um retorno à idade média, à necessidade obsessiva de controlar, de se opor aos direitos reprodutivos das mulheres. Um ímpeto sadista, machista, misógino, de impor preceitos religiosos ultrapassados às mulheres, de desconsiderar seus desejos e escolhas. Não somos máquinas reprodutivas!

Anete Araujo Guedes (Belo Horizonte, MG)

✱

Difícil a sociedade entender que o corpo é da mulher.

Ana Rodrigues (Vitória, ES)

Transporte de animais

“Gol envia cachorro para aeroporto errado e animal acaba morrendo” (Cotidiano, 23/4). Enquanto as companhias aéreas não forem punidas exemplarmente pela irresponsabilidade no trato dos animais que viajam nas aeronaves, episódios tristes como esse continuarão a acontecer.

Maria Eloisa Montero Miguez (São Bernardo do Campo, SP)

✱

Passou da hora do governo tomar medidas contra as aéreas. Além dos inúmeros casos de negligência, os preços estão elevados, cancelam voos sem nenhum critério e têm um péssimo atendimento...

Edson José Neves Júnior (Uberlândia, MG)

✱

Sinto muito, João, só quem tem cachorro sabe da dor, ainda mais nessas circunstâncias. Espero que a fatalidade com o Joca sirva de lição para que o protocolo seja mais bem avaliado para salvar outros animais que passarem pela mesma situação. Que Deus te conforte para superar essa perda.

Maria Cesar (Santos, SP)

Disputa no mangue

“Projeto para deslocar caiaças em São Sebastião (SP) gera reação de moradores e da Câmara” (Cotidiano, 23/4). Se os caiaças ocupam esse local há dezenas de anos e o manguezal continua bem preservado, qual o sentido de tirá-los de lá?

Paulo César de Oliveira (Franca, SP)

✱

Por essas e outras o PSDB morreu. Deixou de ser social-democrata e se aliou ao pior dos piores da sempre fascista direita brasileira.

Ricardo Candido de Araujo (Taboão da Serra, SP)

Estilo de vida

“Esposas tradicionais e os feminismos” (Vera Iaconelli, 22/4). Tem razão, a harmonia não tem que negar procedimentos por objeção de consciência! Acho isso um absurdo! Ora, o corpo é da mulher e ela quem decide! Não concorda com a lei, se candidata a deputado ou senador e propõe outra! Lei se cumpre! Duvido que fazem o mesmo com um homem que deseja fazer vasectomia.

Joya Fernande Sachs (São Paulo, SP)

Consumo digital

“UE investiga se versão de TikTok que paga por vídeo assistido é viciante” (Tec, 22/4). Eu só sei que essas redes sociais são todas viciantes. Eu tento fugir, mas acabo abrindo os links que alguém manda pelo WhatsApp e daí já era, viro um zumbi e perco, no mínimo, uma hora, é um horror!

Leonard Nun (Nova Lima, MG)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (23.ABR, PÁG. A12) A Revolução dos Cravos ocorreu em 25 de abril de 1974, não em 25 de março, como dizia o texto “Geisel vetou apoio a general português que queria tomar poder após Revolução dos Cravos”.

MERCADO (23.ABR, PÁG. 10) A distribuição de 50% dos R\$ 43 bilhões de lucro adicional que a Petrobras teve em 2024, sob a forma de dividendos extraordinários, representaria uma receita adicional de R\$ 6 bilhões para a União, e não de R\$ 12,59 bilhões, como afirmou incorretamente o texto “Prates defende fundo para dar estabilidade a dividendos”.

‘Óculos falantes’ para cegos e o mau uso do dinheiro público

Sem acesso à internet, equipamento é inadequado para alunos com deficiência

Beto Pereira

Sociólogo, é gestor em acessibilidade e presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB)

Alguns municípios e estados brasileiros têm comprado equipamentos caros e ineficazes para a vida escolar de estudantes com deficiência visual. Já faz algum tempo que a Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) vem observando um movimento por parte de algumas secretarias municipais e estaduais da Educação, que adquirem equipamentos inadequados por valores exorbitantes. Estamos falando dos “óculos falantes” OrCam MyEye, criados por uma empresa israelense.

Estranhamente, essas compras ocorrem ao mesmo tempo em que materiais didáticos em Braille, para crianças e adolescentes cegos, e ampliados e adaptados, para os alunos com baixa visão, não são entregues. Essas mesmas crianças, em regra, têm enfrentado dificuldades para acessar recursos de extrema necessidade, como bengalas, óculos de grau, lupas, próteses, regletes (réguas para deficientes visuais escreverem), máquinas Braille e medicamentos, dentre outros.

O OrCam MyEye, também conhecido como “óculos falantes”, é comercializado por cerca de R\$ 16 mil a unidade. Trata-se de um dispositivo acoplado às hastes dos óculos para efetuar leitura de textos, informar a hora, reconhecer cédulas de dinheiro e pessoas cadastradas.

Nos últimos três anos, já sugiram aplicativos gratuitos para telefones celulares com recursos idênticos e mais sofisticados que desempenham centenas de funções, como descrever detalhadamente textos, ambientes, fotografias e pessoas; identificar cédulas, luminosidade, ler código de barras; e identi-

car embalagem de produtos, dentre outras funções — e com maior precisão, por estarem conectados à internet. Esses mesmos aplicativos gratuitos permitem que a pessoa possa copiar parte de um texto, fazer um resumo e até compartilhar com outras pessoas — funções que o OrCam, vendido aos montes para órgãos públicos, não faz.

O OrCam jamais deveria ser comercializado com a promessa de ser a grande solução para acessibilidade e inclusão escolar, pois, dentre tantas limitações, não efetua leitura de símbolos como os de matemática, química, física e musicais. Além disso, não realiza leitura de planilhas, tabelas e algumas estruturas de textos nem reconhece figuras e gráficos que comumente são utilizados em materiais educacionais.

Os riscos dessas compras inadequadas têm sido abordados pela ONCB em espaços como o Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes e em algumas secretarias da Educação.

Inclusão, acessibilidade e equidade não podem ser tratadas com oportunismo e como mero comércio. É preciso respeitar nossas crianças cegas e com baixa visão e suas famílias.

[...]

Estudo da Receita apontou que o Brasil poderia e deveria cortar R\$ 50 bilhões de gastos tributários anualmente, ano após ano, como forma de reduzir as despesas e aumentar a capacidade de investimento. Exatamente o valor que precisamos para zerar o déficit em 2025. Isso é mais do que um sinal de sorte: é obrigação

[...]

Já sugiram aplicativos gratuitos para celulares com recursos idênticos e mais sofisticados que desempenham centenas de funções, como descrever detalhadamente textos, ambientes, fotografias e pessoas; identificar cédulas, luminosidade, ler código de barras (...). E com maior precisão, por estarem conectados à internet

Vou à luta

Presidente da Câmara Municipal de SP, Milton Leite (União Brasil) assumiu que almeja o posto de vice na chapa de Ricardo Nunes (MDB), algo que já era especulado nos bastidores havia meses. Ele deu o recado em reunião com líderes das bancadas da Casa nesta terça (23). “Estou em campanha na rua para vice-prefeito. Já disse que não serei vereador. Tenho que participar um pouco, ir para a rua, pedir voto para o povo. Se lograrei êxito, não sei. Mas desistir jamais”, disse.

BATATA QUENTE Leite disse que, dessa forma, não assumirá a Prefeitura de SP nas licenças de Nunes, já que isso o impediria legalmente de pleitear a vice. Em maio, quando o prefeito pretende viajar para o Vaticano, Leite e o vice-presidente da Câmara, João Jorge (MDB), também deverão se licenciar, e a cidade deverá ser comandada por Atílio Francisco (Republicanos), segundo vice-presidente da Casa.

EM ALTA Há outras alternativas cogitadas para a vaga de vice de Nunes. Uma delas é a vereadora Sonaira Fernandes (PL), cujo nome foi um dos mais citados em rodas de conversa de jantar que reuniu líderes de partidos que apoiam a reeleição do prefeito, na segunda-feira (22).

ASSIM, NÃO O Ministério Público Eleitoral diz que Guilherme Boulos (PSOL), pré-candidato à Prefeitura de SP, fez propaganda antecipada e pediu à Justiça Eleitoral que ele seja multado. A razão foi a distribuição de panfletos com fotos dele e de sua vice, Marta Suplicy (PT). O folheto pedia contribuições ao plano de governo. A ação foi apresentada pelo Novo.

TÁ ESTRANHO O vereador Celso Giannazi (PSOL) apresentou requerimento à Comissão de Educação da Câmara de SP para que seja feita diligência nas obras do estádio do Pacaembu. Ele diz que as previsões de reabertura foram alteradas e sublinha a intenção da concessionária Allegra de realizar show do cantor Roberto Carlos mesmo após pedido de cancelamento pelos bombeiros.

BANDO DE LOUCOS As centrais sindicais farão um encontro na sexta (26) no Parque São Jorge, sede social do Corinthians, para agradecer pela cessão do estacionamento da Neo Química Arena para a celebração do 1º de Maio. Um dos motivos para a escolha do estádio, segundo sindicalistas, foi a identidade do clube com as lutas sociais.

NADA FEITO O TCU decidiu não dar seguimento à representação protocolada pelo Ministério Público para apurar supostas irregularidades no concurso para analista legislativo da Câmara dos Deputados, feito em parceria com a FGV. Os reprovados afirmavam haver incompatibilidade entre questão discursiva e o espelho de correção, entre outras irregularidades. O tribunal não viu indícios.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★ ★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 44,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb. R\$ 6,90 R\$ 8 R\$ 8,50 R\$ 13 R\$ 13,50	Assinatura semestral* Todos os dias R\$ 1.085,90 R\$ 1.374,90 R\$ 1.729,90 R\$ 1.868,90 R\$ 2.315,90
MG, PR, RJ, SP DF, SC ES, GO, MT, MS, RS AL, BA, PE, SE, TO Outros estados	dom. R\$ 9,90 R\$ 11 R\$ 12 R\$ 15,50 R\$ 16,50	

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)



O presidente Lula (PT) é cercado por jornalistas durante café no Palácio do Planalto Gabriela Biló/Folhapress

Lula minimiza embate com Congresso e descarta reforma ministerial

Presidente classifica embates recentes com o Parlamento como ‘coisas da política’ e se nega a revelar saldo de conversa com Lira

Catia Seabra, Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) afirmou, em café com jornalistas nesta terça-feira (23), que não há crise com o Congresso Nacional, mesmo após uma série de embates que mobilizou seu governo nos últimos dias. Ele minimizou problemas de articulação com o Legislativo e tratou dos episódios recentes como “coisas normais da política”.

“A gente não vai viver em uma eterna briga. Porque se você optar pela briga não aprova nada. O país é prejudicado, vamos conviver com todo mundo”, afirmou Lula, que no dia anterior havia cobrado seus ministros para reforçar a articulação política.

Como parte dessas movimentações, o próprio presidente tomou a iniciativa de procurar encontros com os presidentes de Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A conversa com Pacheco ainda não aconteceu, mas Lula já esteve com Lira. O presidente se recusou, no entanto, a relatar os termos tratados no encontro ocorrido na noite de domingo (21).

Segundo ele, foi uma “conversa”, e não uma “reunião”, do contrário teria levado seus líderes do Congresso.

“Como é conversa entre dois seres humanos, eu peço a vocês que não sou obrigado a dizer a conversa que eu tive com Lira”, afirmou.

Ao ser questionado sobre a relação do governo e dele próprio com o presidente da Câmara, Lula minimizou os embates recentes.

“Eu sinceramente não acho que a gente tenha problema no Congresso. A gente tem situações que são as coisas normais da política. Vamos só lembrar um número. Nós temos 513 deputados e meu partido só tem 70. Nós temos 81 senadores e o meu partido só tem 9”, disse o presidente, lembrando que seu governo não tem maioria no Legislativo.

Desde que Lula tomou posse, a relação entre o governo e Lira foi marcada por altos e baixos, com alguns momentos de distensão.

A crise mais recente teve início após a decisão da Câmara de manter a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser

um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. Apontado como um dos derrotados durante o episódio, Lira disparou contra o Planalto, em particular contra o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

Em entrevista, o deputado afirmou que o ministro era um “desafeto” e um “incompetente”. Lula saiu em defesa de Padilha, mas intensificou o trabalho para melhorar a articulação com o Congresso.

Assim, Lula voltou a mobilizar seu entorno. Convocou para um almoço de emergência, no Palácio do Planalto, ministros palacianos e líderes do governo na sexta-feira (19).

Na segunda-feira (22), Lula fez uma cobrança pública a ministros. Pediu que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), seja “mais ágil”. Também falou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixar de ler livro e passar mais tempo discutindo com parlamentares.

O governo também vive um momento delicado com o risco de avanço de uma pauta-bomba, que pode ter impacto bilionário para as contas públicas. O principal item é a PEC (proposta de emenda à Constituição) que turbina salários de juízes e promotores e, no texto aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, foram incluídas novas categorias.

A chamada PEC do Quinquênio é capitaneada por Pacheco. O senador não abre mão de avançar com o tema, mas admite desidratar o texto e manter os benefícios apenas a juízes e promotores.

Lula espera um encontro com Pacheco em breve. O mandatário disse que tentou no fim da semana passado, mas soube que o senador estava em fase de recuperação, após ter tomado uma vacina.

Lula também foi questionado sobre a presença recente no Congresso do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que capitaneou o impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Para ele, a volta de Cunha à Câmara é normal uma vez que ele não está preso e tem uma filha deputada. “O que eu acho anormal é [se] ele tiver tido influência política nas decisões do Congresso Nacio-

ATO FASCISTA NÃO ME PREOCUPA, DIZ PRESIDENTE

O presidente Lula (PT) chamou nesta terça-feira (23) a manifestação de Jair Bolsonaro (PL) em Copacabana, no Rio de Janeiro, de “ato de fascista” e disse não se preocupar com a manifestação. Depois do ato anterior, realizado em São Paulo, o presidente reconheceu o tamanho da mobilização, mas disse ter sido um “ato em defesa do golpe”. “Não vi o ato porque estava fotografando o Minha Casa Minha Vida do [pássaro] João de Barro. Descobri quatro casas de João de Barro e resolvi fazer um filme para publicar na internet, por isso não vi [manifestação]. Não me preocupa atos de fascista, não. Me importa o seguinte: vou fazer esse país dar certo”, afirmou Lula.

nal, que eu não acredito. Que eu não acredito, ele tentou ser candidato à reeleição, teve uma votação pífia, vergonhosa, sabe, então eu acho que ele tem que saber que o poder que ele tinha, ele jogou no lixo”, completou.

O presidente também minimizou a queda de sua aprovação nas pesquisas. Ao comentar isso, afirmou não ter esquecido do preço “da cervejinha e da picanha”, promessa de campanha.

Pesquisa do Datafolha divulgado em 21 de março mostrou que a aprovação da gestão Lula empatou tecnicamente com a rejeição: 35% a 33%. Em dezembro, o placar era de 38% a 30% — a margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

“Tudo isso vai acontecer, no momento que as coisas começaram a acontecer, o povo vai fazer avaliação correta”, disse. “Podem não gostar de um presidente, mas vão gostar das políticas que estão sendo colocadas em prática nesse país, isso também já aconteceu no Brasil. Não tenho nesse instante preocupação [com pesquisas de aprovação]”, disse.

“Pensa que esqueci da cervejinha e da picanha? Não esqueci. Preço da carne já baixou, mas tem que baixar mais, muito mais. Ou abaixa preço da comida ou sobe salário do povo”, afirmou o presidente.

Lula também negou que vá realizar uma reforma ministerial em breve, apesar de interlocutores apontarem o contrário. “Não existe reforma ministerial neste instante. Única coisa na minha cabeça é que esse país tem que dar certo porque o povo brasileiro precisa disso”, afirmou.

O café da manhã de Lula com jornalistas nesta terça foi o primeiro deste ano. Em 2023, foram 4, dos quais a Folha participou de 3.

Diferentemente dos outros cafés, o encontro com os jornalistas desta vez foi transmitido ao vivo pelos canais oficiais do governo. A decisão foi tomada em cima da hora, uma vez que os participantes haviam sido informados de que o encontro era fechado.

Assim como nos outros cafés, o ministro Paulo Pimenta fez uma introdução no início e, em seguida, foram abertas para perguntas de jornalistas selecionados pela equipe do presidente.

Projeto que mira MST e proíbe benefício a invasor de terra avança

Aprovada na CCJ da Câmara com apoio da bancada ruralista, matéria precisa ser analisada em plenário

Victoria Azevedo

BRASÍLIA A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara aprovou nesta terça-feira (23) um projeto de lei que determina que invasores de propriedades serão impedidos de receber auxílios ou benefícios de programas do governo federal, como o Bolsa Família, assim como de tomar posse em cargos e funções públicas.

Foram 38 votos favoráveis, 8 contrários e uma abstenção. A votação é uma derrota para parlamentares da base de apoio ao governo Lula (PT), que são contrários à matéria e tentaram adiar a votação.

A proposta ainda será analisada pelo plenário da Casa. Pelo texto, as sanções serão impostas aos condenados pelos crimes de invasão de domicílio ou esbulho possessório —quando alguém toma posse de um bem ilegalmente, sem direito ou autorização do proprietário.

A FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), uma das maiores forças do Congresso, vinha pressionando para que projetos que integram o chamado pacote anti-invasão fossem apreciados em comissões e no plenário da Câmara como uma resposta às ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Abril Vermelho.

De autoria do deputado Marcos Pollon (PL-MS), o projeto foi relatado por Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro (PL). Salles também foi relator da CPI do MST que foi instalada na Casa no ano passado.

“Ao impor impedimentos aos ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas particulares, as propostas sob exame visam a conter essas práticas criminosas e proteger os proprietários legítimos. É inaceitável que indivíduos que desrespeitam a ordem jurídica e promovem invasões ilegais sejam beneficiados por programas assistenciais financiados pelo governo, pois isso implicaria em um incentivo à perpetuação dessas condutas delituosas”, justificou



Integrantes do MST invadem terreno que pertence à Embrapa em Petrolina (PE)

Divulgação MST - 15.abr.24

Salles em seu parecer.

A proposta veda que invasores possam firmar contratos com o poder público, participar de concursos públicos ou ser nomeadas para cargos pú-

blicos comissionados. Todas as restrições valem por oito anos a partir do trânsito em julgado da condenação, ou seja, quando não houver mais recursos na Justiça.

O projeto impede ainda que invasores e ocupantes ilegais recebam auxílios, benefícios e programas do governo federal também por oito anos. Pelo projeto, caso qualquer uma das hipóteses já esteja ocorrendo, a pessoa será desvinculada compulsoriamente, “respeitados o contraditório e a ampla defesa”.

Desde a semana passada, membros do governo têm orientado a base aliada do petista na Casa a atuar na CCJ para evitar o andamento de pautas que miram a atuação de movimentos sociais, consideradas “problemáticas”.

Na semana passada, os deputados aprovaram no plenário requerimento de urgência de um projeto de lei com o mesmo teor, fazendo com que não fosse possível pedir vista (mais tempo de análise) no âmbito do colegiado.

Na sessão desta terça, governistas criticaram a proposta e afirmaram que ela representa uma tentativa de criminalizar movimentos sociais.

A deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS) defendeu o MST e disse que o movimento já garantiu o assentamento de 400 mil famílias. Também atribuiu a iniciativa do projeto à extrema direita.

“Felizmente temos uma luta em defesa da reforma agrária no Brasil”, disse.

Também integrante da base de Lula, Patrus Ananias (PT-MG) disse que o projeto precisa de um debate maior e é uma iniciativa momentânea, “com objetivos eleitorais”.

“Penaliza de uma forma inaceitável, pessoas, famílias, comunidades inteiras. Merece uma reflexão melhor”.

Na semana passada, o MST deflagrou a chamada Jornada Nacional de Lutas. A cada mês de abril, o movimento promove mobilizações em memória ao massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 1996, quando 19 sem-terra foram mortos pela polícia.

Neste ano, foram dezenas de ações do movimento, incluindo a reocupação de área da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no interior de Pernambuco que havia sido invadida em 2023 e que, à época, provocou atrito de lideranças com o governo Lula.

O presidente promoveu evento com a organização na semana passada, na qual anunciou um novo programa.

“Pedi levantamento de] todas as terras disponíveis pra assentamento no país. Isso não invalida continuidade da luta da reforma agrária, mas queremos mostrar aos olhos do Brasil o que a gente pode utilizar sem muita briga. Isso sem querer pedir pra ninguém deixar de brigar”, afirmou Lula.

Com UOL



Presidente da Câmara, Arthur Lira, durante um seminário sobre descarbonização

Pedro Ladeira - 19.mar.24/Folhapress

Governo deve nomear novo indicado por Lira para Incra em Alagoas

Catia Seabra

BRASÍLIA O governo Lula (PT) deve nomear o novo indicado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Alagoas. O nome de Junior Rodrigues do Nascimento está na Casa Civil e deve ser oficializado nos próximos dias.

Nascimento chega para a superintendência do instituto em Alagoas após a exoneração de Wilson Cesar de Lira Santos, primo de Lira. A saída do parente do presidente da Câmara do cargo causou mal-estar com o governo.

Junior Rodrigues do Nascimento dirige uma entidade de Alagoas que representa beneficiários do programa nacional de reforma agrária. A organização é chamada Instituto Naturagro e tem Nascimento como presidente e sócio.

A Naturagro já firmou acordo de cooperação técnica com o Incra de Alagoas neste ano. O termo foi acertado entre Nascimento e o primo de Lira.

A exoneração de Wilson Cesar foi publicada no Diário Oficial da União no dia 16 deste mês. Atendeu a um pedido do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em meio a invasões feitas neste mês pelo grupo.

A mudança foi articulada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT). O ato desagradou a Lira, que não teria sido consultado com antecedência, e colaborou com a crise com o Parlamento que forçou Lula a conversar com o presidente da Câmara e cobrar seus ministros por melhor articulação com o Congresso.

O primo de Lira havia sido nomeado ao órgão em Alagoas em 2017, ainda na gestão Michel Temer (MDB), por indicação do deputado federal Marx Beltrão (PP-AL). Permaneceu no cargo durante o governo Jair Bolsonaro (PL) com o apadrinhamento de Lira e seguiu no posto no primeiro ano do governo Lula.

Teixeira disse ter procurado o presidente da Câmara para informá-lo sobre a decisão. Segundo ele, foi relatado a Lira que a situação política no Incra estava insustentável.

O clima, segundo o ministro de Lula, era de animosidade. “Nosso trabalho é de descompressão. Mas ele [Wilson Cesar], em vez de descomprimir, ‘meteu bala’, entende?”, justificou.

Teixeira chegou a mostrar ao presidente da Câmara uma carta que lhe foi encaminhada por movimentos sociais contra a permanência do superintendente.

Nela, enviada a Teixeira neste mês, o MST insistia no pe-

dido de exoneração.

“Apesar do histórico de serviço à extrema direita, o superintendente continua ocupando um cargo extremamente importante, com a vossa anuência”, diz a missiva.

O MST pedia a troca do primo de Lira desde o início do governo Lula. Em abril do ano passado, uniu-se a outros seis movimentos sociais campestinos para invadir a sede do Incra em Maceió e pedir a mudança.

Ainda segundo Teixeira, havia expectativa que o primo de Lira deixasse o cargo para concorrer a prefeito nas eleições municipais de outubro. O ministro admite que o presidente da Câmara ficou contrariado com o que chamou de timing da exoneração. Mas afirma que, diante do Abril Vermelho, era preciso pacificar o campo.

O nome de Junior Rodrigues do Nascimento foi levado à Casa Civil sem passar pelo ministro do Desenvolvimento Agrário. A Casa Civil trabalha para a nomeação oficial.

No fim da semana passada, o ministro Paulo Teixeira disse que esse episódio teria sido superado pela nova indicação de Lira.

“Está superado porque o próprio presidente Lira já enviou uma proposta de nome para substituí-lo. Foi dialogado”, afirmou Teixeira. Ele também disse ser “normal haver trocas em todas as instituições”. Além disso, ressaltou, a autarquia já mudou outros superintendentes “por inadequação”.

Segundo o ministro, o Incra exige capacidade de diálogo com as forças do campo e a exoneração se deu pelo que chamou de alto grau de “conflictuosidade”. A substituição, segundo Teixeira, era tratada havia 14 meses.

ALCKMIN DÁ RAZÃO A LULA SOBRE AGILIDADE E PUBLICA MEME

O vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, brincou nas redes sociais sobre a cobrança recebida do presidente Lula (PT) nesta segunda (22) para que seja mais ágil. No perfil no X (ex-Twitter), Alckmin publicou nesta terça (23) montagem em que aparece como o personagem de desenho animado Papa-Léguas e um balão de fala: “o presidente Lula pediu para acelerar. Pé na tábua!” Na legenda, ele desenvolveu a ideia. Disse que quatro anos parecem ser muito tempo, mas passam rápido. Ele elencou conquistas do governo Lula: novo arcabouço fiscal, reforma tributária e políticas sociais que estão diminuindo a pobreza. Mas que ainda há muito a ser feito. “Ele tem toda razão de cobrar de seu governo empenho para acelerar as negociações com o Congresso.”



Reprodução



CIDADE DE SÃO PAULO

Estúdio**FOLHA**

Prefeitura de SP entrega UBS reformada e amplia serviços de saúde



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

política



A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) participa de sessão de CPI no Senado Gabriela Biló - 18.out.23/Folhapress

PGR denuncia Carla Zambelli por invasão ao sistema do CNJ

Deputada bolsonarista e hacker foram acusados de invasão a dispositivo informático e falsidade ideológica

José Marques

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) denunciou a deputada Carla Zambelli (PL-SP) e o hacker Walter Delgatti Neto sob acusação dos crimes de invasão a dispositivo informático e falsidade ideológica.

A investigação aberta após a invasão do sistema do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) foi concluída pela Polícia Federal no fim de fevereiro. Ela apurava se Zambelli contratou os serviços de Delgatti com esse objetivo.

Em depoimento à polícia, o próprio Delgatti afirmou ter sido procurado por Zambelli para invadir um sistema da Justiça e “demonstrar sua fragilidade”. A denúncia foi divulgada inicialmente pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha.

Assinada pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, a denúncia diz que Zambelli “comandou a invasão de sistemas institucionais utilizados pelo Poder Judiciário, mediante planejamento, arregimentação e comando de pessoa com aptidão técnica e meios necessários ao cumprimento de tal mister”.

Já sobre Delgatti, ele diz que, sob o comando de Zambelli “emitii documentos ideologicamente falsos, com o fim

de prejudicar direitos”.

A denúncia narra como Delgatti conseguiu invadir o sistema do CNJ por meio de credenciais de funcionários do órgão e, em 4 de janeiro de 2023, incluiu três alvarás de soltura falsos.

Além disso, inseriu no Banco Nacional de Mandados de Prisão um mandado de detenção preventiva falso contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), por “organização criminosa”. Essa credencial forjada foi elaborada a partir do acesso a outra credencial de um funcionário do CNJ.

“A inclusão do falso mandado de prisão ocorreu a partir de uma credencial forjada, com privilégios de magistrado, criada pelo denunciado”, diz Gonet.

“É nítido o objetivo de alimentar posicionamentos infundados sobre o pleito eleitoral e desdourar o TSE [Tribunal Superior Eleitoral], seus magistrados e o CNJ, com isso agitando e engajando seguidores da denunciada”, acrescenta.

Em agosto do ano passado, Delgatti e Zambelli foram alvos de operação da PF. A parlamentar, uma das principais aliadas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), foi alvo de mandado de busca e apreensão. O hacker foi preso.

“É nítido o objetivo de alimentar posicionamentos infundados sobre o pleito eleitoral e desdourar o TSE [Tribunal Superior Eleitoral], seus magistrados e o CNJ, com isso agitando e engajando seguidores da denunciada

Paulo Gonet
procurador-geral da República

Dados de transações financeiras entregues à Polícia Federal por Delgatti mostraram que pessoas próximas a Zambelli repassaram R\$ 13,5 mil ao hacker.

Os dois são suspeitos de atuarem em uma trama que mirava Moraes e que resultou na invasão dos sistemas do CNJ e na inserção dos alvarás de soltura falsos.

Em nota, o advogado de Zambelli, Daniel Bialski, afirmou que a deputada “recebeu com surpresa o oferecimento da denúncia em seu desfavor, já que inexistia qualquer prova efetiva que ela tivesse de alguma forma colaborado, instigado e ou incentivado o mítomano Walter Delgatti a praticar as ações que praticou”.

“A narrativa dele acusando a deputada e terceiras pessoas foi desmentida pela própria investigação, e a defesa irá exercer sua amplitude para demonstrar que ela não praticou as infrações penais pelas quais foi acusada.”

Ao ser indiciada, a defesa de Zambelli também negou as suspeitas. “Ela jamais fez qualquer tipo de pedido para que Walter Delgatti procedesse invasões a sistemas ou praticasse qualquer ilicitude. Aliás, a arbitrária interpretação deduzida pela autoridade policial asseverando que a deputada tenha recebido eventualmente documentos, não evidencia adesão ou qualquer tipo de colaboração, ainda mais que ficou demonstrado que não houve qualquer encaminhamento a terceiros”, disse a defesa, à época.

Já o advogado de Delgatti, Ariovaldo Moreira, afirmou após a denúncia que seu cliente “é réu confesso na invasão do CNJ, portanto não é surpresa a denúncia em seu desfavor”.

“A denúncia perpetrada a Carla Zambelli só confirma que Walter falou a verdade”, acrescentou o advogado.

PT e PL entram com recurso contra absolvição de Moro no TRE-PR

Catarina Scortecchi

CURITIBA O PT e o PL entraram nesta segunda-feira (22) com recursos no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná contra a decisão da corte que rejeitou a cassação do senador Sergio Moro (União Brasil). Os apelos devem ser encaminhados ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Os recursos foram protocolados por volta das 23h30 —o prazo para contestações no TRE terminou às 23h59.

No PL, o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, decidiu prosseguir com o recurso apesar da resistência do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O recurso do PT, com 218 páginas, foi assinado pelos advogados Luiz Eduardo Peccinin, que já atua para a sigla no Paraná, e Ângelo Ferraro, ligado ao diretório nacional da legenda e que entrou no caso agora.

O partido diz que o relator do caso no TRE, Lucia no Falavinha Carrasco, “cometeu equívocos na análise das provas”.

Em 9 de abril, por maioria de votos, os juizes do tribunal eleitoral rejeitaram pedido do PT e também do PL para tirar o mandato do ex-juiz da Lava Jato sob a justificativa principal de que o senador teria cometido abuso de poder econômico durante a pré-campanha eleitoral de 2022.

No recurso, o PT lembra que Moro se recusou a responder perguntas do partido durante sua oitiva no processo e reforça que os gastos do ex-juiz da Lava Jato na pré-campanha teriam desequilibrado a disputa.

“É evidente que os demais pré-candidatos ao Senado do Paraná não dispuseram do voluptuoso recurso disponível aos recorridos [Moro e suplentes], sobretudo para bancar luxos e caprichos”, diz trecho.

“Nem mesmo tiveram a sua disposição uma estrutura de pessoal e de marketing digital inaugurada oito meses antes do período eleitoral em um ‘projeto nacional’ posteriormente empregado

no Paraná”, continua o PT.

No recurso do PL, que tem 126 páginas, a sigla reforça a posição da Procuradoria Regional Eleitoral, que também defendeu a cassação de Moro em seu parecer, e diz que o relator do processo foi “flagrantemente condescendente” com o ex-juiz da Lava Jato.

“Apesar de se ter arguido, por reiteradas vezes, que os investigados [Moro e suplentes] teriam ganhado a disputa eleitoral mesmo que não tivessem sido favorecidos pelos excessivos gastos, a necessidade de o abuso ter potencialidade para interferir no resultado do pleito é conceito ultrapassado e inaplicável na legislação eleitoral atual”, argumentou o PL no recurso, assinado pelos advogados Bruno Cristaldi, Marcelo Delmanto, Nathalia Ortega e Guilherme Ruiz.

Cada partido entrou com uma proposta de Aije (Ação de Investigação Judicial Eleitoral) contra Moro, no final de 2022, mas as duas representações acabaram tramitando em conjunto no TRE, em função das semelhanças das acusações.

Os partidos buscam a cassação do mandato de Moro, a inelegibilidade dele por oito anos e a realização de uma eleição suplementar no Paraná para a cadeira de senador.

O julgamento do caso no TRE-PR durou quatro sessões e terminou com um placar de 5 a 2 a favor de Moro, em relação à acusação de abuso de poder econômico.

Além disso, todos os juizes rejeitaram a acusação de uso indevido dos meios de comunicação social e também não reconheceram indícios de caixa dois e trianguação de recursos, mencionados nas Aijes.

Em pronunciamento feito logo após a decisão da Justiça Eleitoral, Moro disse que o julgamento foi “técnico e impecável” e “representa um farol para a independência da magistratura frente ao poder político”.

“As ações rejeitadas estavam repletas de mentiras e de teses jurídicas sem o menor respaldo”, afirmou ele.



O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) deixa seu gabinete no Senado Pedro Ladeira - 1º.abr.24/Folhapress

Benjamin e Salomão são eleitos novos presidente e vice do STJ

BRASÍLIA O STJ (Superior Tribunal de Justiça) elegeu, nesta terça-feira (23), o ministro Herman Benjamin para a presidência da corte entre o segundo semestre deste ano e o de 2026.

Como vice, foi eleito o ministro Luis Felipe Salomão, atual corregedor do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Ambos foram escolhidos por aclamação, em uma eleição pró-forma, já que há uma linha sucessória tradi-

cional no tribunal.

A posse acontecerá no fim de agosto. Eles substituem a atual presidente, ministra Maria Thereza de Assis Moura, e o seu vice, Og Fernandes.

A sessão também selecionou Mauro Campbell Marques para a corregedoria do CNJ. O ministro ainda passará por sabatina e votação no Senado. Depois, será nomeado pelo presidente Lula (PT) para o cargo.

Moraes estende apuração em inquérito contra Bolsonaro

BRASÍLIA O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu nesta terça-feira (23) ao STF (Supremo Tribunal Federal) o aprofundamento de investigações que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no caso que apura a falsificação de certificados de vacinas contra a Covid-19.

A solicitação foi autorizada pelo relator do processo, ministro Alexandre de Moraes.

Bolsonaro, o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, o deputado federal Gutemberg Reis (MDB-RJ) e outras 14 pesso-

as foram indiciados pela Polícia Federal em março.

A investigação apontou a suspeita dos crimes de inserção de dados falsos em sistema público e associação criminosa, e a PF diz que a fraude pode ter sido realizada no escopo da tentativa de aplicar um golpe de Estado no país e impedir a posse de Lula (PT).

Para Gonet, apesar de “relevantes achados”, ainda não há uma resposta do Departamento de Justiça dos EUA a pedido PF de “esclarecimento sobre se os investigados fizeram

uso dos certificados de vacinação ideologicamente falsos quando da entrada e estada no território norte-americano”.

“É relevante saber se algum certificado de vacinação foi apresentado por Jair Bolsonaro e pelos demais integrantes da comitiva presidencial, quando da entrada e permanência no território norte-americano”, diz o PGR.

Gonet quer, ainda, a análise do conteúdo de dispositivos apreendidos com investigados, entre eles os de Mauro Cid, que firmou acordo de

colaboração após ser preso.

O procurador-geral também quer que a PF faça análise de dados da quebra do sigilo telemático do celular do deputado Gutemberg Reis. Ele é suspeito de ter articulado a inserção de dados falsos.

Moraes determinou que a PF esclareça se algum certificado de vacinação foi apresentado por Bolsonaro ou pelos demais integrantes das comitivas em território dos EUA, além das demais informações solicitadas por Gonet.

JM

SÉRIES FOLHA



EXCLUSIVO PARA ASSINANTES



CASA PRÓPRIA

UM GUIA EXCLUSIVO PARA TRANSFORMAR SEU SONHO EM REALIDADE

Como comprar um apartamento na planta? Qual o melhor tipo de financiamento? Quando usar o FGTS? Essas e outras questões importantes serão respondidas na próxima edição do Séries Folha, que vai mergulhar no sonho da casa própria e ajudar você a transformá-lo em realidade.

SEGUNDO EPISÓDIO
JÁ DISPONÍVEL:

COMO FINANCIAR
A COMPRA DA SUA
CASA PRÓPRIA?

ASSINE AGORA
E RECEBA EM
PRIMEIRA MÃO

R\$ 12X **9,90**^{*}
CANCELE QUANDO QUISER



ACESSE EM: FOLHA.COM/SERIESFOLHA

0800-015-8000
(SEG. A SÁBADO DAS 8H ÀS 14H)

* OFERTA EXCLUSIVA PARA NOVOS ASSINANTES. APÓS O PERÍODO PROMOCIONAL, SERÁ COBRADO O VALOR DE R\$ 44,95 POR MÊS.

APOIO **MRV** REALIZAÇÃO **FOLHA**
NÃO DÁ PRA NÃO LER

A volta da tunga dos livreiros

Querem tabelar para proibir os descontos

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Reapareceu no Senado a velha ideia de tabelar os livros. Ela circula há mais de dez anos e, em 2018, esteve perto de sair, tramitando pelo escurinho de Brasília. É um caso especial de tabelamento, pois enquanto o costume é tabelar uma mercadoria para impedir que se cobre a mais, nessa girafa pretende-se impedir que o comerciante cobre menos.

Desta vez a tentativa de tabelamento parte do Senado.

Lá, a senadora Teresa Leitão desarquivou um velho projeto, propondo que, ao lançar um livro, a editora estabeleça um preço. Nos primeiros 12 meses, as livrarias não podem oferecer descontos superiores a 10%. Vai-se além: numa segunda edição, o tabelamento vigoraria por outros seis meses.

No século passado, um jovem chamado Jeff Bezos trabalhava no mercado financeiro e queria mudar de vida.

Foi a uma série de palestras de editores e livreiros, surpreendeu-se com a imperfeição daquele mercado e teve um ideia: fundou a Amazon. Começou num galpão em Seattle vendendo livros pela internet e deu no que deu. Bem: a revolução chegou ao mercado de livros e o próprio varejo. Entrega rápido e dá descontos. Hoje a Amazon é a maior livraria do mundo. Estima-se que tenha conquistado metade do mercado de livros

no Brasil. No seu rastro, editoras e outras empresas criaram serviços de vendas online. Algumas, como a rede varejista Americanas, deram com os burros nágua. Foi-se ver, e a rede havia sido saqueada.

Todo o comércio de varejo passa pelo processo de destruição criadora do capitalismo. Num primeiro momento, os supermercados tomaram uma fatia do comércio às lojas da rua. Depois, veio o comércio eletrônico redesenhando a venda de livros a xampus, mas só os livreiros querem tabelar seus produtos.

Os livreiros têm uma aura apostolar. Afinal, um livro não seria um sabonete. Ilusão. Livros, sabonetes e caminhões são mercadorias. Tanto é assim que, há muitos anos, quando era mais barato imprimir um livro na China, algumas editoras passaram a rodá-los em Xangai, trazendo os volumes para o Brasil. As duas maiores redes de livrarias nacionais quebraram, muito mais por causa de suas acrobacias financeiras do que pela concorrência. Quando as grandes redes afogavam as pequenas livrarias, ninguém falava em tabelamento.

Reclama-se que o freguês vai a uma livraria, consulta os volumes e, ao voltar pa-

ra casa, encomenda o eletrônico. Os comerciantes que fazem essa reclamação fazem compras online e não pensam em tabelar os sanduíches. Ademais, todas as grandes editoras têm operações de venda eletrônica. Se cobram mais caro ou forçam a venda de livros físicos em detrimento dos e-books (mais baratos), o problema é delas.

O tabelamento de livros existe em outros países, como a França, Alemanha e Espanha. A ideia é ruim, mas deve-se admitir que essas condições funcionam direito. Valaria a pena copiar também seus sistemas de saúde e educação públicas. Copiando só o tabelamento dos livros, o Brasil correria atrás de uma jabuticaba passada. Replaca-se o que há de pior, repri-mindo-se o que há de novo.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

STF julga limites e critérios para apurações do Ministério Público

PGR pede definição de quais atos têm que passar por supervisão judicial

José Marques

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) volta a discutir, nesta quarta (24), a atuação do Ministério Público em investigações criminais e a de debater os limites sobre o tema e adequar o papel do órgão diante da implantação do juiz das garantias.

A ideia que tem sido discutida pelos ministros, segundo a **Folha** apurou no STF, é a definição de critérios técnicos sobre procedimentos investigativos internos do Ministério Público.

Em agosto do ano passado, ao determinar a implantação do juiz das garantias — modelo que divide o julgamento de casos criminais entre dois juízes —, o STF definiu “que todos os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação penal” deveriam ser submetidos “ao controle judicial”.

Também ordenou que o órgão encaminhasse, em até 90 dias, “sob pena de nulidade, todos os PIC [procedimentos investigativos criminais] e outros procedimentos de investigação criminal, mesmo que tenham outra denominação, ao respectivo juiz natural, independentemente de o juiz das garantias já ter sido implementado”.

Isso gerou uma sobrecarga no Judiciário. O Ministério Público começou a mandar todos os procedimentos aos juízes, como notícias-crime e representações — instrumentos usados para comunicar ao órgão fatos que po-



Ministros durante sessão do Supremo Tribunal Federal Antonio Augusto - 18.abr.24/Divulgação STF

dem configurar delitos. A interpretação de parte do STF é que houve uma terceirização de atribuições ao Judiciário.

Por isso, é necessário definir quais apurações devem ser encaminhadas aos juízes. Estão na pauta no tribunal oito ADI (ações diretas de inconstitucionalidade) que questionam o papel investigativo do Ministério Público, apresentadas pelo PL, pelo antigo PSL (atual União Brasil) e pela Adepol (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil).

Os processos são relatados pelos ministros Edson Fachin e Gilmar Mendes —há também um que estava sob a res-

ponsabilidade da ministra Rosa Weber, hoje aposentada. O primeiro é o relator da Operação Lava Jato no tribunal, já o segundo é um crítico não só da operação, mas de outras ações promovidas pelo Ministério Público Federal na última década.

Em 2015, o STF já havia confirmado que os promotores e procuradores podiam fazer investigações de ordem penal, desde que por prazo razoável e que fossem respeitados direitos e garantias dos investigados.

A discussão voltou ao Supremo em 2022, quando Gilmar apresentou votos no sentido de dar maior controle às

investigações tocadas pelo Ministério Público.

Ele defendia que houvesse, nessas investigações criminais, “efetivo controle pela autoridade judicial competente.” A intenção do ministro é de que o Judiciário possa determinar arquivamento de apurações devido, por exemplo, a ausência de justa causa ou excesso de prazo na tramitação.

Fachin pediu que os processos fossem julgados pelo plenário do Supremo, e eles foram paralisados.

A discussão foi retomada em agosto passado, quando o STF começou a julgar a validade do instituto do juiz das

garantias, aprovado no Congresso em 2019. Nesse novo modelo, um juiz autoriza diligências da investigação e o outro analisa se recebe a denúncia e julga o réu.

Na ocasião, foi definido um prazo de implementação do modelo 12 meses após o fim do julgamento, com possibilidade de prorrogação de mais 12 meses, sob justificativa.

Também foi determinado o controle dos atos do Ministério Público e o encaminhamento dos procedimentos aos juízes. Foi nesse momento que se viu a necessidade de dar maior definição.

“O dever de submeter ao controle judicial ‘toda e qualquer investigação’ e todos os ‘outros procedimentos de investigação criminal, mesmo que tenham outra denominação’ (...) merece ser compreendido como a abranger somente os procedimentos instaurados pelo órgão ministerial que envolvam o desencadear de investigações, excluindo-se, por consequência, as meras notícias de fato de natureza criminal”, disse o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Ele considera “ser necessário esclarecer tal particularidade, dado que, além dos procedimentos investigatórios, há inúmeras notícias, requerimentos e documentos que são entregues diariamente aos órgãos ministeriais”.

Para André Damiani, criminalista especializado em direito penal econômico, a corte deve determinar “balizas e mecanismos que imponham o controle perene do Poder Judiciário, legítimo guardião dos direitos e garantias fundamentais do cidadão investigado”.

Já o advogado criminalista Daniel Bialski, mestre em direito processual penal, afirma que o STF deve regulamentar “investigações difusas de um inquérito policial normal que o próprio Ministério Público faz internamente”.

Folha reforça combate à desinformação com o projeto Checamos

SÃO PAULO O combate à desinformação realizado pela Folha ganha força com o lançamento, nesta quinta-feira (25), do projeto Checamos. O objetivo é verificar conteúdos potencialmente falsos que estão viralizando nas redes sociais e aplicativos de mensagem para levar a informação correta ao leitor.

O projeto abordará diversos temas, de cultura a política, e verificará conteúdos em diferentes formatos, como texto, foto e vídeo. O patrocínio é da Philip Morris Brasil.

O lançamento ocorre em meio ao crescimento do uso da inteligência artificial, que potencializa a criação de publicações falsas, e em ano eleitoral, onde mentiras proliferam para atacar candidatos de todos os lados e desacreditar o sistema eleitoral brasileiro. Vídeos com a hashtag “#fraudenasurnas” foram visualizados mais de 7,7 milhões vezes no TikTok apenas em outubro de 2022, período eleitoral.

“Combater a desinformação é atividade precípua do jornalismo; combatê-la em tempos do acelerador de partículas de fake news que são as redes sociais torna-se imperativo”, afirma Sérgio Dávila, diretor de Redação.

As verificações do projeto Checamos ficarão abrigadas na seção Folha Informações, onde são publicadas as checagens feitas pela **Folha**. Se você receber um conteúdo sobre o qual fique em dúvida, pode enviá-lo para que seja verificado pelo WhatsApp 11 99581-6340 ou pelo email folha.informacoes@grupofolha.com.br.

Depois de embate com Moraes, Musk acusa Austrália de censura

SÃO PAULO Depois de atacar o Judiciário brasileiro e o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, o bilionário Elon Musk entrou em embate com autoridades australianas por causa de um pedido de retirada de postagem envolvendo conteúdo violento no X (antigo Twitter).

Na segunda (22), autoridades do país determinaram a retirada global de vídeos sobre um ataque com faca contra um bispo em uma igreja em Sydney. O X diz ter restringindo o conteúdo no país, mas Musk diz não concordar com a remoção global.

Reagindo à acusação de censura, o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese,

chamou o empresário de “bilionário arrogante”.

“Ele é um bilionário arrogante que pensa estar acima da lei e também acima da decência comum”, afirmou Albanese à ABC News.

As falas do primeiro-ministro foram seguidas por declarações de Musk contra as autoridades australianas. “O povo australiano quer a verdade”, afirmou nesta terça-feira (23).

Antes, o bilionário havia repostado publicação afirmando que a plataforma tenta lutar contra o que chamou de “censura global” das autoridades australianas, que pedem a remoção de postagens sob pena de multa diária.

O empresário questiona se

as autoridades do país têm o direito de pedir a retirada global das postagens. “Nós já censuramos o conteúdo em questão na Austrália, aguardando recurso legal, e ele está armazenado apenas em servidores dos Estados Unidos.”

Em relação ao Brasil, o bilionário tem feito nas últimas semanas uma série de postagens atacando Alexandre de Moraes, nas quais afirmou que o ministro do STF é ditador.

Musk reclama de decisões do STF e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que bloquearam dezenas de contas. Em outros países, como Índia e Turquia, ordens de remoção de conteúdo foram cumpridas sem críticas desse teor.

“Quanto isso custaria?”, escreveu Musk. Na sequência, ele postou um emoji de risada.

AGU pede apuração sobre postagem de ativista americano

A AGU (Advocacia-Geral da União) enviou ao STF (Supremo Tribunal Federal) requisição para que a PGR (Procuradoria-Geral da República) avalie abrir investigação sobre informações publicadas no X (antigo Twitter) pelo ativista e jornalista americano Michael Shellenberger, responsável pelo “Twitter Files Brazil”. No pedido, o órgão diz que houve provável crime por divulgação de informações sigilosas relacionadas a inquérito sobre o 8 de janeiro.

Rejeição a Nunes no PSDB fustiga discurso de herdeiro de Covas

Partido lançou Datena e mira Tabata; prefeito tem apoio de filho de Bruno e diz que gestão tem ideais tucanos

Carolina Linhares e Joelmir Tavares

SÃO PAULO O desembarque do PSDB da coligação do prefeito Ricardo Nunes (MDB) abalou um dos pilares do discurso do pré-candidato à reeleição: o de que sua gestão é de continuidade da do tucano Bruno Covas. A legenda filiou neste mês o apresentador José Luiz Datena, num arranjo que prevê sua indicação a vice de Tabata Amaral (PSB), mas uma candidatura dele a prefeito de São Paulo não está descartada. Boa parte dos militantes tucanos, no entanto, fará campanha para Nunes, apesar de o diretório municipal ter votado contra o apoio à reeleição. Nunes, que era vice, herdou a cadeira com a morte do prefeito por câncer, em 2021. Ele tem repetido que manteve o plano de governo e a equipe montada por Covas. A inscrição “gestão Bruno Covas” até hoje é usada pela prefeitura em inaugurações. A aproximação do PSDB com Tabata é considerada positiva pela equipe da deputada, que busca avançar sobre o perfil do eleitorado que votou no partido nos últimos anos e ficou sem alternativa

após a derrocada tucana. A retirada da legenda da campanha de Nunes reforça a estratégia da deputada. A ausência do PSDB na coalizão de Nunes também acabou, indiretamente, por reforçar uma mensagem que Guilherme Boulos (PSOL), principal adversário do prefeito, tem explorado: a de diferenciar Nunes de Covas. O deputado diz que o tucano, com quem rivalizou no segundo turno em 2020, tinha apreço pela democracia e resistiria a uma aliança com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que é investigado por tentativa de golpe de Estado e foi cortejado por Nunes. Em janeiro, Bolsonaro deixou claro que vai apoiar o prefeito. A participação de Bolsonaro na campanha de Nunes está no cerne da discussão sobre o atual prefeito representar a gestão Covas ou não. Em uma série de ocasiões, Covas deixou clara sua oposição a Bolsonaro e disse que votou nulo no pleito presidencial de 2018. O fato de Nunes ter ido ao ato do ex-presidente na avenida Paulista, em fevereiro, acabou virando munição para os adversários. “Nunes demonstra topar qualquer negócio para se manter no po-

der e envergonha o legado de Bruno Covas”, postou Tabata na ocasião. Boulos escreveu: “É uma vergonha que alguém que se elegeu vice de Bruno Covas, democrata que sempre foi contra o bolsonarismo, esteja hoje na Paulista defendendo justamente o ataque à democracia promovido por Bolsonaro”. Aliado de Nunes, o coordenador da campanha do PSDB em 2020, Wilson Pedrosa, diz que o PL faz parte da base e que Covas já demonstrou pragmatismo em relação a Bolsonaro. Para ele, esse argumento é uma desculpa para entregar o PSDB a Tabata. Em evento da ala do PSDB pró-Nunes no mês passado, Pedrosa afirmou que, em 2018, quando João Dória se aliou a Bolsonaro, “Covas não aplaudiu, mas respeitou, porque entendeu o momento político que era necessário para vencer”. Outro fator a favor de Nunes é o apoio do filho de Bruno Covas, Tomás. O jovem, ao escrever para Nunes uma dedicatória no livro que lançou sobre o pai, agradeceu ao prefeito “pelo legado que seguiu na gestão Bruno Covas”. Procurado pela Folha, o pre-



A relação entre Bruno Covas e Jair Bolsonaro
Selfie e aproximação
Em março de 2019, Covas, então prefeito, publicou selfie com João Dória, então governador, e Bolsonaro, então presidente. A selfie viralizou na campanha de 2020 e o prefeito disse não concordar com Bolsonaro e ter tirado a foto por educação. Na eleição anterior, de 2018, Dória, aliado de Covas, aderiu ao BolsoDória para vencer

Pandemia
O prefeito defendia o isolamento social e acusava Bolsonaro de ser irresponsável. Em entrevista à CNN, Covas disse que o governo federal não estava ajudando a enfrentar a crise.

Eleição de 2020
Covas se opôs a Bolsonaro argumentando que ele defendia a ditadura que havia cassado e prendido seu avô, Mário Covas. O tucano disse que votou nulo no segundo turno de 2018, entre Bolsonaro e Fernando Haddad (PT).

Morte
Quando Covas morreu, em maio de 2021, Bolsonaro demorou quase sete horas para manifestar solidariedade. Em agosto do mesmo ano, criticou Covas por ter ido a um jogo de futebol na pandemia, chamando-o de “o outro que morreu”. Na época, Nunes disse que a fala de Bolsonaro foi “agressiva e desleal”. Tomás Covas disse lamentar a postura “covarde” do “incompetente e negacionista” Bolsonaro

sidente do PSDB, Marconi Perillo, afirmou que “o legado do PSDB não pertence a nenhum partido e nem a ninguém a não ser o próprio PSDB”. Ele diz que a preferência é ter uma candidatura própria em São Paulo, mas que nenhum cenário, inclusive o apoio a Nunes, está descartado e a decisão, que caberá ao PSDB nacional, será tomada a partir de pesquisas eleitorais. Apesar de Nunes ter mais chance de vitória do que Tabata ou Datena, a leitura da cúpula tucana é que o partido tem mais benefícios com a exposição na campanha municipal do que sendo mais um na coligação do prefeito. Na condição de cabeça de chapa ou vice, o PSDB poderia exibir o presidenciável Eduardo Leite e fincar posição no campo do centro, preparando terreno para 2026. Já a opinião contrária, de que o partido deveria manter seu espaço na máquina de Nunes, é classificada como fisiologismo. Durante a janela partidária (período em que é permitida mudança de partido sem risco de perder o mandato), encerrada no início do mês, o PSDB perdeu seus oito vereadores na capital paulista, sendo que quatro migraram para o MDB. Na opinião do ex-secretário municipal e ex-presidente do PSDB paulistano Orlando Faria, que apoia Tabata, Nunes busca o apoio institucional do partido, apesar de já ter ao seu lado a militância, justamente para não ter seu discurso de continuidade esvaziado. Na prática, o PSDB não agregaria tempo de TV ou recursos a ele, mas seria importante pela mensagem simbólica. Entre os fatores que distanciam Nunes e Covas, Faria diz que o tucano tinha preocupação maior com questões sociais e equilíbrio fiscal. Mas, o mais emblemático para ele é a

aproximação com Bolsonaro. “A presença do Ricardo num ato de defesa de Bolsonaro com fundo antidemocrático foi muito traumática dentro do PSDB nacionalmente. Só quem está na máquina [da prefeitura] é que não falou nada”, diz. Apontado como artífice da rejeição do PSDB municipal à coligação com Nunes, o presidente do diretório paulistano, ex-senador José Aníbal, argumenta que o prefeito não representa os valores de Covas, seja pelo apoio de Bolsonaro ou pela falta de políticas de peso em sua gestão. “No discurso de vitória em 2020, Covas deixou claro que não tinha nada a ver com Bolsonaro, que o campo dele era outro, o democrático. Imagina se hoje ele faria uma aliança preferencial com Bolsonaro? Depois do golpe de 8 de janeiro.”

Questionado pela Folha sobre a rejeição do PSDB, Nunes enfatizou a posição de militantes e isolou a opinião de Aníbal. “A gente vê hoje um PSDB municipal bem diferente. Inclusive quem está dirigindo o PSDB municipal não tinha nem sequer relação com Bruno ou com o PSDB que levou Bruno à vitória. O próprio Tomás reconhece essa questão do legado. Agora, as questões partidárias, às vezes tem situações que quem está ali naquele momento não representa a vontade da maioria.” Nunes ressaltou que Aníbal comanda o PSDB paulistano graças a uma intervenção da direção nacional. O diretório estava a cargo de Fernando Alfredo, cuja reeleição não foi reconhecida pelo partido. Alfredo defende apoio a Nunes. O prefeito disse ainda que mantém conversas com líderes tucanos para reverter a situação.



Participantes de jantar em apoio à reeleição de Ricardo Nunes; única mulher na imagem é a presidente do Podemos, Renata Abreu Divulgação pré-campanha Ricardo Nunes

Prefeito reúne Tarcísio, Temer e Kassab, e aliança para eleição em SP é vista como embrião de 2026

SÃO PAULO Um jantar de apoio à reeleição do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), materializou na noite desta segunda (22) o que ele vem chamando de frente ampla, com a participação de representantes de dez partidos e de figuras de peso como o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o ex-presidente Michel Temer (MDB) e o secretário Gilberto Kassab (PSD). O ex-governador Rodrigo Garcia (que deixou o PSDB neste ano) também estava presente e foi designado para coordenar o programa de governo da campanha de Nunes. Ele deve montar uma equipe e a expectativa é que o trabalho comece em junho. Foi finalizada a formação de

um conselho político da campanha de Nunes, com um representante de cada partido. Na avaliação de políticos presentes, a aliança aponta para uma alternativa de oposição a Lula (PT) em 2026. O encontro teve a participação de MDB, PL, Republicanos, Podemos, União Brasil, PSDB, PSD, Solidariedade, Avante e PRD — cada presidente discursou por alguns minutos. O PP e o Cidadania fazem parte do grupo, mas não estavam presentes. Procurado pela Folha, Nunes afirmou que “a frente ampla foi formada”. “Estou bem contente com o apoio, mostrando que o diálogo, o trabalho e os resultados estão sendo reconhecidos. Não tem

no país uma pré-candidatura nas capitais com tanto apoio.” Dentre esses partidos, alguns apoiaram o atual presidente em 2022 no primeiro turno, como o Solidariedade e o Avante. O MDB manteve-se neutro, mas a presidenciável Simone Tebet fez campanha para Lula. Apesar disso, a leitura de alguns dirigentes foi a de que esse grupo heterogêneo vencer Guilherme Boulos (PSOL) na principal capital do país haveria um caminho para manter a unidade, criar uma mega coalizão capaz de dragar o apoio que sustenta Lula e apresentar um presidenciável de oposição em 2026. Segundo participantes do jantar, o grupo pró-Nunes so-

ma mais de 350 deputados federais e tem 11 ministros no governo Lula (do MDB, PSD, União Brasil, PP e Republicanos). Integrantes do MDB, no entanto, ponderam que o partido é aliado ao PT em todos os estados no Nordeste, além de Pará e Amazonas, o que dificilmente colocaria a legenda em oposição a Lula em 2026. Além disso, Kassab costuma pregar candidatura própria do PSD ao Palácio do Planalto. O clima foi de otimismo com a vitória de Nunes — duas pesquisas internas apresentadas ali mostravam o prefeito com vantagem de 4 a 5 pontos sobre Boulos, o candidato de Lula. Na última pesquisa Datafolha, eles aparecem empatados.

Os levantamentos mostravam ainda queda da popularidade de Lula na capital paulista. Dirigentes partidários fizeram a leitura de que o governo federal vive seu pior momento e dificilmente vai se recuperar a tempo do pleito municipal, o que prejudica Boulos. Já o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a Nunes não foi um dos pontos centrais do jantar. Houve, por um lado, o reconhecimento de que a competitividade do prefeito na eleição se deve muito ao fato de que o bolsonarismo e o PL decidiram não lançar um concorrente à direita. Por outro lado, houve falas de que a campanha de Nunes deve fugir da polarização entre Lula e Bolsonaro e que nenhum deles será o futuro prefeito de São Paulo. Embora os apoios sejam importantes, a leitura é a de

que os resultados da gestão contam mais. Acertos que dependem da articulação entre esses partidos, como a definição do vice na chapa de Nunes, acabaram não sendo tratados abertamente em um encontro com mais de 20 pessoas. O estabelecido é que Bolsonaro indique um nome, mas que dependerá do aval das demais siglas e da simpatia de Tarcísio. O ex-presidente defende o coronel da PM Ricardo Mello Araújo, mas a decisão deve ser tomada a partir de junho e julho, quando acontecem as convenções partidárias. Como mostrou o Painel, uma possível vice mencionada e elogiada nas rodas de conversas do jantar foi a vereadora bolsonarista Sonaira Fernandes (PL), ex-secretária de Políticas para Mulher da gestão Tarcísio. Outro cotado para a vice é o secretário municipal Aldo Rebelo (MDB), que foi ao jantar. Ele já disse à Folha, porém, não ter perspectiva de compor a chapa com Nunes. Da União Brasil, estavam presentes o presidente nacional, Antonio Rueda, e Milton Leite, presidente da Câmara dos Vereadores de São Paulo. Segundo relatos à reportagem, ambos exaltaram o compromisso com Nunes, enterrando as pretensões do deputado Kim Kataguirí (União Brasil) de concorrer à prefeitura. O secretário da Casa Civil de Nunes, Fabrício Cobra, foi um tucano presente no encontro. Como mostrou a Folha, a rejeição do PSDB a Nunes dificulta seu discurso de representar continuidade em relação a Bruno Covas (PSDB). No jantar, porém, a aposta foi a de que os tucanos ainda podem decidir apoiar o prefeito. Bolsonaristas consultados pela reportagem negaram haver desconforto com a escolha de Rodrigo Garcia para coordenar o programa de governo, dada sua ligação com João Dória, de quem foi vice e que é tido como um inimigo de Bolsonaro. CL

mundo

Lula classifica de extraordinária união de candidatura opositora na Venezuela

Presidente afirma torcer para que país vizinho volte à normalidade após eleições de 28 de julho

Catia Seabra, Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manifestou otimismo com as próximas eleições presidenciais na Venezuela, apesar da série de restrições contra candidatos opositores promovidas pelo regime de Nicolás Maduro. Lula ainda definiu como extraordinária a movimentação da oposição, que lançou uma candidatura única para o pleito. As declarações foram dadas durante café da manhã do presidente com os jornalistas que cobrem o dia a dia da Presidência da República, no Palácio do Planalto. Após o Conselho Nacional Eleitoral venezuelano, aparelhado pelo chavismo, barrar dois nomes da oposição, um na Justiça e outro no registro da candidatura, o diplomata Edmundo González Urrutia aceitou, no domingo (21), ser o representante da maior plataforma da oposição para dis-

putar contra Maduro as eleições previstas para 28 de julho. “A questão da Venezuela, está acontecendo uma coisa extraordinária: a oposição toda se reuniu, está lançando candidato único. Vai ter eleições. Acho que vai ter acompanhamento internacional sobre as eleições, há interesse de muita gente em acompanhar. E, se o Brasil for convidado, participará do acompanhamento das eleições”, disse o presidente. Embora tenha acenado à movimentação da oposição venezuelana, o presidente evitou dar sequência à escalada nas críticas a Maduro. No final do mês passado, o governo brasileiro mudou de tom e contestou, pela primeira vez, o bloqueio à candidatura da opositora Corina Yoris, que, por sua vez havia sido escolhido como substituta de Maria Corina Machado, principal nome da oposição contra o chavismo inabilitada pela Justiça eleitoral de concorrer. Em nota, o Itamaraty disse

que acompanhava “com expectativa e preocupação o desenrolar do processo eleitoral” no país, marcando uma inflexão na posição até então adotada por Lula, de preservar o aliado sul-americano e relativizar as críticas contra ele. Na semana seguinte, Lula chamou de grave o veto à candidatura e afirmou que não há justificativa política ou jurídica para se proibir um adversário de disputar eleições. A fala enviou sinal de que o Planalto endossou a repreensão ao regime chavista, algo considerado importante por diplomatas brasileiros uma vez que a resposta de Caracas, em tom agressivo, sugeriu uma divisão de opiniões entre a chancelaria e o chefe do Executivo. Desde o episódio envolvendo as candidaturas, os EUA retomaram as sanções ao setor energético venezuelano, que estavam suspensas após diálogo entre regime de Maduro e a oposição, conhecido como Acordo de Barbados.

“A questão da Venezuela, está acontecendo uma coisa extraordinária: a oposição toda se reuniu, está lançando candidato único. Vai ter eleições. [...] E, se o Brasil for convidado, participará do acompanhamento das eleições

Lula durante café da manhã com jornalistas no Planalto

Lula afirmou esperar que as eleições aconteçam dentro da normalidade e que o resultado das urnas seja aceito pelas partes. Nos bastidores, integrantes do governo e diplomatas manifestam preocupação com o pós-eleições, com a possibilidade de uma ruptura democrática. “[Estamos] na perspectiva de que quando terminar as pessoas voltem à normalidade. Ou seja, quem ganhou toma posse e governa e quem perdeu se prepara para as outras eleições, como eu me preparei depois de três derrotas aqui no Brasil”, afirmou Lula no café da manhã. “Eu fico torcendo para que a Venezuela volte à normalidade, para que os Estados Unidos tirem as sanções e que a Venezuela possa voltar a receber de volta o povo que está deixando a Venezuela por conta da situação econômica.” Lula também disse que ainda não teve a oportunidade de ler a carta endereçada a ele

pelo presidente da Argentina, Javier Milei. O documento foi entregue há uma semana pela chanceler do país vizinho, Diana Mondino, que estava em viagem oficial a Brasília. Ela se encontrou e repassou a carta ao ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Lula, no entanto, justificou que seu chanceler esteve em algumas missões oficiais e por isso ainda não o encontrou para pegar o documento. “A única coisa que posso adiantar é que depois que eu ler [a carta] eu tenho interesse que a imprensa saiba o que o presidente da Argentina quer conversar com o Brasil”, disse. O presidente também afirmou que pretende realizar uma reunião entre “presidentes democratas” para discutir como enfrentar o crescimento da ultradireita. Participariam, segundo ele, líderes como o francês Emmanuel Macron e o espanhol Pedro Sánchez. “Os setores de esquerda, progressistas, os setores democratas têm que se organizar. Eu falei com Pedro Sánchez, falei com Macron, estou tentando ver se a gente consegue fazer uma reunião com os chamados presidentes democratas por ocasião da Assembleia-Geral das Nações Unidas para a gente definir uma estratégia de como vamos, a nível internacional, enfrentar o crescimento da extrema direita”, afirmou Lula.

MADURO APRESENTA CÉDULA EM QUE SUA FOTO APARECE 13 VEZES

O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, apresentou na segunda-feira (22) o modelo da cédula de votação que deve ser usada nas próximas eleições presidenciais do país, marcadas para o dia 28 de julho. Na cédula apresentada, sua fotografia aparece 13 vezes, no topo e na parte esquerda do documento. O documento tem uma configuração com 13 candidatos indicados por 37 partidos, definida pelo CNE (Conselho Nacional Eleitoral). Segundo Maduro, entretanto, ele ainda pode sofrer modificações, já que ainda há prazo para que partidos e candidatos formem novas alianças. Ao apresentar a cédula, Maduro se defendeu de acusações de manipulação do documento. “Temos 13 fotos legalmente, como ocorreu em outras eleições, porque temos 13 movimentos políticos [...] que apoiam unitariamente a candidatura”, afirmou. Ele ressaltou que a oposição tem ainda mais espaço na cédula. “Aqui temos de tudo”, disse.



Zurimar Campos - 22.abr.24 / Divulgação Presidência da Venezuela / AFP

É hora de petista e Petro pressionarem chavista por pleito livre, diz ex-presidente da Colômbia

ENTREVISTA JUAN MANUEL SANTOS

Sylvia Colombo

BOGOTÁ Ex-presidente da Colômbia e prêmio Nobel da Paz, Juan Manuel Santos, 72, anda pela Feira do Livro de Bogotá como um popstar: as pessoas pedem fotos, autógrafos e ele fala ao público sobre seu novo livro, “La Batalla Contra La Pobreza” (ed. Planeta, importado), no qual conta como conseguiu reduzir a pobreza de 40,3% para 27% durante sua gestão (2010-2018) — número que voltou a crescer com a pandemia de Covid-19. Trata-se de sua segunda obra sobre esse período. A primeira, “La Batalla Por La Paz”, conta os bastidores da negociação que encerrou o conflito com as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), em 2016. Em entrevista à **Folha**, em Bogotá, Santos fala de sua desilusão com o presidente Gus-

tavo Petro, cuja candidatura havia apoiado, e do papel de Brasil e Colômbia na transição democrática na Venezuela.
*
O que o senhor achou do “relançamento” da relação entre Brasil e Colômbia? Como avalia essa viagem de Lula a Bogotá? Tudo o que for para melhorar as relações entre Brasil e Colômbia é bem-vindo, porque são dois países que, se trabalham juntos, podem ter muita sinergia. A Colômbia pode crescer mais se importar do Brasil sua estratégia agropecuária, e o Brasil pode ter um aliado importante para conter a crise na Amazônia.
O senhor sente que trabalhou bem com os presidentes brasileiros na época de seu governo? Com Lula, Dilma e Temer? Sim, a Dilma me apoiou muito no processo de paz, foi muito importante. A primeira viagem que eu fiz como presidente foi ao Brasil.

Gosto muito do seu país. Com Temer tenho uma lembrança curiosa.
Qual? Estivemos juntos na Assembleia-Geral da ONU em 2017, e Donald Trump pediu para falar reservadamente com os os principais países latino-americanos sobre a Venezuela. E Trump nos dizia, primeiro parecia uma piada, depois vimos que era sério: “por que não uma invasão?”. E eu lhe disse: “esqueça presidente, isso seria uma loucura espantosa”. Foi então que dei uma sugestão a ele e ao grupo de que era necessário dar uma saída digna a [Nicolás] Maduro. Que se suspendessem as investigações contra ele no Tribunal Penal Internacional e que ele não fosse perseguido por seus crimes, senão, ele nunca deixaria o poder. Mas Trump não gostou nada da ideia, ele queria uma solução mais limpa-dura. E hoje, estamos onde estamos.



Juan Manuel Santos, 72 Formado em economia e administração, pela Universidade de Kansas, com mestrado na London School of Economics e na Universidade Harvard. Foi presidente da Colômbia de 2010 a 2018 e antes foi ministro de Defesa e da Fazenda. Em 2016, ganhou o prêmio Nobel da Paz por seus esforços nas negociações de um acordo de paz com as Farc.

Petro anunciou uma proposta de plebiscito na Venezuela, em que se votaria por garantias para quem perdesse. O que o senhor acha dessa proposta? Não creio que seja eficiente. O que posso dizer é que se Lula e Petro realmente querem pressionar Maduro por eleições livres, o momento é agora. Esta semana será importante, porque o regime deve reagir a essa unificação da oposição em torno da candidatura do ex-embaixador Edmundo González Urrutia. É possível que Maduro tente inabilitá-lo. Seria importante que Lula e Petro lhe dissessem: “respeite esse candidato”. Maduro não vai jogar com uma possibilidade grande de perder. E as pesquisas já mostram ele atrás de uma oposição unificada.

O senhor, que conhece Maduro tão bem, que tratou tanto com ele durante o processo de paz, o que pensa que ele quer? Maduro está agarrado ao poder. Eu sempre acreditei que ele só o deixaria se lhe derem uma ponte de ouro, uma saída digna a ele e a todo o comando do regime. Senão, ele vai morrer aí, se defendendo.

Seria como oferecer um acordo de paz a Maduro? Sim, se ele tivesse certeza de que, ao perder, não iria para a prisão, facilitaria uma transição. É aí que há muito desacordo porque Maduro tem muitos crimes pelos quais responder. Por isso a transição dependeria de uma negociação séria e responsável, como se faz, justamente, em um processo de paz.

Parece que Petro é bom na teoria, no discurso bonito, mas não é pragmático, não? Ele tem boas ideias, mas quando é hora de convertê-las em realidade, tem dificuldade política enorme. Lula tem muito mais experiência de como governar e tem uma equipe boa ajudando. Não é o caso de Petro.

Da última vez que falamos, o senhor disse que apoiava Petro nas eleições de 2022. Hoje, está arrependido? No que diz respeito à implementação do processo de paz, sim, porque foi algo que ele prometeu fazer na campanha. Petro, embora querendo, não fez quase nada em relação a isso em quase dois anos, falta-lhe capacidade. Nesta área, estou, sim, decepcionado.



Palestinos recolhem corpos encontrados em vala comum no terreno do hospital Nasser, alvo de operação do Exército israelense em Khan Yunis, no sul da Faixa de Gaza
 AFF

Mais de 300 corpos são encontrados em hospital de Gaza

Segundo o Hamas, cadáveres estavam em vala comum em centro médico invadido por Israel, que nega envolvimento

GUERRA ISRAEL-HAMAS
SÃO PAULO A guerra Israel-Hamas completou 200 dias nesta terça-feira (23) com mais um conflito de versões. Funcionários da Defesa Civil da Faixa de Gaza, controlada pela facção, afirmaram que mais de 300 corpos foram encontrados em uma vala comum no hospital Nasser, invadido por militares de Israel. Horas depois, o chefe de direitos humanos da ONU disse ter ficado horrorizado e exigiu uma investigação internacional. O Departamento de Estado americano, por sua vez, disse que os relatos são preocupantes. Já autoridades israelenses negaram envolvimento, chamando as acusações contra suas tropas de infundadas.

Os corpos têm sido encontrados no terreno do complexo médico desde sábado (20) depois que os militares de Israel desocuparam o local, segundo a Defesa Civil. O hospi-

tal Nasser é um dos maiores de Gaza e está localizado na cidade de Khan Yunis, no sul, numa das regiões mais bombardeadas no conflito. Além de tratar pacientes, a estrutura servia de abrigo para milhares de palestinos forçados a se deslocar na guerra.

“Isso [corpos encontrados despidos e de mãos atadas], obviamente, indica violações graves da lei internacional de direitos humanos

Ravina Shamdasani
porta-voz do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

O caso foi relatado pela Al Jazeera. Segundo a rede qatari, alguns dos corpos descobertos eram de crianças, mulheres e idosos. Líderes palestinos afirmam que valas semelhantes foram achadas em outros hospitais, incluindo o Al-Shifa, no norte, também invadido por forças israelenses. Em comunicado divulgado nesta terça, o alto comissário da ONU para os direitos humanos, Volker Türk, disse ter ficado horrorizado com a destruição dos hospitais e também com os relatos das valas comuns. Ele ainda pediu investigações internacionais, que seriam necessárias devido ao “clima de impunidade reinante” em Gaza. Ravina Shamdasani, porta-voz da organização, acrescentou que alguns dos corpos tinham as mãos atadas e estavam sem roupa. “E isso, obviamente, indica violações graves da lei internacional de direitos humanos”, afirmou ela,



reforçando pedidos de investigações “independentes, eficazes e transparentes”. Repórteres da agência Reuters disseram ter visto a retirada de cadáveres do complexo médico com escavadeiras. Segundo relatos de palestinos, alguns estavam enterrados sob pilhas de lixo. Em quatro dias, 310 corpos foram encontrados, de acordo com a Defesa Civil de Gaza. Outras duas valas teriam sido identificadas no local, mas até esta terça não haviam sido escavadas. As forças israelenses invadiram o hospital Nasser em fevereiro sob o argumento de que corpos de reféns israelenses estariam no local. Na ocasião, as autoridades disseram que a ação seria “precisa e limitada”. A invasão, contudo, foi alvo de uma série de críticas e questionamentos feitos pela comunidade internacional. Nesta terça, o Exército israelense disse que as acusações não têm qualquer fundamento. Os militares acrescentaram que alguns cadáveres próximos do hospital chegaram a ser examinados, mas que todos foram posteriormente devolvidos ao local onde estavam. “O exame foi realizado de maneira cuidadosa e exclusivamente em locais onde a inteligência indicava a possível presença de reféns. O exame foi realizado respeitosamente, mantendo a dignidade do falecido”, disse o Exército israelense em comunicado. As ofensivas contra instalações médicas em Gaza vêm causando preocupação duran-

te todo o conflito. Além do Nasser e do Shifa, forças israelenses sitiaram o hospital Al-Amal, também em Khan Yunis. Nos mais de seis meses de guerra ainda ocorreram bombardeios nas proximidades das unidades médicas, além de ataques contra ambulâncias. Como bombardeios maciços destruíram áreas residenciais e forçaram palestinos a deixar suas casas, os hospitais — em tese locais mais seguros na guerra — passaram a receber milhares de desabrigados no conflito. Instalações, veículos e pessoal médico são protegidos por lei nas situações de conflito armado. Essa proteção está contida na primeira Convenção de Genebra — pioneira norma jurídica de valor universal adotada para regular as guerras no mundo. De acordo com a convenção, os locais médicos não podem ser alvos mesmo no caso de prestarem assistência a integrantes de organizações terroristas. Organizações dizem, portanto, que as invasões dos hospitais podem configurar crime de guerra. Israel acusa o Hamas de usar hospitais, ambulâncias e outras instalações médicas para fins militares — o que a facção nega. As autoridades chegaram a divulgar imagens de túneis construídos pelo grupo terrorista abaixo de hospitais. Desde o começo da guerra mais de 34 mil palestinos foram mortos em Gaza, segundo o Ministério da Saúde local, controlado pelo Hamas. Com Reuters e AFP

Dez pessoas morrem em choque de helicópteros na Malásia

AFP Dois helicópteros militares da Malásia colidiram durante uma sessão de treinamento nesta terça-feira (23), em um acidente que causou a morte de todos os dez tripulantes, informou a agência de resgate do país asiático. “Os dois helicópteros colidiram durante o treinamento de voo”, afirmou Suhaimy Mohamad Suhail, comandante de operações do departamento de bombeiros e resgate. “Todas as dez pessoas a bordo foram confirmadas como mortas pelos médicos”, acrescentou Suhail.



Ferragens de helicópteros na Malásia
 Divulgação Departamento de Bombeiros e Resgate da Malásia/Xinhua

O ministro da Defesa, Mohamad Khaled Nordin, disse que as aeronaves estavam ensaiando para um desfile em comemoração ao 90º aniversário da Marinha Real da Malásia, que será realizado no sábado (27). Vídeos compartilhados na internet mostram vários helicópteros voando baixo em formação sobre o Estádio Naval da cidade de Lumut. Uma das aeronaves parece atingir o rotor traseiro de outra, fazendo com que ambas girem e caiam. Os corpos foram encaminhados para identificação. Não havia relato de feridos em solo.



PM de São Paulo expulsou sem-teto de área particular sem ordem judicial

Corporação afirma ter preservado a segurança em reintegração de posse; ordem partiu de Derrite

Rogério Pagnan
e Carlos Petrocilo

SÃO PAULO Equipes da Polícia Militar realizaram, na tarde do último dia 20 de janeiro, uma operação de reintegração de posse de um terreno em Osasco, na Grande São Paulo, ocupado na madrugada por um grupo com cerca de 600 integrantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), entre mulheres e crianças. A rápida resposta do aparato policial foi acompanhada pelo prefeito local, Rogério Lins (Podemos), para enfatizar “a intolerância a invasões em Osasco”, conforme nota da prefeitura. Lins, na mensagem, agradeceu o apoio recebido do governador Tarcísio Freitas (Republicanos) e do secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite. Embora divulgada oficialmente pelo município e pela PM na imprensa local, a reintegração de posse de Osasco é apontada por coronéis ouvidos pela *Folha* como uma ação irregular por envolver um terreno particular e ser realizada sem ordem judicial, o que seria obrigatório nesse tipo de situação. Ainda conforme oficiais, a operação foi realizada sem planejamento adequado e em horário incomum (15h) após ordem verbal de Derrite dada ao comandante da PM, coronel Cássio de Araújo Freitas para atender, segundo eles, pedido de terceiros. Procurada, a Secretaria da Segurança não negou que a ação tenha ocorrido por ordem direta de Derrite e sem autorização judicial. A pasta afirma que a PM agiu para “preservar a segurança de todos, bem como reestabelecer a ordem pública”. O terreno invadido fica na Vila Menck, na periferia de Osasco, tem cerca de 46 mil m² e pertence a uma empresa de empreendimentos imobiliários, a Molinos de Osasco, que tem como sócios os empresários Julio e Roberta Belardi de Almeida Camargo, herdeiros do imóvel por parte materna. Os dois são filhos do lobista Júlio Camargo, delator da Lava Jato, cujas revelações deram base à denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB). Camargo admitiu ter partici-



Grupo de sem-teto é expulso de área particular em Osasco, em janeiro deste ano, após ação da Polícia Militar

Caio Henrique/PMO

pado de pagamentos de propina à Petrobras e foi multado em R\$ 40 milhões. Também foi condenado a 14 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, pena que, em virtude da colaboração, foi comutada para cinco anos em regime aberto. A área foi invadida pouco depois da meia-noite e meia do dia 20. Por volta das 6h, o vigia do terreno foi apresen-

“

A polícia não precisa ter a menor pressa de agir. [...] Uma vez que o pessoal entrou, é questão de advogado, da Justiça, não é questão policial. Pressa para quê?

José Vicente da Silva
coronel reformado da PM

tado na delegacia por uma equipe da PM, acionada para atender o caso. O delegado plantonista, Lucas Rafael Serra, registrou a invasão e orientou a empresa a procurar a Justiça. “A empresa vítima fica desde já orientada a solucionar a demanda através do Poder Judiciário na seara civil, a partir da qual, caso haja necessidade de apoio policial, se dará mediante ordem da autoridade judiciária competente”, diz trecho do boletim de ocorrência, emitido às 8h35. Segundo os oficiais, o planejamento da atuação da PM após decisão judicial pode durar mais de três meses. Na reintegração em Osasco, por volta das 15h do mesmo dia 20, equipes da Força Tática e de Baepes (batalhões especiais) chegaram ao local para expulsar os invasores. Bombas de efeito moral foram atiradas contra o grupo de sem-teto que, sem resistência, deixou o terreno. Segundo a coordenadora do MTST Ana Paula Perles, a reintegração ocorreu sem a presença de um oficial de Justiça e sem a apresentação de

um mandado. Quando os PMs chegaram, ainda segundo ela, representantes do movimento conversavam com um advogado do dono do terreno para negociar uma saída pacífica. “Aí, a polícia entrou, não esperou a gente em nada”, disse. Na avaliação do advogado Rodrigo Matheus, a polícia pode atuar basicamente em duas situações nos casos de invasão de área privada. Uma delas é quando há o risco iminente de a área ser invadida. “A PM pode reprimir? Ela deve reprimir. O policial tem que agir para prevenir a quebra da ordem”, disse. A segunda situação situação é quando a invasão já ocorreu. Nesse caso, a PM só pode agir quando há ordem judicial. Para o advogado Márcio Cammarosano, professor de direito administrativo da PUC-SP, o dono de imóvel invadido tem o direito de acionar a polícia para remover invasores, desde que seja logo após a invasão. “Se essa área já está ocupada, com famílias já ocupando a área, e não é algo que acabou de acontecer, mas, digamos, já virou de um dia pa-

ra o outro, realmente só mediante um mandado judicial. Aí a polícia, se for solicitada, dará apoio ao oficial de Justiça para promover a desocupação da área”, disse. Para o coronel reformado José Vicente da Silva, que comandou uma série de reintegrações de posses quando estava na ativa da PM de São Paulo, deve-se considerar o perigo de colocar em risco a



vida das famílias invasoras e dos próprios policiais. “Primeiro, a polícia não precisa ter a menor pressa de agir, a menos que esteja ocorrendo uma invasão, estejam depreendendo coisas, pessoas tendo sua liberdade cerceada, tendo cárcere privado. Ou seja, um crime em andamento que justifique a ação policial. Uma vez que o pessoal entrou, é questão de advogado, da Justiça, não é questão policial. Pressa para quê?”, afirma ele. PM diz agiu para reestabelecer ordem pública. A Secretaria da Segurança disse que a ação da PM “foi realizada de forma a preservar a segurança de todos, bem como reestabelecer a ordem pública”. “Os agentes auxiliaram os representantes municipais na contenção da invasão ainda em curso desde o início da madrugada, o que ocorreu por volta das 15h do mesmo dia”, diz a nota enviada à reportagem. Ainda conforme o governo estadual, os agentes “acompanharam o diálogo dos representantes do movimento com as autoridades locais” e “posterior liberação do terreno sem que tenha havido qualquer pessoa ferida ou presa”. “O caso foi registrado como invasão de domicílio pela Polícia Civil de Osasco, cujo inquérito foi relatado à Justiça. O estado de São Paulo atua e seguirá atuando para garantir e proteger o direito à propriedade pública ou privada”, finaliza. O prefeito de Osasco, Rogério Lins, não quis conceder entrevista. Por meio de nota, negou envolvimento dele e da prefeitura na reintegração, contrariando a versão da SSP. Diz ter dado apoio à PM. “A mesma que há em ações de reintegração de posse: apoio da GCM, trânsito, assistência social.” Ainda por meio de nota, a prefeitura negou que tenha afirmado à PM que o terreno era público e disse que agradeceu ao governador Tarcísio apenas “porque na ação não houve confronto”. Sobre a frase “a intolerância a invasões em Osasco”, conforme nota da prefeitura, ele disse que ação em janeiro foi “uma invasão orquestrada, com distribuição inclusive de material convocando a população”. O dono do terreno, Julio Belardi de Almeida Camargo, disse à reportagem que não tem amizade com o prefeito de Osasco e ficou sabendo da participação do político na ação após receber um vídeo pelas redes sociais. afirmou, ainda, que contratou um advogado para cuidar da ocorrência, mas não sabe se o profissional chegou a acionar a Justiça para isso. O Tribunal de Justiça não localizou nenhuma ordem judicial referente ao terreno de Osasco.

Lula afirma que ‘família é coisa sagrada’ ao defender manutenção de ‘saidinha’ de presos

Catia Seabra, Marianna
Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) disse nesta terça-feira (23) que “família é coisa sagrada” ao defender veto parcial do projeto que acaba com as saídas temporárias de presos, que tinha sido aprovado pelo Congresso. Com isso, o presidente manteve as ‘saidinhas’ para que os detentos possam visitar familiares em datas comemorativas. A decisão será ainda analisada pelo Congresso, e Lula disse lamentar caso a derrubem. “O que nós vetamos: a proibição de o cidadão ou cidadã que não tenha cometido crime hediondo, estupro, crime de pedofilia, possa visitar parentes. É coisa de família, família é coisa sagrada, base principal da organização de uma sociedade”, disse. “Como vai proibir cidadão que está cumprindo pena, e se ele está cumprindo pena é que o Estado pensa que

é possível recuperá-lo, e não cometeu crime considerado hediondo possa deixar de visitar parente? Tenho certeza que muitos daqueles que são contra, quando parentes sair vai querer recebê-lo, porque família é coisa muito sagrada”, completou. O chefe do Executivo disse que “se o Congresso derrubar, é problema do Congresso”. “Posso lamentar, mas tenho que acatar”. A declaração foi dada durante café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto. A tendência é que o Congresso derrube o veto presidencial, reestabelecendo as restrições. O termo data comemorativa não está incluindo no texto da lei, mas contempla, por exemplo, visitas às famílias em feriados como o Natal ou os dias das Mães e dos Pais, com o intuito de ressocializar o preso. Cada estado estipula seu próprio calendário. O benefício da saída temporária é concedido há qua-

se quatro décadas pela Justiça a presos do sistema semi-aberto que já tenham cumprido ao menos um sexto da pena, no caso de réu primário, e um quarto da pena, em caso de reincidência, entre outros requisitos. Menos de 5% dos detentos que tiveram direito à ‘saidinha’ de Natal em 2023 não retornaram aos presídios, taxa considerada baixa por especialistas. Antes da decisão de Lula, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, havia aconselhado o presidente a manter a saída temporária em datas comemorativas com a justificativa de evitar instabilidade e rebeliões no sistema prisional do país. Outras pastas também sugeriram veto à proposta que acaba com as ‘saidinhas’, mas com uma posição ainda mais firme sobre o tema, sugerindo ao Planalto a rejeição integral da proposta. O projeto aprovado no Congresso prevê a volta do exame

criminológico —que abrange questões de ordem psicológica e psiquiátrica— como requisito para a progressão de regime. O teste já havia sido extinto pela falta de comprovação de eficácia e foi mantido após análise presidencial. Segundo especialistas, o veto apenas parcial revelou fraqueza do governo no tema da segurança pública, conduzido pela oposição. A decisão de Lula manteve o exame e a determinação do uso de tornozeleiras, medida que não teve cálculos sobre o custo e sobre a capacidade de fornecer os equipamentos e monitorar o uso. O argumento pelo fim das saídas, no entanto, aponta a votação favorável expressiva no Senado, que só teve dois votos contra o projeto. O tema ganhou força com a morte de um sargento da PM de Minas Gerais, baleado por um homem em saída temporária, e a fuga de dois condenados por tráfico no Rio de Janeiro durante a ‘saidinha’ de Natal.

Gestão Tarcísio recua de Polícia Militar registrar ocorrência

SÃO PAULO A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) recuou da decisão de autorizar a Polícia Militar a elaborar os chamados TCOs (Termos Circunstanciados de Ocorrência), destinados a registrar crimes de menor poder ofensivo. O recuo foi anunciado na noite de segunda-feira (22) pelo secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite. Em um vídeo, ele afirma que agora será criado um grupo de trabalho para debater o assunto. A Secretaria tinha anunciado na quinta-feira (18) que daria aval à PM para fazer os TCOs. A mudança de posição aconteceu após o Conselho da Polícia Civil de São Paulo realizar uma reunião extraordinária também nesta segunda na qual se colocou contra a possibilidade da PM elaborar os termos. Delegados que participaram do encontro classificaram essa possibilidade como ilegal. Derrite disse que o novo grupo de trabalho será for-

mado por dois delegados, dois oficiais da PM e dois peritos da Polícia Científica. Carberá a esse órgão decidir se o TCO da PM será adotado. O grupo também vai analisar o uso do BO (boletim de ocorrência) unificado, lançado em 2022 e que também busca reduzir o retrabalho das corporações. “Portanto, argumentos como, olha, a Polícia Militar vai receber atribuições de investigação, invadindo a competência da Polícia Civil, não é o nosso desejo e a gente não vai deixar que isso aconteça”, disse o secretário. A invasão da competência da Polícia Civil foi o principal argumento sustentado pelos delegados do Conselho para se colocarem contra a PM a elaborar o TCO. Além disso, segundo delegados ouvidos pela *Folha*, os policiais civis entenderam que a manifestação do Supremo Tribunal Federal admitindo que PMs elaborem tal documento não vale para São Paulo, apenas para Minas Gerais. **RP e PED**

Como editoras ainda escanteiam livros sobre diversidade

O que se publica são condescendências a histórias tristes com pouca profundidade

Jairo Marques

Jornalista, é especialista em jornalismo social pela PUC-SP. Cadeirante desde a infância

Todo o mundo leu e não se esqueceu de “Feliz Ano Velho”, do meu companheiro quebrado Marcelo Rubens Paiva. De lá para cá, passaram-se 40 anos e obras que tenham a diversidade física, sensorial ou intelectual como tema, no Brasil, não conseguem prestígio nem visibilidade entre as editoras. A genialidade do Paiva e seu talento literário são inegáveis, mas a busca por outras histó-

rias que revelem com originalidade a empreita humana em estar vivo diante de adversidades é claramente pífia, estigmatizada e preguiçosa. O que até move algumas bundas de editores são batidos relatos de tragédias pessoais cheias de lugares-comuns e “superações” patéticas que traduzo como “dar um jeito na existência” porque as contas estão aí para pagar e pou-

ca gente irá se importar com isso. Parece dureza, mas é real. A tragédia alheia tem tempo curto na realidade da gente. O que se publica, muitas vezes, são condescendências a histórias tristes com pouca ou nenhuma profundidade a respeito das inerências de não ver, não andar, não ouvir ou sentir o mundo de uma maneira que desper-te reflexão, sensações, angústias, medos, autoanálise que seja.

Assim como há sentido, valor e talento na literatura negra, em encorajar relatos de feminismo, existe a literatura a respeito da deficiência. Relatos sobre formas de amar, de ver o mundo, de não caber no mundo, de enfrentar o mundo, de sentir diferente, de encantar sendo diferente e de resistir não sendo igual. O que também vejo em parcas vitrines, vez ou outra, são obras infantis que tentam tra-

balhar a “aceitação” do cadeirante, do autista, da pessoa com Síndrome de Down, do cego, do surdo, com variações de apelos discretos sobre o mantra “todo mundo é igual” ou “todo mundo cabe no mundo”. O atraso na compreensão de valores como a educação inclusiva, por exemplo, que sempre perde espaço para “o sofrimento do meu filho que não é cuidado na escola”, vem da total carência de obras que tratem das questões sociais da deficiência. Não temos livros que mostrem, com profundidade, as dores geradas pelo capacitismo —o preconceito contra pessoas com deficiência— e o impacto que ele provoca na existência do “serumano”. Não há obras por aqui que explicitem, como diz a jornalista Claudia Werneck, que pessoas com deficiência, muitas vezes, estão sob um “padrão

de tutela” social que indica o que podem e o que não podem, o que acessam ou deixam de acessar, se vão ou se ficam. Se existe uma onda de censura por parte de mandatários toscos em relação a livros que entendem moralmente inapropriado, o que é uma bobagem sem fim, não é exagero dizer que há um silenciamento editorial a respeito de tirar das catacumbas autores que contemplem diversidades em seu jeito de andar, de ver, e ser; de ouvir. Ainda bem que também temos obras-primas vindas de outros mundos, que embora não sejam de autoria de quebrados, retratam o universo das diferenças de maneira a impactar, ensinar, comover e mover: “Ensaio sobre a Cegueira”, do Saramago, “Flores para Argenon”, de Daniel Keyes, e o magistral “Longe da Árvore”, de Andrew Solomon.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Porsche estava a 156 km/h antes do acidente

Sindicância aberta pela Polícia Militar conclui que houve falha de procedimento de policiais que atenderam a ocorrência

Isabella Menon

SÃO PAULO O Porsche conduzido pelo empresário Fernando Sastre de Andrade Filho, 24, que colidiu com o Renault Sandero causando a morte do motorista de aplicativo Orinaldo da Silva Viana, 52, estava a 156 km/h momentos antes do acidente. Já o Renault Sandero estava a 40 km/h. O acidente do dia 31 de março aconteceu na avenida Salim Farah Maluf, no Tatuapé, zona leste de São Paulo, onde a velocidade máxima é de 50 km/h. Na capital paulista, a velocidade máxima permitida em vias expressas é 90 km/h. A informação foi divulgada pelo G1 e confirmada pela Folha. De acordo com o Ministério Público de São Paulo, o documento já foi juntado aos autos. “O MPSP pediu perícia escaner em 3D para elucidar

o acidente com detalhes”, diz o órgão em nota. Além disso, as câmeras corporais dos PMs que atenderam a ocorrência foram entregues à Polícia Civil, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública do estado. Na quinta-feira (25), peritos vão ao local do acidente para complementar os laudos. As autoridades planejam utilizar drones e farão um escaneamento tridimensional para reproduzir o que pode ter ocorrido no momento do acidente com os veículos. Em nota, a SSP afirma que a sindicância aberta pela Polícia Militar concluiu, a partir da análise das imagens de câmeras corporais, que houve falha de procedimento dos policiais que atenderam a ocorrência pelo fato de o motorista não ter sido submetido ao bafômetro. Após o acidente, o condu-

tor do Porsche foi levado do local do acidente no carro da mãe sob a alegação de que ele seria levado para um hospital. Com isso, os PMs não aplicaram o teste. “Foi aberto um procedimento para a responsabilização dos policiais. Os laudos da perícia e as imagens das câmeras corporais também foram entregues à Polícia Civil. A promotora Monique Raton pediu à Justiça a quebra do sigilo de dados de cartões de crédito em nome de Sastre. De acordo com a promotora, a medida é imprescindível para esclarecer o pagamento de bebidas alcoólicas eventualmente consumidas pelo investigado e seu grupo de amigos instantes antes da colisão. Também foi solicitada a oitiva de testemunhas e dos atendentes do bar de onde saíram os envolvidos. O caso está em segredo de Justiça, imposto

após a defesa de Sastre argumentar que ele estava sendo alvo de ameaças em decorrência do caso. Sastre perdeu o controle do Porsche e colidiu na traseira de um Renault Sandero, de acordo com policiais militares que atenderam a ocorrência. Atingido, Viana foi socorrido e encaminhado ao Hospital Municipal do Tatuapé, onde morreu. O empresário foi indiciado por suspeita de homicídio doloso, lesão corporal e fuga de local de acidente. O dono do Porsche se apresentou na delegacia na tarde de segunda, mais de 30 horas após a colisão. Testemunhas do caso foram ouvidas, como a namorada de Sastre, o amigo que estava com ele no carro e a namorada do amigo que estava com ele na noite que antecedeu o acidente. En-

quanto a namorada do empresário nega que ele tenha bebido, os amigos afirmam que todos beberam horas antes do acidente. A Folha teve acesso ao inquérito com informações sobre onde o grupo do empresário esteve antes do acidente —eles foram jantar e depois seguiram para uma casa de pôquer. Em um dos estabelecimentos, eles consumiram oito drinques chamado Jack Pork —feito com uísque, licor, angostura e xarope de limão siciliano—, além de uma capirinha de vodca. Também foram consumidos água, um torresmo, um bolinho de costela, um hambúrguer e outros dois salgados. O total gasto foi de R\$ 620. No inquérito é dito que ainda não é possível confirmar se há imagens de Sastre ingerindo bebida alcoólica, mas que existe essa possibilidade.

Gol envia cachorro para aeroporto errado e animal acaba morrendo

Carlos Martins

AEROIN Um cachorro da raça golden retriever morreu na segunda-feira (22) após ter voado para o destino errado num voo da Gol Linhas Aéreas. Joca tinha 4 anos e viajaria de São Paulo (aeroporto de Guarulhos) para Sinop (MT), junto do seu tutor, João Fantazzini. Por ser um cachorro de 47 kg e de grande porte, não pode ir embaixo do assento à frente e precisou ser despachado numa caixa adequada, indo no porão junto às malas dos passageiros. Ao chegar em Mato Grosso, porém, João foi informado de que o seu cachorro não havia viajado no mesmo voo que ele e estava em Fortaleza, cidade 2.082 km distante. O tutor chegou a receber imagens e vídeos do cachorro no Ceará, com água sendo fornecida pelos funcionários da companhia aérea no aeroporto de Fortaleza. Como Joca teria que ir para Guarulhos antes de ser finalmente enviado para Sinop, João optou por voltar para São Paulo para encontrar o animal. Ao chegar ao aeroporto de Guarulhos, ele notou que seu cachorro estava desmaiado e muito molhado, provavelmente em decorrência de su-

or excessivo, e que estava sem sinais vitais. A morte do Joca foi constatada por uma veterinária, que deu laudo de “parada cardiorrespiratória com causa ainda a ser esclarecida”. O vídeo gravado pela mãe de João viralizou nas redes sociais e mostra o tutor ao lado do cachorro, já falecido, no terminal de cargas de Guarulhos. A Gol lamentou o ocorrido, atribuiu o desvio de rota do animal a uma falha operacional e disse que foi surpreendida pelo falecimento do animal. “A Companhia está oferecendo todo o suporte necessário ao tutor e a apuração dos detalhes do ocorrido está sendo conduzida com prioridade total pelo nosso time. Nos solidarizamos com o sofrimento do tutor do Joca. Entendemos a sua dor e lamentamos profundamente a perda do seu animal de estimação”, diz em nota. Não é o primeiro caso de problemas da Gol com cachorros despachados em suas aeronaves. Em 2021 a cachorra Pandora sumiu numa conexão no aeroporto de Guarulhos, sendo encontrada apenas 40 dias depois. Por causa disso, a companhia aérea chegou a suspender o embarque de animais no porão, que foi retomado vários meses depois.



João Fantazzini com o cão Joca, que morreu após viagem de avião Reprodução/@gfanta no Instagram

Caso de morto levado a banco em 2020 foi arquivado

SÃO PAULO Enquanto o país acompanha o desenrolar da história do homem levado a um banco no Rio de Janeiro e atestado morto no local, no último dia 16, um caso semelhante que chocou o Brasil em 2020 já teve seu desfecho. Naquele ano, um homem de 92 anos foi levado morto pela companhia a uma agência bancária em Campinas, no interior de São Paulo, para fazer a chamada “prova de vida” necessária para sacar a aposentadoria. O caso foi arquivado em 2021, e em 2023 a mulher obteve o direito de receber a pensão por morte após entrar na Justiça. Então com 58 anos, Josefa de Souza Mathias se apresentou como companheira de longa data de Laércio Della Colleta. À época ela foi investigada por tentativa de furto mediante fraude e vilipêndio de cadáver (tratar um corpo de maneira desrespeitosa). As mesmas suspeitas levaram à prisão de Érika de Souza Vieira Nunes, 43, no caso recente ocorrido no Rio. Colleta era ex-servidor estadual. Em 2 de outubro de 2020, Josefa foi a uma agência do Banco do Brasil para cadastrar uma senha para movimentar a conta do idoso. A defesa de Josefa alegou que Laércio chegou vivo ao banco. **Helena Schuster**

Nova Raposo terá pedágio na capital e desapropriações

Governo de São Paulo diz que projeto foi debatido e vai desafogar a rodovia

Clayton Castelani

SÃO PAULO Parte da proposta da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) para desatar o nó no acesso rodoviário entre a zona oeste da cidade de São Paulo e o interior, o alargamento do trecho urbano da rodovia Raposo Tavares extrapolaria pistas sobre áreas residenciais, empresas, vegetação e zonas de proteção ambiental em bairros como Butantã, Jardim Bonfiglioli e arredores.

A *Folha* percorreu na segunda-feira (22) os cerca de 12 km de pista entre a capital e Cotia (Grande São Paulo) e conversou com moradores que integram movimentos organizados que fazem oposição ao plano do governo estadual. Além do impacto provocado por remoções de centenas de árvores e desapropriações em massa, eles relataram temer aumento no custo de vida com a cobrança de pedágio dentro da capital e a piora no trânsito provocado pelo estímulo ao tráfego de veículos.

Cerca de 80 entidades, como associações de bairro, coletivos de ambientalistas e empresas locais, entre outros, assinam um manifesto contra a intervenção.

Chamado de Nova Raposo, o projeto está vinculado a uma nova rodada de concessão ao setor privado de trechos das rodovias Raposo Tavares (SP 270), Castelo Branco (SP 280), Lívio Tagliassachi (SP-053/280) e Nelson Tranchesi (SP 29), além de uma ligação entre Cotia e Embu das Artes (Grande São Paulo). O cronograma prevê a assinatura do contrato em 2025.

Em mais de 100 quilômetros de vias, a proposta é implantar 28 quilômetros de duplicações de pistas e 48 quilômetros de marginais. Seis praças de pedágio funcionariam no sistema de cobrança automática, ou seja, a passagem livre de veículos por pórticos que identificam os veículos sem necessidade de interrupção do fluxo. A instalação dos equipamentos está prevista para 2026, mas a cobrança só ocorreria após a conclusão das obras, em 2033.

O acréscimo da quarta faixa de rodagem e pistas marginais no trecho da Raposo dentro da capital seria especialmente impactante devido à característica urbana da via, com entorno mais parecido com o de uma grande avenida do que o de uma rodovia.

Os primeiros três quilômetros são ladeados por bairros predominantemente ou exclusivamente residenciais, além de duas zonas de proteção ambiental. Essas características foram garantidas pelo Plano Diretor e pela Lei de Zoneamento paulistana, revisados no ano passado pela gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e pela Câmara Municipal.



Trecho da rodovia Raposo Tavares, na zona oeste de São Paulo

Bruno Santos/Folhapress

Uma das áreas com vegetação protegida é o parque Previdência, com mais de 90 mil m². Na parte mais próxima à rodovia estão, por exemplo, playground, viveiro de mudas e construções que fazem parte da história do bairro, como o reservatório de água desativado e que é sede do grupo de escoteiros que existe no local desde os anos 1980.

“Faz quatro anos que esse playground foi reformado ao custo de R\$ 250 mil de dinheiro da prefeitura e com a ampliação da pista nós perderíamos tudo”, comenta o administrador José Jacinto Andrade, 63, que é conselheiro gestor do parque. “É um descalibro porque nem sequer fomos consultados a respeito”, diz.

O trecho tem canteiros com vegetação consolidada, incluindo uma falsa-seringueira com diâmetro equivalente ao

tamanho de um carro.

“O projeto ignora os princípios, diretrizes e objetivos do Plano Diretor, especialmente quando contraria acordos internacionais para o enfrentamento das mudanças climáticas, dos quais o Brasil é signatário”, diz Renata Esteves, advogada do Movimento Defesa São Paulo.

No restante do percurso até o rodoanel Mario Covas ainda restam outra zona residencial e mais duas áreas de proteção ambiental perto da pista, além de dezenas de grandes estabelecimentos comerciais, incluindo um shopping, prédios de apartamentos e outros tipos de moradias, como uma favela.

Dependentes da rodovia para o deslocamento até bairros com grande oferta de empregos em condomínios de São Paulo e Cotia, moradores do

Conjunto Habitacional Raposo Tavares e entorno temem o efeito da obra no custo de vida, conta a aposentada Diva Nunes, 72, presidente da movimento local de moradia. “Vai impactar no bolso, porque quem vai pagar o transporte vai ser o usuário”, diz.

A avaliação do governo Tarcísio é diferente. Em nota, a gestão disse que não haverá custo adicional aos moradores porque as vias marginais para atender ao tráfego dos municípios não terá cobrança de tarifa e a implantação dos pórticos do sistema free flow ocorrerá somente após a conclusão das obras. As tarifas serão cobradas por quilômetro percorrido nas vias expressas.

Em vez de novas faixas para carros, Diva reclama a demarcação de uma faixa exclusiva para ônibus.

Esperar que a ampliação

da pista aumente congestionamentos, ao invés de diminuí-los, tem fundamento devido à capacidade que obras desse tipo têm de se tornarem atraentes para motoristas que até então não utilizam esse caminho, diz Wladimir Bordoni, engenheiro especialista em trânsito.

“O problema não é a Raposo Tavares, mas onde ela desemboca, que é a ponte Eusébio Matoso e na marginal Pinheiros, todas áreas congestionadas. Independente de quantas faixas há na rodovia, ao chegar a esse ponto [no acesso ao centro expandido da capital] há um gargalo”, afirma.

Em resposta, a gestão Tarcísio afirma que, com a implantação das marginais, os motoristas que circulam dentro das cidades não precisarão mais acessar as vias expressas, reduzindo assim o número de veículos que trafegam atualmente pela Raposo Tavares.

Um dos pontos nos quais moradores se apegam para tentar barrar o avanço da proposta é o baixo número audiências públicas para a apresentação à população, afirma Sérgio Reze, diretor da Amapar (Associação dos Moradores Amigos do Parque Previdência).

“Não recebemos informações técnicas nem convite para participar de qualquer discussão”, reclama. “Essa ampliação ocorrerá na região lindeira em um lugar que é cidade, com muitas residências, edifícios, comércio, escola e uma área verde significativa.”

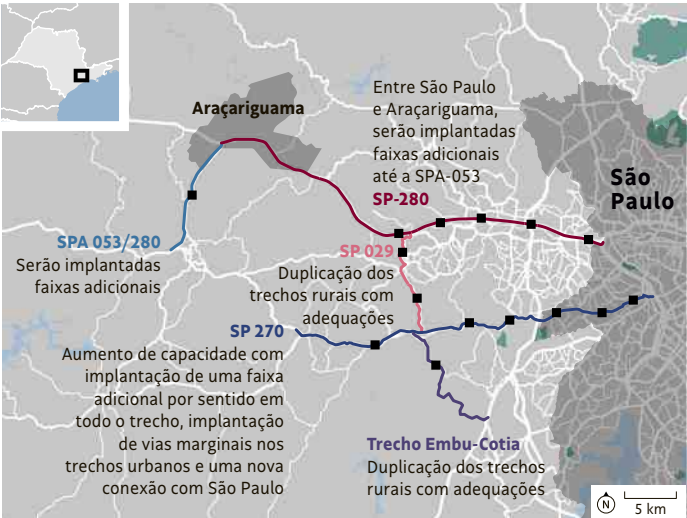
Em resposta, o governo estadual afirma que o projeto teve mais de 30 dias de consulta pública, com duas audiências presenciais divulgadas nos canais oficiais do governo e imprensa. Após a análise das sugestões recebidas, diz o texto, será definido o projeto a ser concedido à iniciativa privada.

A nota do governo também afirma que as questões relacionadas ao meio ambiente e à mobilidade urbana “serão tratadas oportunamente pelos órgãos competentes, no nível estadual e municipal. Além disso, todos os projetos atendem às restrições e demais disposições da lei de zoneamento urbano vigentes”.

O que é o projeto Nova Raposo

Plano do governo estadual prevê obras em 115 km de rodovias

■ Pedágios previstos



Fonte: Artesp

Rodovias terão pedágios com cobrança automática

Rodovia	Km	Pedágio (no 1º ano) Em R\$
SP 270	11,83	0,62
SP 270	15,13	0,77
SP 270	19,80	0,92
SP 270	24,77	1,27
SP 270	29,07	1,65
SP 270	39,15	2,30
SP 280	14,42	0,54
SP 280	20,36	1,06
SP 280	25,27	0,62
SP 280	29,28	1,12
SP 280	33,54	4,84
SPA 053/280	5,88	2,41
SP 029	35,10	0,87
SP 029	40,48	1,05
Trecho Cotia - Embu	4,99	1,96

Mercadão pretende instalar restaurante panorâmico

SÃO PAULO A empresa que arrematou a concessão do Mercado Municipal de São Paulo anunciou que pretende instalar no espaço um restaurante panorâmico, ampliar o mezanino com outros dez estabelecimentos e reformar um terraço no topo de uma torre com vista para as zonas leste e norte da cidade.

As novidades ainda não têm previsão de entrega, mas fazem parte de um pacote de melhorias prometidas que devem custar R\$ 90 milhões em obras. Já o valor da outorga fixa para explorar o local por 30

anos foi R\$ 112 milhões.

Para aumentar o retorno financeiro, a concessionária Mercado SP — que também administra o Mercado Kinjo Yamato — quer colocar em prática o Mercadão 24 horas por dia. A ideia é concretizar o projeto em cerca de dois meses. Atualmente o estabelecimento funciona à noite apenas para atender atacadistas.

Entre as benfeitorias previstas está a troca de 6.000 metros quadrados de piso, que deve começar a ser feita ainda em abril, e a entrega da pintura do telhado e a instalação

de três geradores automáticos para casos de falta de energia, ambas em maio.

No começo deste mês, o entorno do Mercadão ficou 24 horas sem luz após uma falha, seguida por furto de cabos subterrâneos, que afetou o fornecimento de energia nas ruas da Cantareira e Miguel Carlos. Os geradores foram adquiridos pela concessionária por R\$ 4 milhões.

Também foram concluídos o restauro da fachada e as reformas do sistema elétrico e dos banheiros, além de instalações de iluminação, câ-

meras de segurança e sistemas de detecção de incêndios. Dos nove telhados de vidro, cinco são novos e quatro foram recuperados.

Sobre as cúpulas dos portões 4 e 8, que têm saída para a rua da Cantareira, a concessionária quer instalar um restaurante panorâmico, mas ainda não há prazo definido para isso, assim como para a ampliação de calçadas externas.

Como mostrou a *Folha*, a Mercado SP também está empenhada em um projeto tocado por um grupo que represen-

ta 16 prédios históricos da região central e arredores para usar o patrimônio urbano como chamariz de turistas.

Estão incluídos na proposta de circuito o Pateo do Colégio, a Catedral da Sé, o edifício Martinelli, os museus Cavatento, da Língua Portuguesa, de Arte Sacra e da Bolsa do Brasil, entre outros, incluindo o Mercadão. O objetivo é criar uma espécie de roteiro turístico em que cada integrante divulgará os demais participantes, além de trocar experiências na gestão de negócios em imóveis históricos.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Foi guardião da memória de São Paulo

ANGELO IACocca (1947 - 2024)

Bruno Lucca

SÃO PAULO Em San Marco dei Cavoti, pequena aldeia medieval do sul da Itália, Angelo Iacocca divagou por dez anos sobre a vida a 9.000 km de distância dali, na cidade de São Paulo.

Em 1952, seu pai o deixara para construir uma nova vida em terras paulistanas. Angelo tinha cinco anos. Órfão de mãe, esteve com parentes até seu 15º aniversário, quando partiu para o Brasil.

Carregava cartões postais com imagens de arranha-céus. Gostaria de viver num deles, tão diferentes das casinhas de pedra do montanhoso interior europeu. A desilusão veio quando avisou o bairro onde viveria, na aquela época não muito urbanizado: a Mooca.

Logo, arranjou emprego no centro da capital. Foi a concretização daquela fantasia de edifícios monumentais, nos arredores dos quais era pensada, construída e usufruída ao máximo a metrópole. Encantado, fez daquelas formas e corpos seu objeto de trabalho.

Formado em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, Angelo foi estúdio-isto e guardião da cultura arquitetônica e sociológica de São Paulo.

“Ele radiografou a região central, tinha uma memória absurda”, relata seu filho Thiago Iacocca. “Numa conversa com ele, você entendia toda a estrutura da cidade. Identificava perfis e o comportamento da população.”

Condensou seu conhecimento em livros, dentre eles “Conjunto Nacional: A Conquista da Paulista”, “Avenida Paulista – 120 anos” e “Ponto Chic – Um Bar na História de São Paulo”.

Teve ainda carreira sólida em jornais, como repórter. Iniciou na Gazeta Mercantil, em 1970, onde permaneceu por sete anos, passando em seguida pelo Aqui São Paulo. Ambos os veículos já foram fechados.

Escreveu, no mesmo período, para algumas revistas. Foi o caso da IstoÉ, na qual deixou brilhantes análises sobre música, outra de suas paixões.

Angelo foi casado por mais de cinco décadas com Valkiria Mazzucchelli Iacocca, curadora de arte celebrada, com quem teve, além de Thiago, outros dois filhos: Luciano e Thomas. Preocupou-se em transmitir a eles bagagem cultural, afeto e incontáveis histórias sobre suas andanças pelo município que o acolheu.

Também foi categórico em expor algumas vezes o desânimo em voltar à Itália. Lá, sua jornada estava resolvida. Aqui, havia encontrado um caminho e companhia para segui-lo feliz.

Angelo Iacocca morreu no último dia 13, aos 76 anos. “Perdemos uma referência. Perdemos o almoço de domingo feito por ele, com massa fresca, muito molho e amor”, diz Thiago.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (9h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

saúde

Mulheres jovens enfrentam recusas para fazer laqueadura

Apesar de lei ter reduzido idade, médicos podem alegar objeção de consciência

SÉRIES FOLHA

DIREITOS REPRODUTIVOS

Geovana Oliveira

SÃO PAULO Quando estava no pré-natal da primeira filha, há dois anos, Denizi, 34, comunicou ao seu obstetra que queria fazer uma laqueadura — procedimento que consiste no ligamento das tubas uterinas para a esterilização feminina. O profissional disse que, por ser muito jovem, não seria interessante realizar a cirurgia, conta a paciente. Outros dois ginecologistas tiveram a mesma opinião no último ano. Agora, ela busca uma quarta opção.

“A gente fica 100% na mão do médico. Se ele diz que não vai fazer, acabou”, afirma Denizi, que procurou consultas por um plano de saúde em Teresina (PI).

Após mudança na lei da laqueadura, que diminuiu de 25 para 21 anos a idade mínima para realizar o procedimento e extinguiu a necessidade de consentimento do parceiro, o número de cirurgias quase dobrou em todo o país. Segundo dados do Ministério da Saúde, os registros passaram de 98.625 procedimentos em 2022 para 196.682 em 2023 (aumento de 99,4%).

Mulheres com mais de 21 anos ouvidas pela reportagem, porém, relatam que ainda enfrentam dificuldades para encontrar um médico que aceite realizar a operação por, segundo elas, serem “jovens demais”. Elas têm entre 22 e 34 anos.

Independente da legislação, profissionais de saúde podem se negar a participar da intervenção caso não concordem ideologicamente com ela, conforme resolução do CFM (Conselho Federal de Medicina).

Não há, porém, nenhuma alternativa frente à recusa médica, diz Denizi.

Após comunicar o desejo de fazer a laqueadura ao médico, caso ele concorde com o procedimento, as mulheres precisam passar por uma série de etapas até a autorização para a cirurgia.

Na última quarta-feira (17), o STF (Supremo Tribunal Federal) iniciou o julgamento de uma ação do PSB (Partido Socialista Brasileiro) sobre a realização de laqueaduras e vasectomias no país. Apesar da alteração realizada em 2022, o partido considera que muito do seu texto foi mantido e pede novas mudanças, como a diminuição da idade mínima para 18 anos.

A Defensoria Pública da

União também afirmou que as restrições da lei impactam as mulheres de forma mais acentuada.

Segundo a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), de março do ano passado — quando passou a valer a nova lei de laqueadura — até fevereiro deste ano, foram registradas 446 reclamações envolvendo o procedimento. Entre março de 2022 e fevereiro de 2023, foram 254.

Após passar por quase metade dos médicos do serviço público e privado de Bagé, cidade a 375 km de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a bancária Any Madeira, 24, foi encaminhada para a capital. “Alguns falavam que não queriam fazer, outros que não havia condições na cidade”, disse. Ela começou o procedimento no capital, pelo plano de saúde, em junho do ano passado, e fez a cirurgia em março último.

Segundo a lei vigente, o prazo entre a decisão pela laqueadura e a cirurgia é de no mínimo 60 dias. Nesse tempo, diz o documento, elas devem ser acompanhadas por uma equipe multidisciplinar, com vistas a “desencorajar a esterilização precoce”. Isso vale tanto para a rede pública quanto para a rede particular.

Madeira precisou de pare-

“

Eu, como médico, acho que a lei foi permissiva nesse sentido e talvez não tenham considerado a questão do arrependimento de mulheres jovens. Lógico, a lei tem que ser obedecida, mas se eu posso fazer objeção de consciência, eu vou utilizar esse direito, que é uma prerrogativa da minha profissão

Alceu Pimentel
ginecologista, obstetra e representante do CFM

ceres da ginecologista, de um psicólogo, assistente social, obstetra, da Unidade Materno Infantil do Hospital, da Divisão de Medicina e, por fim, do Comitê de Ética para o procedimento.

“A ginecologista só perguntou se era o que eu queria mesmo e, quando disse que sim, ela afirmou que seria trabalhoso e me entregou uma pilha de documentos para consultas com diversos profissionais.”

Segundo ela, foram vários dias de trabalho perdidos sem nenhuma assinatura. “Parecia coisa de criança, eles fugindo”, conta.

O processo de desencorajamento chegou até a sala de cirurgia. Quando já estava deitada na maca, a anestesta falou que ainda dava tempo de desistir. “Acordei com as mãos na barriga, em pânico”, diz.

Questionado sobre a premissa presente na lei, o Ministério da Saúde afirmou, em nota, que essa orientação não sugere “qualquer forma de pressão para constranger a mulher durante o período de acompanhamento pela equipe multidisciplinar, tampouco para convencê-la a desistir”.

“O uso do termo ‘desencorajar’, nesse caso, tem o sentido de alertar para um procedimento cirúrgico de ‘esterilização precoce’, que apresenta inúmeras dificuldades de reversão, caso a paciente queira ter uma gestação futura”, disse.

O termo também foi pausado pelo PSB no julgamento no Supremo. “Consideramos que o termo ‘precoce’ é dotado de subjetividade e que não cabe à equipe multidisciplinar ‘desencorajar’ o exercício de uma prerrogativa legal.

O prazo de 60 dias deve servir para que a equipe multidisciplinar informe as características do procedimento cirúrgico”, afirma o texto.

Alceu Pimentel, especialista em ginecologia e obstetria e representante do CFM, afirma que não existe nenhum consentimento entre os médicos de que a laqueadura não é adequada. “É um procedimento extremamente adequado. Não somente para mulheres que têm enfermidades, como para aquelas que querem o seu direito, sua autonomia.”

Pimentel, entretanto, diz não concordar que mulheres com menos de 21 anos e que possuem dois filhos possam fazer a laqueadura. “Eu, como médico, acho que a lei foi permissiva nesse sentido e talvez não tenham considerado a questão do arrependimento de mulheres jovens. Lógico, a lei tem que ser obedecida, mas se eu posso fazer objeção de consciência, eu vou utilizar esse direito, que é uma prerrogativa da minha profissão.”

Thainah Larissa Botelho, 23, afirma que nunca quis ter filhos e, por isso, optou pelo ligamento. Mas, devido à dificuldade, desistiu do procedimento e colocou um DIU (dispositivo intrauterino).

“Pesquisando, vi que os médicos não querem fazer laqueadura em garotas novas e sem filhos”, conta Botelho. Ao comunicar o desejo à sua ginecologista, obteve a confirmação.

“Nessa conversa ela foi grossa como nunca antes. Riu e falou: ‘boa sorte para achar algum doutor que vai fazer a laqueadura, porque ninguém vai querer””, conta. “Ok, é direito dela [recusar], mas debochar achei errado”.

Após fazer uma denúncia ao plano de saúde na plataforma Reclame Aqui, Botelho recebeu uma lista com cinco clínicas que poderiam realizar o procedimento.

“A assistente [do plano de saúde] disse que é muito difícil médicos que aceitem, então falou que daqueles qualquer um ia aceitar”, conta. Mas não foi o que aconteceu. Quando finalmente conseguiu uma consulta, a médica afirmou que ela tinha direito de fazer a ligadura, mas que não realizaria o procedimento.

“Ela ficou insistindo até eu desistir”, diz.

O CFM justifica as negativas médicas com a “alta taxa” de arrependimento. Um estudo da Fiocruz, publicado em 2009, com dados de 1996, afirma que a proporção de mulheres arrependidas após o procedimento foi de 10,5%. Mas o conselho também diz que reclamações sobre as condutas dos médicos podem ser feitas a entidade.

Segundo o Ministério da Saúde, qualquer conduta profissional desrespeitosa no âmbito do SUS deve ser denunciada pelo Disque Saúde (136) ou na Ouvidoria do SUS. A ANS afirma que o planejamento familiar tem cobertura obrigatória pelos planos de saúde. Denúncias podem ser feitas nos Canais de Atendimento.



Thainah Larissa, 23, moradora de Natal (RN), teve laqueadura negada por médicos que alegaram que ela é jovem demais

Alexandre Lago/Folhapress

Brasil reduziu taxa de crianças sem vacina contra a poliomielite em 2023, diz Unicef

SAÚDE PÚBLICA

Luana Lisboa

SÃO PAULO O Brasil registrou, em 2023, uma melhora na cobertura vacinal infantil de poliomielite em relação ao ano anterior, aponta levantamento feito pelo Unicef (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância).

Em 2022, 9,5% das crianças menores de um ano não receberam a primeira dose da vacina (243 mil). Em 2023, 6,3% dos bebês não receberam a dose (152,5 mil). O levantamento foi feito com base em dados do Ministério da Saúde.

A poliomielite, ou paralisia infantil, é causada pelo vírus da pólio, que havia sido erradicada na década de 1990, quando o país se tornou um local livre do patógeno. A vacinação é a única forma de prevenção da doença.

A cobertura vacinal da poliomielite apresenta resultados abaixo da meta de 95% desde 2016. No ano passado, a cobertura da primeira dose chegou a 84%, um aumento de 7 pontos percentuais em relação a 2022, afirmou a ministra Nísia Trindade em entrevista a jornalistas nesta terça-feira (23).

Segundo Trindade, 13 das 16 vacinas do calendário infantil tiveram aumen-

to da cobertura em relação ao anterior. O incremento foi em torno de 4 a 9%, a depender de cada vacina.

“Sabemos que desde 2015 vemos uma queda na cobertura vacinal, devido a múltiplos fatores. Entre eles, a vacinação estar inserida na Estratégia de Saúde da Família [ESF], que foi enfraquecida, ao lado de todo o negacionismo”, disse a ministra.

A ESF faz parte da Atenção Primária à Saúde (APS), responsável pelo primeiro contato das pessoas com o sistema de saúde. Neste mês, o Ministério da Saúde anunciou medidas com a intenção de fortalecê-la.

“

Ninguém mais via caso de pólio no Brasil. O fato das vacinas terem funcionado bem propiciou um ambiente em que essas doenças não mais preocupavam os brasileiros

Luciana Phebo
chefe de Saúde e Nutrição do Unicef

De acordo com Luciana Phebo, chefe de Saúde e Nutrição do Unicef, em entrevista à Folha, a queda da cobertura pode ser atribuída, ainda, ao “sucesso da vacina”.

“Ninguém mais via caso de pólio no Brasil. O fato das vacinas terem funcionado bem propiciou um ambiente em que essas doenças não mais preocupavam os brasileiros”, disse ela. Desde a baixa na procura, o Brasil corre um risco de retorno da poliomielite.

O ministério tenta estratégias para melhorar a adesão às vacinas. Segundo a ministra, em 2023 houve uma destinação de R\$ 6,5 bilhões para a compra de imunizantes e, em 2024, o número vai a R\$ 10,4 bilhões.

A melhora no cenário em 2023 foi atribuída pela pasta à estratégia de planejamento de atividades de vacina-

ção, uma parceria com a Opas (Organização Pan-Americana da Saúde). O método é focado em UBSS (Unidades Básicas de Saúde) a nível local para atingir as metas, a partir da organização sistemática das atividades de imunização e com participação de líderes de comunidades.

Em abril, o governo lançou ainda o Movimento Nacional pela Vacinação na Comunidade Escolar, que leva imunizantes que fazem parte do calendário da criança e do adolescente para unidades escolares.

A ministra reconheceu ainda que a estratégia deve ser aperfeiçoada, para que a meta de 95% da cobertura vacinal seja atingida, e mencionou uma necessidade de apoio do Congresso Nacional no assunto. “Não é uma agenda só do Ministério, se for assim, não temos chance de sucesso”.



Catador de caranguejo segura vara com animais em estrada na região de Bragança, no Pará Giovanna Stael/Folhapress

Defeso do caranguejo ajuda a preservar mangues no Norte

Captura é proibida no período reprodutivo para reduzir impacto nas populações

MANGUES AMAZÔNICOS

Ana Bottallo e Tayguara Ribeiro

BRAGANÇA E ILHA DO MARAJÓ (PA) Sentar em um quiosque à beira da praia com uma porção de pata de caranguejo pode ser um hábito apreciado por muitos brasileiros — e também por turistas que visitam o Brasil. Mas, se uma dessas praias for no Nordeste, é provável que o caranguejo tenha viajado pelo menos 1.500 km para chegar ali.

Isso porque, diferentemente de grande parte da costa brasileira, os manguezais na região Norte continuam preservados. Isso garante o ecossistema necessário para a sobrevivência do caranguejo-uçá, principal espécie de valor comercial no país. Assim, é justamente de lá que vem a maioria do que é consumido na região Nordeste.

A preservação dos manguezais só existe devido à baixa densidade populacional e da presença de unidades de conservação, como as Resex (Reservas Extrativistas), onde vivem comunidades tradicionais que ajudam a manter o ecossistema e o crustáceo intactos.

O caranguejo-uçá é uma espécie endêmica dos manguezais, com distribuição da Flórida, nos Estados Unidos, até Santa Catarina, no Brasil.

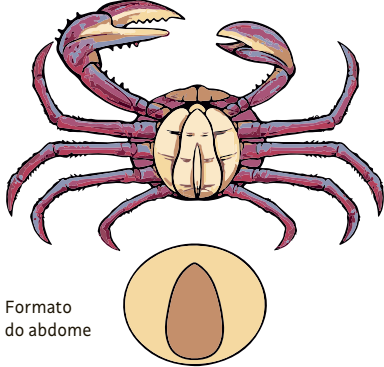
Segundo Tânia Marcia Costa, professora associada do Instituto de Biotecnologia da

Caranguejo-uçá tem pesca protegida no Norte do país

O que é o caranguejo-uçá?

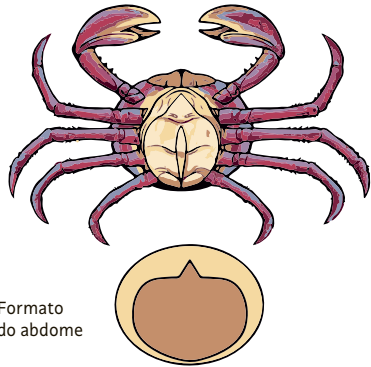
O caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) é um crustáceo pertencente à família Ocypodidae, que também inclui os caranguejos chama-maré. Ele apresenta uma ampla distribuição, desde a Flórida (Estados Unidos) até o estado de Santa Catarina, no Brasil. São animais territoriais, vivendo em suas tocas — raramente em outras. As tocas variam de 60 a 180 cm de profundidade

Macho



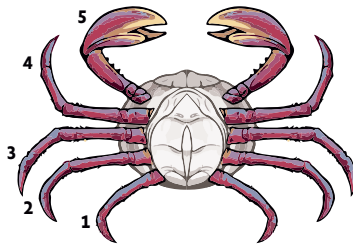
Formato do abdome

Fêmea

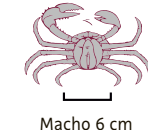


Formato do abdome

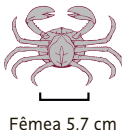
Coloração: carapaça em geral é azul-avermelhada, mas pode mudar de cor de acordo com o estágio de desenvolvimento (azul, verde, amarelo e branco)



Tamanho: os machos são maiores que as fêmeas, cerca de 4,5 (fêmea) a 4,7 cm (macho) de comprimento, e 5,7 (fêmea) a 6 cm (macho) de largura da carapaça (indivíduo adulto)



Macho 6 cm



Fêmea 5,7 cm

Características: possui cinco pares de apêndices (conhecidos como pereiópodos), sendo o primeiro par modificado em pinças (quelípodos)

Fonte: consultoria Tânia Marcia Costa, professora associada do Instituto de Biotecnologia da Unesp (Universidade Estadual Paulista), campus de São Vicente; ICMBio e MPA

Unesp (Universidade Estadual Paulista), campus de São Vicente, o caranguejo adulto possui, em média, 6 cm ou mais de largura de carapaça, e a coloração varia entre azul, verde, amarelo e branco, dependendo da idade.

Os uçás são territoriais, isto é, vivem em uma única toca e a mantêm sob guarda, raramente ocupando outra — caso isso ocorra, o dono da toca pode expulsar o intruso. As tocas variam de 60 cm a 180 cm de profundidade.

A captura, de acordo com Costa, é uma tarefa difícil. O meio mais usado de “catar caranguejo” é o “braceamento”, que consiste em colocar todo o braço dentro da toca para retirada do animal. Alguns ainda derrubam lama das paredes da toca no crustáceo para evitar uma pinçada.

“No entanto, durante o período da reprodução, estes caranguejos apresentam o fenômeno da ‘andada’, quando machos e fêmeas saem das tocas para o acasalamento, podendo ser facilmente capturados”, explica.

Essa prática, porém, é ilegal. Desde 2003, o governo criou o chamado defeso do caranguejo, período em que a captura, o transporte, a comercialização ou qualquer atividade envolvendo o animal é proibida, sujeito à multa no valor de R\$ 700 a R\$ 100 mil.

O período varia — influenciado pelo regime de marés e luas —, mas no Norte ocorre geralmente de janeiro a março. A reportagem esteve em Bragança, no Pará, uma semana antes do período de defeso, que neste ano ocorreu em três partes: de 12 a 17 de janeiro, de 10 a 15 de fevereiro e entre os dias 11 e 16 de março.

“Os pescadores profissionais usam o ‘braceamento’, mas o indivíduo comum não consegue e, nesse momento [reprodutivo], ele se acha no direito de pegar o caranguejo.

Por isso é importante trabalhar com a sociedade, com o estado e também com o governo federal a proteção do animal durante o defeso”, explica Ednaldo Gomes da Silva, gestor ambiental e chefe da área temática de proteção do Núcleo de Gestão Integrada de Bragança do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

O uçá é classificado como quase ameaçado pelo ICMBio, o que o coloca em uma situação de menor preocupação para políticas de conservação nacionais. Mas a degradação de manguezais no Sul, Sudeste e Nordeste e a superexploração do recurso acabaram reduzindo drasticamente as populações.

Por isso, uma portaria federal que protege a espécie foi criada em dezembro de 2020.

Como o texto tem validade até o final de 2024, Silva espera que seja lançada uma nova portaria para o próximo ano. “A pesca do caranguejo é a principal base econômica da população extrativista, e daí a razão de fazer esse controle para que não haja problemas no recurso natural mais à frente.”

Esse é um dos pilares das Resex, únicas unidades de conservação que têm como objetivo preservar também as relações dos moradores com o meio ambiente. Fora delas, são comuns notícias de pesca ilegal e sobrepesca.

Em março de 2023, o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), em ação conjunta com a Polícia Federal e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá, apreendeu mais de 2.000 caranguejos durante o período do defeso.

Nas unidades visitadas pela reportagem, pescadores e moradores afirmaram respeitar a legislação e entender a importância da conservação, mas lamentaram que não haja o pagamento do “salário-defeso” para os catadores de caranguejo, como já existe durante a fase de proteção de peixes.

“Antigamente, a gente não tinha esse negócio de o governo ajudar para ter aquela renda no fim do mês”, conta Ageu Mesquita de Melo, pescador e morador da vila de Ajuruteua, na Resex Caeté-Taperaçu, em relação à defesa do pescado.

Em resposta à reportagem, o Ministério da Pesca e Aquicultura (antiga Secretaria de Pesca e Aquicultura) disse que a exploração do caranguejo ocorre nos manguezais majoritariamente pela coleta manual, não apenas nas Resex, mas também fora delas. Segundo a pasta, não existem estatísticas de pesca do caranguejo no país, por isso não é possível estabelecer políticas de recompensa pelo período do defeso.

O Ibama e o ICMBio são responsáveis pela fiscalização, mas os órgãos relatam escassez de recursos e de equipes para essa tarefa.

A série de reportagens Mangues Amazônicos tem apoio do Rainforest Journalism Fund do Pulitzer Center

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

COMUNICADO
A WOP CENTRO OESTE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, solicita o comparecimento do Senhor (a) MATHEUS COELHO DA COSTA portador da CTPS nº 528905, série 31 33 ao estabelecimento de seu empregador, sito à CASA 22, ST A NORTE QNA 46- TA- GUATINGA- BRASILIA-DF, no prazo de 48 horas, para tratar de assuntos de seu interesse.

COMUNICADO
A WOP CENTRO OESTE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, solicita o comparecimento do Senhor FABIANA DE FREITAS ROSSA- TI portador da CTPS nº 3023039, série 3802 ao estabelecimento de seu empregador, sito à RUA MAJOR JOÃO NUNES, 78 PARADA INGLESA- SÃO PAULO, no prazo de 48 horas, para tratar de assuntos de seu interesse.

COMUNICADO
A WOP CENTRO OESTE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, solicita o comparecimento do Senhor LETICIA MOREIRA DA SILVA portador da CTPS nº 3215764, série 855 ao estabelecimento de seu empregador, sito à RUA MAJOR JOÃO NUNES, 78 PARADA INGLESA- SÃO PAULO, no prazo de 48 horas, para tratar de assuntos de seu interesse.

PARA ANUNCIAR NOS
CLASSIFICADOS FOLHA

LIGUE AGORA
11/3224-4000

LEILÕES

LEILÃO DE ARTE E ANTIGUIDADES
Dia 30 de abril, 20h residencial. Rua Oscar Freire 246 - Somente on line. Leiloeiro José Roberto Bor-toletto Junior. Tel: (11) 3062-7954

ACOMPANHANTES

AMANDA
Equipe nova tx 40 Av Jabaquara 2604 MT.S.Judas ac cartões seg/ sab. F:(11)2362-8122

BONECA GIGI 11983981091
Diferenciada p/ entretenimento.

PRÓ SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO




DOE SANGUE (11) 4573-7800



Fundação Zerbini
CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13

Aviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 01/2024 – Tipo menor preço. **Processo nº 30460/2024.**
Objeto: Serviços de Backup em nuvem com link dedicado. **Início Recebimento de propostas:** 24/04/2024 às 09:00h. **Fim Recebimento de propostas:** 15/05/2024 às 09:00h. **Início análise de propostas:** 15/05/2024 às 09:01h. **Início fase de lances:** 15/05/2024 às 09:02h. Os referidos certames serão realizados por meio do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), estando os editais disponíveis nos endereços www.fz.org.br e <https://www.fz.org.br/processos-de-compras/www.novobmmnet.com.br>. São Paulo, 24 de abril de 2024. **Rafael Miranda e Edina Almeida.**



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2024
Processo nº 0015893-59.2023.4.03.8001
Objeto: Contratação de serviços de seguro de veículos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos. Obtenção do edital: a partir de 24/04/2024, às 08h00, no endereço eletrônico www.gov.br/compras e www.trf3.jus.br (Serviços Administrativos/Licitações – Órgão: Justiça Federal de São Paulo). Informações poderão ser solicitadas pelo correio eletrônico adm-sp-sul@trf3.jus.br.
Recebimento das propostas: até o dia 10/05/2024, às 13h00, no endereço eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/.
Abertura das propostas: 10/05/2024, às 13h00.
São Paulo, 23 de abril de 2024.
Florisvaldo dos Santos
Pregoeiro



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Hospital Universitário da USP


CNPJ nº 63.025.030/0085-12

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO ORDINÁRIO N.º: 91120/2024 - HU
PROCESSO SEI Nº 154.00001120/2024-40
O Hospital Universitário torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 91120/2024 - HU, do tipo menor preço, cujo objeto é NICOTINA ADESIVO E OUTROS, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 24/04/2024 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 08/05/2024 às 08h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do site www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 24/04/2024, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.




LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 – Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária **BARI SECURITIZADORA S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 10.608.405/0001-60, situada à Avenida Sete de Setembro, 4.781, sala 02, Bairro Água Verde, Curitiba/PR, nos termos da Escritura datada de 03/05/2016, lavrada à fls. 283, Livro 4.575 de fls. 14, Tabelião de Notas de São Paulo/SP, e Cédula de Crédito Imobiliário nº 14, Série Mundial Judicial, emitida em 31/10/2016, sendo outora credora **SEI JUNDIAI EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 08.772.208/0001-30, com sede em São Paulo/SP, no qual figuram como fiduciárias **ADRIANA RODRIGUES GALVÃO CÉSAR**, brasileira, empresária, portadora do RG nº 161.658.389-SP, inscrita no CPF sob nº 161.658.389-SP, e seu marido **ALESSANDRO RIBAS GALVÃO CÉSAR**, brasileiro, empresário, portador do RG nº 22.737.924-6-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 155.602.268-90, casados pelo regime da comunhão universal de bens, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 13 de maio de 2024, às 11:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portazuk.com.br, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 485.874,88** (quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), o imóvel abato descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por: **Uma Unidade Autônoma** sob número um mil e dez (1011), localizada no domínio (100) pavimento do "Bloco Hotel 2", integrante do empreendimento denominado "Mondial Jundiaí" situado na Avenida Nova de Julho, Chácara Tavares, na cidade e comarca de Jundiaí/SP, contendo uma área privativa de 14,69m², uma área comum de 12,16m², uma área de terreno de uso exclusivo de 2,981m², área de terreno de uso comum de 1,604m², área total de terreno de 4,585m², perfazendo a área total de 26,85m² correspondente a fração ideal de 0,0010847 do terreno e coisas comuns do condomínio. **Av.4** Para constar que o empreendimento "Mondial Jundiaí" situado na Avenida Nova de Julho, Chácara Tavares, na cidade e comarca de Jundiaí/SP, contendo matrícula nº 152.515 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí/SP. **Observação:** (i) Constata gravada na Av.10, Penhora oriunda do Processo 1024350-08/2018.8.26.0001, que será baixada pelo credor sem prazo determinado. (ii) Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 3º e parágrafo único, da Lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde o início do leilão, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 247.894,09** (duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais e nove centavos). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portazuk.com.br e se habilitar acessando a página deste edital, clicando na opção **HABILITAR-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora antes do início do leilão, e em seguida, acessar a página de lances após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portazuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de propiedade, ampliação ou reforma, ou qualquer outro ônus, não serão objeto de responsabilidade do leilante, sendo de responsabilidade do comprador. Os (s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela fl. 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 (cinco) dias da data do leilão, e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 (sessenta) dias, em Tabelião de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leilão, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciários: ADRIANA RODRIGUES GALVÃO CÉSAR e ALESSANDRO RIBAS GALVÃO CÉSAR**, já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido identificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.




SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangelia" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90038/2024 - referente ao Processo nº SEI- 024 00039972/24-92** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DIETAS ENTRAIS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS.** A abertura do Pregão Eletrônico será no dia 03 de Maio 2023 às 09h00min. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sites eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.



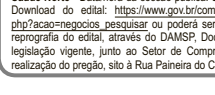
CIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Processo SEI nº 6046.2024/0002326-6 - Pregão Eletrônico nº 001/SUB-MO/2024
Objeto: prestação de serviços de conservação e manutenção de áreas verdes e áreas adjacentes, através de equipes - Modalidade: pregão eletrônico - Tipo: menor preço - Critério de julgamento: menor preço mensal - Data e hora da abertura da sessão pública: 09/05/2024 - 10:00 h - Local: <https://www.gov.br/compras> - UASG nº 925082 - <http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> (Painel de Negócios).



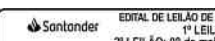
CIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024-CRSN - Processo SEI Nº 6018.2024/0006890-0
Objeto: AQUISIÇÃO DE ESFÍGMOMAGNÔMETROS, para atender às necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte - Data/hora da sessão pública: 09/05/2024, às 14h30min - Local: <https://www.gov.br/compras> - UASG nº 925082 - <http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> (Painel de Negócios).



CIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024-CRSN - Processo SEI Nº 6018.2024/0006890-0
Objeto: AQUISIÇÃO DE ESFÍGMOMAGNÔMETROS, para atender às necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte - Data/hora da sessão pública: 09/05/2024, às 14h30min - Local: <https://www.gov.br/compras> - UASG nº 925082 - <http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> (Painel de Negócios).



EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE

2º LEILÃO: 08 de maio de 2024, às 14h30min (Teorético de Brasília)
Anexa Cláusula Carolina Caspary Frazão, Leiloeira Oficial JUCESP nº 508, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 5º andar, sala 501, Centro Empresarial Santa Teresa, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03184-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, visto os dados concernentes: **Imóvel** que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ONLINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 parágrafo, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrita no CNPJ nº 04.003.999/0001-42, nos termos da Escritura Pública com firma de escritura pública nº 003020397, firmada em 18/07/2012, com o **FIDUCIATÁRIO** **WAGNER FOLIO SOUZA**, max. inscrito no CPF nº 351.891-203-08, no dia 05/05/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais), e imóvel matriculado sob nº 153.449 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jundiaí/SP, constituído por "Terreno designado Área 9" do bloco de 11m x 11m, situado no lote 23 do loteamento Parque das Laranjeiras, em Jundiaí, com a superfície de 17.952 metros quadrados, medindo 5,02 metros de frente para a Rua Pompeu Marques Gouveia; 12,15 metros na linha dos fundos, sendo confronta com o lote 04 do bloco designado de quem outra para o imóvel, sendo medido através do alvará de medição da Rua Pompeu Marques Gouveia; 7,53 metros, da deflexão a esquerda e medido 7,55 metros, onde confronta com a Área 7" (M-103.48) do lote 23, da deflexão a direita e medido 7,50 metros onde confronta com o lote 12, e 25,00 metros onde confronta com o lote 04, sendo terreno em um prédio residencial com uma área construída de 16.520m² sob o nº 153.4



Gustavo Herbetta, diretor de marketing do COB, mostra os 'padrinhos do Time Brasil' Divulgação/Alexandre Loureiro - 17.abr.24/COB

COB contrata influenciadores para furar bolha nas Olimpíadas

Comitê tenta superar mal-estar por nomeação frustrada e tem metas de mídia audaciosas para Paris-2024

PARIS-2024

Marcos Guedes

RIO DE JANEIRO O COB (Comitê Olímpico do Brasil) apresentou, na última semana, no Rio de Janeiro, alguns de seus planos para os Jogos Olímpicos de Paris. Em uma festa no morro da Urca, na zona sul carioca, com desfiles, discursos de atletas, ex-atletas e personalidades, além de Frejat como atração musical, a entidade expôs sua estratégia de mídia. A ideia é contar com influenciadores de diversas áreas para atingir, com a produção de conteúdo multimídia, um público que não necessariamente é interessado em esporte. Pesquisas feitas pelo departamento de marketing da entidade apontaram um público latente que pode ser alcançado por meios de comunicação não tradicionais. “Em Pequim, em 2008, nós tivemos os primeiros Jogos Olímpicos da era digital. Depois, em 2012, em Londres, tivemos os primeiros Jogos das redes sociais. Agora, em Paris, na edição de 2024, certamente teremos os Jogos dos influenciadores”, afirmou o diretor de marketing do COB, Gustavo Herbetta. Na própria festa, realizada a cem dias da abertura olímpica, porém, houve o primeiro soluço no plano do COB de “furar a bolha”, como afirmou Herbetta. Houve muitas críticas ao anúncio de Joel Jota como um dos “padrinhos” da delegação brasileira na França. O influenciador, ex-nadador, é criticado por informações distorcidas de seu currículo esportivo. Jota se apresenta como “empresário e ex-nadador da seleção brasileira”, o que é contestado pelos principais nomes da modalidade no país. Atletas, como Bruno Fratus, e ex-atletas, como Joanna Maranhão, ironizaram a sua nomeação. E o próprio Joel, que trabalha com palestras motivacionais e tem mais de 5 milhões de seguidores no Instagram, anunciou sua desistência. Sem Joel Jota, o comitê terá Larissa Manoela, Hugo Gloss, Sabrina Sato, Pedro Scooby, Murilo Rosa, Fernanda Tavares, Casimiro Miguel e Wesley Safadão como “padrinhos do Time Brasil”. Eles marcarão presença em competições e eventos

não esportivos ligados aos Jogos, sempre com publicações nas redes sociais. O ex-jogador de futebol Zico, que não chegou a disputar uma edição olímpica em sua vitoriosa carreira, também faz parte da iniciativa, como embaixador. Ainda em seu esforço de “gerar mais interesse no movimento olímpico”, o COB estabeleceu uma parceria com a produtora Play9 e a plataforma YouTube. No projeto “Paris é Brasa”, criadores de conteúdo farão a cobertura dos Jogos em material que será reproduzido também em seus perfis no Instagram, no TikTok e no X. A lista de produtores tem Podpah, Matheus Costa, Valen Bandeira, Fabão, Paul Cabanes, Tino Marcos, Daniel Braune, Rafa Tuma, Larissa Gloor e Fátima Bernardes. Pelas contas do COB, eles reúnem mais de 70 milhões de seguidores e terão cerca de 1 bilhão de impressões por suas publicações em Paris. “De algum jeito, esse time vai te influenciar”, disse a jornalista Fátima Bernardes, apresentadora da festa que marcou o início da contagem regressiva de cem dias para a abertura. Também estava na celebração o apresentador Galvão Bueno, “embaixador da Casa Brasil Paris-2024”, ponto de encontro oficial da torcida brasileira na capital francesa. Em uma parceria com o COB que envolve a Rede Globo, Galvão comandará entrevistas com medalhistas no programa “Olha o que ele fez”. Ele conduzirá também o “Resenha Olímpica”, que terá entrevistas e reportagens, com participação do repórter Marcos Uchôa. Os vídeos serão exibidos no canal oficial do COB e poderão ser reproduzidos no portal de notícias ge. Os Jogos de Paris terão sua cerimônia de abertura em 26 de julho, embora algumas disputas coletivas já comecem dois dias antes. Os direitos de transmissão foram adquiridos pela Globo, que exibirá competições em seu canal aberto, no SporTV e na Globoplay. Haverá também transmissão da CazéTV. O jornalista viajou a convite do COB

—
Tostão
O colunista está em férias

ESPORTE
AO VIVO

16h Everton x Liverpool
Inglês, STAR+

20h Celtics x Heat
NBA, ESPN 2/STAR+

21h30 I. del Valle x Palmeiras
Libertadores, GLOBO (SP)/ESPN/STAR+

Leila chama Textor de ‘idiota’ e pede seu banimento do futebol brasileiro

SÃO PAULO A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, chamou o dono da SAF (Sociedade Anônima de Futebol) do Botafogo, John Textor, de “idiota” e pediu seu banimento do futebol brasileiro. As declarações foram dadas no programa “Roda Viva”, da TV Cultura, na noite desta segunda-feira (22), e vêm na esteira de denúncias do dirigente norte-americano sobre supostas manipulações de resultados em partidas do Campeonato Brasileiro. “Na Justiça, com relação ao Palmeiras, nós já entramos com uma ação civil contra ele e pedidos de abertura de inquérito policial para que se apurem as denúncias que ele está fazendo. E não prova absolutamente nada. Eu acho isso uma aberração, uma vergonha”, afirmou a mandatária do alvinegro. “Muitas pessoas ficam pensando por que ele está fazendo isso [...]. Não adianta ficar elucubrando o que passa na cabeça dele. Esse senhor é um idiota. Às vezes, perde-se tanto tempo [tentando entender] o que ele quis dizer com isso, o que ele quer. Ele não quer nada”, acrescentou a presidente do Palmeiras. “O que esse John Textor está achando é que o Brasil é uma

bagunça, que as autoridades não tomam providência nenhuma. Esse homem tem que ser banido do futebol brasileiro”, completou. As declarações da cartola ocorreram no mesmo dia em que o dono da SAF do Botafogo compareceu à CPI das Apostas Esportivas no Senado, onde fez novas acusações contra juizes de futebol e clubes do Campeonato Brasileiro com base em relatório de inteligência artificial que analisa o comportamento de atletas e erros de arbitragem. “A tecnologia que utilizamos prova a manipulação, como vou demonstrar na sessão secreta, quando vou divulgar o nome de pessoas, dirigentes e árbitros”, disse Textor em seu depoimento aos senadores. Mais tarde nesta segunda-feira (22), Textor apresentou à CPI do Senado um documento de cerca de 180 páginas que, segundo ele, mostra evidências de manipulação de resultados por parte de jogadores e árbitros. A documentação está sob sigilo. Senadores, porém, afirmaram que ela mostra, entre outras coisas, uma possível interferência do VAR (árbitro assistente de vídeo) que teria induzido o juiz de campo a erro ao apresentar ima-

“O que esse John Textor está achando é que o Brasil é uma bagunça, que as autoridades não tomam providência nenhuma. Esse homem tem que ser banido do futebol brasileiro

Leila Pereira
presidente do Palmeiras



Equipe da Associação Atlética Neurologia Ativa comemora vitória; time chegou à Superliga do vôlei Divulgação/Neurologia Ativa

Time de vôlei chega à Superliga com presidente em quadra

Bruno Lucca

SÃO PAULO Sávio Beniz, médico apaixonado por voleibol, criou um projeto social visando promover o esporte na cidade de Goiânia, em outubro de 2019. Depois, montou um time adulto masculino, no qual garantiu vaga como libero, e o inscreveu em torneios amadores da região. Na última semana, a Associação Atlética Neurologia Ativa —batizada em homenagem à especialização do fundador— conseguiu sua classificação à Superliga, a elite nacional da modalidade. A vaga foi obtida com uma vitória sobre o Rede Cuca, de Fortaleza, nas semifinais da Superliga B, a segunda divisão. Segundo regulamento, os dois melhores times da competição são promovidos. A decisão, nesta quarta-feira (24), será contra o Goiás Vôlei. A rápida ascensão, com uma transição do jogo amador para o modelo profissional, teve seus percalços. O que não mudou foi a dupla função de Sávio, 42, jogador e gestor. Em ambas as atuações, foram necessários sacrifícios. No início desta temporada, a equipe estava sem patrocínio e, por consequência, sem

caixa. Foi quando o presidente interveio, vendendo bens próprios para levantar alguma verba e garantir o planejamento do time. “Eu via no olhar do grupo a vontade de vencer. Então, fiz isso. E recebi meu prêmio, o acesso à elite”, disse Sávio. A Neurologia não lidou somente com problemas financeiros para alcançar a principal liga do Brasil. Preciso passar por derrotas frustrantes e mudanças sentidas no elenco. O central Renan Levandoski, 31, ficou. Ele está no projeto desde o início da profissionalização, em 2022. Naquela temporada, ajudou a equipe de Goiânia a conquistar o título da Superliga C. Já no ano seguinte, frustrou-se com um quarto lugar na Superliga B. Agora, está confiante no título. “Está todo o mundo focado em um objetivo só”, afirma ele. Levandoski é um atleta rodado, tendo atuado por clubes tradicionais do país, como São José, no interior de São Paulo, e Blumenau, em Santa Catarina, e experimentado carreira internacional. Porém o central afirma nunca ter se sentindo tão alegre quanto hoje. “Eu me identifico muito

“Eu via no olhar do grupo a vontade de vencer. Então, fiz isso [vender seus próprios bens para arrecadar fundos]. E recebi meu prêmio, o acesso à elite

Sávio Beniz
presidente e jogador da Associação Atlética Neurologia Ativa

com a Neurologia, porque eu nunca vi um local tão focado no social. O time foi criado para isso. Nossa classificação para a Superliga será muito importante até para aumentar o projeto”, afirma. A ação social do clube, chamada Corpo e Mente Ativa, atende mais de 520 crianças com idade entre 10 e 17 anos, inclusive deficientes físicos. Para o presidente-jogador Sávio Beniz, debutar na elite nacional também pode ajudar o time financeiramente. “A gente não tem patrocinadores contribuindo diretamente para a associação. Então, esse holofote será importante para a Neurologia Ativa ser conhecida e encontrar parceiros”, afirma.

Sport Club Corinthians Paulista
CNPJ nº 61.902.722/0001-26
Edital de Convocação

Ilmos. Senhores(as) Conselheiros(as): O Presidente do Conselho Deliberativo do Sport Club Corinthians Paulista, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente a contida no artigo 82, I, letra “C”, que determina a convocação desse Conselho anualmente, até o final do mês de abril, para julgar as contas anuais da Diretoria, relatório da auditoria, os pareceres do Conselho Fiscal e do CORI, e o relatório geral do Presidente da Diretoria, bem como matéria pautada e aditada da última reunião, **CONVOCA** os(as) Conselheiros(as) para reunião presencial do próximo dia **29/04/2024** nas dependências do Teatro do Parque São Jorge, localizado na Rua São Jorge, nº 777, São Paulo, Capital, às 18h em primeira chamada, e às 19h em segunda chamada com qualquer quórum, com a seguinte ordem do dia: a) Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; b) Apresentação, discussão e votação do relatório geral do Presidente da Diretoria, das contas de 2023 acompanhada pelo relatório da auditoria e dos respectivos pareceres do Conselho Fiscal e do CORI; c) Apresentação, discussão e votação da Revisão da peça orçamentária do exercício de 2024, acompanhada dos pareceres exarados pelo Conselho Fiscal e pelo CORI; d) Várias.

Parque São Jorge, 09 de abril de 2024

Romeu Tuma Junior - Presidente do Conselho Deliberativo do SCCP

Algoritmos calculam risco de vício em analgésicos e dão nota aos pacientes

TEC

Maia Szalavitz

THE NEW YORK TIMES Pouco antes de Bobby Mukkamala —um especialista em otorrinolaringologia em Michigan (Estados Unidos)— receitar opioides após uma cirurgia, ele verificou os registros estaduais das prescrições de substâncias controladas de seu paciente, como exigido por lei. Uma pontuação gerada por um algoritmo apareceu em sua tela.

Conhecido como NarxCare —e agora usado pela maioria dos bancos de dados de monitoramento de prescrições estaduais, principais hospitais e cadeias de farmácias dos EUA— o algoritmo indicava que seu paciente tinha um risco elevado de desenvolver uma dependência de analgésicos opioides.

“Causamos muita dor nas cirurgias”, diz Mukkamala, que lidera uma força-tarefa sobre o uso de substâncias da Associação Médica Americana. “O nariz e o rosto são lugares muito sensíveis para fazer procedimentos.” Consequentemente, é difícil evitar a prescrição de opioides para controlar a dor.

Algoritmos como o NarxCare e um teste genético recentemente aprovado para o risco de transtorno do uso de opioides, conhecido como AvertD, utilizam técnicas de “machine learning” para ajudar os médicos a reduzir as chances de os pacientes se tornarem dependentes desses medicamentos.

Através do NarxCare, a maioria dos americanos agora tem um equivalente ao rating de crédito para substâncias controladas. E se o AvertD, promovido como uma maneira de usar a genética personalizada para avaliar o risco, se tornar amplamente utilizado, poderia colocar nos registros das pessoas ainda mais sinais de alerta que são difíceis de contestar.

Essas ferramentas podem ter boas intenções. Mas a prevenção da dependência é uma tarefa incrivelmente difícil. Apenas uma minoria das pessoas que tomam opioides se torna dependente, e os fatores de risco variam por motivos biológicos, sociológicos e econômicos.

Mesmo pontuações precisas podem causar danos, já que a dependência é estig-

matizada e criminalizada. Algumas pessoas foram expulsas de consultórios médicos por terem pontuações altas no NarxCare, sem terem como recorrer da decisão. Outras foram vetadas de receber opioides pós-operatórios por enfermeiras ou rejeitadas por farmácias.

Esses tipos de algoritmos podem potencialmente piorar os preconceitos raciais e de classe na tomada de decisões médicas. Não é difícil imaginar um futuro distópico de algoritmos sem transparência que tornem algumas pessoas permanentemente inelegíveis para o cuidado da dor com opioides.

Mukkamala conta que uma análise mais detalhada do histórico médico de seu paciente mostrou não haver motivo para preocupação. “O que é inadequado é eu olhar para um indicador na escala e dizer: ‘Caramba, essa pessoa tem um problema. Eu não posso prescrever nada para a dor dela’”, diz.

Muitos profissionais de saúde, no entanto, não têm o mesmo cuidado. O preconceito contra pessoas com dependência é comum, assim como o medo de ser acusado de prescrição excessiva —e as pontuações dos algoritmos só alimentam essas preocupações.

Para gerar pontuações de risco, o NarxCare diz utilizar variáveis como o número de médicos que alguém visita, as farmácias que frequentam e as prescrições que recebem, comparando os dados individuais com informações sobre padrões de comportamento associados a indicadores de possível dependência.

Mas não há transparência: o algoritmo do NarxCare é particular, e suas fontes de informação, dados de treinamento e variáveis de risco —e como são ponderadas— não são públicos.

Outro problema para o NarxCare é que a dependência de opioides é na verdade bastante incomum —afetando entre 2% e 4% da população adulta e adolescente.

“Identificar o risco básico de um indivíduo para o transtorno do uso de opioides é inerentemente muito difícil. É como procurar uma agulha no palheiro”, afirma Angela Kilby, economista que estudou algoritmos como o NarxCare na Universidade Northeastern.



FACHADA DA CASA BATLLÓ É COBERTA DE ROSAS PARA CELEBRAR DIA DE SANT JORDI EM BARCELONA Edifício concebido por Antoni Gaudí ganha decoração para a festa catalã equivalente ao Dia dos Namorados brasileiro; nessa data, os casais costumam trocar presentes, os homens ganham um livro e as mulheres, uma rosa Divulgação/Prefeitura de Barcelona

VOCÊ VIU?

Vídeos de membros LGBTQIA+ do Exército tailandês em sua rotina no serviço militar entre um desfile de moda e um tutorial de maquiagem têm viralizado.

Thanyaporn Sakulnee, 24, está num desses vídeos. No Exército Real Tailandês desde 2017, ele é um homem gay que, entre acordar cedo para se exercitar e cumprir suas funções no serviço militar, decidiu mostrar sua rotina no TikTok, no perfil @sinyto_1122. “Ser um homem assumidamente gay não tem um efeito negativo em nosso Exército”, diz à Folha.

“A sociedade tailandesa está aberta a aceitar a diversidade sexual. É algo adequado de acordo com os princípios da convivência”, concorda o dono do perfil @joepause101, que prefere não se identificar. Foi ele quem filmou seus colegas desfilando com asas de borboleta em um momento de descontração.

“Estou feliz em ver que as pessoas LGBTQIA+ podem viver a vida que desejam.”

ACERVO FOLHA
Há 100 anos
24.abr.1924

Faculdade homenageia Alfonso Bovero

Como nesta sexta-feira (25) completará dez anos desde que o médico italiano Alfonso Bovero iniciou a dar aulas na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz promoverá uma sessão solene para homenageá-lo.

Bovero foi um dos primeiros estrangeiros que o médico e fundador do centro, Arnaldo Vieira de Carvalho, trouxe para a nova escola, em escolha atilada.



LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

‘O Problema dos 3 Corpos’: ciência e ficção

Série contém erros, mas diverte quem gosta de ficção científica

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France.

A plataforma de streaming Netflix lançou recentemente uma série cujo título se refere a um tema que conheço bem: “O Problema dos 3 Corpos”. A referência remonta ao trabalho do matemático e físico Isaac Newton (1643–1727), que criou a física moderna, reinando absoluto até o advento da Teoria da Relatividade, de Albert Einstein (1879–1955).

Newton postulou que todos os corpos se atraem por meio de uma força que é proporcional ao produto de suas massas e inversamente proporcional ao quadrado da distância entre eles. Para corpos pequenos, essa força é impercep-

tível, mas, na escala dos planetas, estrelas e galáxias têm um papel determinante na organização do universo.

A lei da gravitação pode ser expressada por meio de uma relação matemática chamada equação diferencial. Newton mostrou como resolver essa equação no caso em que se consideram apenas dois corpos —o Sol e a Terra, por exemplo. Dessa forma, confirmou a lei formulada por Johannes Kepler (1571–1630) segundo a qual o planeta se move em trajetória elíptica com a estrela em um dos focos da elipse.

Mas a equação da gravitação é muito mais difícil de re-

solver quando consideramos três ou mais corpos celestes. Grandes matemáticos e físicos contribuíram para o avanço nesse problema, com destaque para Henri Poincaré (1854–1912), e o advento dos computadores também forneceu novos meios de resolver essa equação na prática. Mas o “problema dos 3 corpos” continua sendo sinônimo de algo difícil.

Na série, a Terra está sob ameaça de invasão por alienígenas vindos de um sistema solar a quatro anos-luz de distância: viajando a 1% da velocidade da luz, eles chegarão em 400 anos. Vêm de um sistema formado por três estrelas, em

torno das quais, presume-se, orbita o planeta dos alienígenas: logo são quatro corpos, não três. Não é a única imprecisão do seriado.

Os autores sabem que, pela Teoria da Relatividade de Einstein, nada —nem objeto nem informação— se move mais rapidamente do que a luz. Mas há a necessidade dramática de que os alienígenas se comuniquem regularmente com a Terra.

Entra em cena o fenômeno do emaranhamento quântico: um próton é enviado à Terra enquanto outro próton emaranhado com ele fica na frota estelar. A ideia é que, por estarem emaranhados, aquilo que acontecer com um próton se refletirá imediatamente no outro, permitindo comunicação instantânea entre os invasores e a Terra.

Não é assim que funciona o emaranhamento quântico. Mas pouco importa. “O Problema dos 3 Corpos” não é um documentário, mas sim diversão para quem gosta de ficção científica: eu assisti à primeira temporada em um fim de semana e recomendo!

ilustrada

Refestança

Mel Lisboa volta a interpretar Rita Lee em uma peça que é fenômeno de bilheteria, entre a dor por sua morte e a celebração de toda a sua vida

A atriz Mel Lisboa, que vive Rita Lee
Bruno Santos /
Folhapress

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Por anos a fio, as pessoas só chegavam ao pé do ouvido de Mel Lisboa para dizer “você está igualzinha a ela!”. O público lembrava o sucesso do musical “Rita Lee Mora ao Lado”, em que a atriz, de 42 anos, interpretara, de 2014 a 2016, a roqueira mais importante do Brasil.

Com o fenômeno de bilheteria, a cantora e compositora achou graça da brincadeira e, já debilitada pelo câncer no pulmão que a vitimaria há quase um ano, pediu mais uma temporada da peça.

Acontece que, passada uma década, a própria Rita escreveria um livro para contar a sua história, o que exigiria de Lisboa um espetáculo inédito. Por isso, é chegada a hora de a atriz pôr os olhos redondinhos e ficar ruivíssima novamente. “Rita Lee – Uma Autobiografia Musical” estreia nesta sexta-feira no Teatro Porto, no centro da capital paulista. Os ingressos esgotaram e, agora, a produção anunciou novas datas.

“Queria ser a Rita Lee, queria ser ainda mais parecida com ela, ter o mesmo deboche e a mesma irreverência”, diz Lisboa, tomando um cafezinho, no intervalo de um ensaio. “Sinto uma responsabilidade maior sem a presença da Rita e sinto muito que ela não esteja aqui para assistir à peça.”

Embora a história seja a mesma, os diretores Marcio Macena e Débora Dubois espelham agora as características da autobiografia, lança oito anos atrás — a primeira peça musical se inspirava num outro livro, escrito pelo músico Henrique Bartsch.

Na nova montagem, a atriz tem um papel de narradora, próprio de quem conta a sua vida na primeira pessoa do singular. O arco temporal compreende as quase oito décadas de existência da artista, começando pelos primeiros anos de sua vida, na casa da Vila Mariana, até a sua aposentadoria dos palcos, em 2012.

Na ocasião, Rita foi detida, durante um show em Aracaju, no Sergipe, por protestar contra os policiais que abordavam os fãs, procurando apreender drogas. Ao longo da carreira, seu ímpeto para revolucionar os costumes se uniu a uma estética mutante, atada à vanguarda. Nos anos 1960, sua figura feminina rompeu barreiras ao ser protagonista do processo de modernização da música brasileira — dos Mutantes até o Tutti Frutti, passando pela tropicália.

A dramaturgia de “Rita Lee – Uma Autobiografia Musical” comporta a ética e a estética da personagem. Lisboa, usando botas prateadas na altura dos joelhos, entoando a canção “Reza” ao lado dos nove atores do elenco, que também cantam e dançam para espantar a caretice, num cenário de dois níveis, adornado por um telão, onde são projetadas imagens de arquivo.

A cena lembra o episódio em que Rita Lee foi presa, aos 28 anos, quando a polícia militar invadiu o apartamento onde morava e apreendeu também alguns gramas de maconha.

Em outra passagem, Rita é rodeada por artífices da tropicália e, sentada num sofá, ouve Gal Costa cantar “Baby”. Ao todo, são mais de 30 canções apresentadas no musical, a maioria escrita pela compositora.

“Estou quase o dia inteiro cuidando da minha voz”, afirma Lisboa, que é mezzo-soprano. “Nunca foi fácil para mim, mas qualquer pessoa é capaz de fazer qualquer coisa desde que se dedique e estude.”

Lisboa diz que sempre ouviu Rita Lee, mas que só entendeu a dimensão da cantora quando a interpretou no primeiro musical. A cantora conheceu a atriz nos ensaios e, durante a temporada, viu a peça, na mesma noite em que Ney Matogrosso estava na plateia. Desde então, Rita e Lisboa mantiveram uma relação, se encontrando em eventos.

Continua na pág. C4

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br



Eduardo Dall'Oglio/Divulgação

LIVRO ABERTO

A próxima medida de impacto do governo visando pequenos empreendedores é a proposição de uma lei que permite a abertura de capital para micro e pequenas empresas.

LIVRO 2 A ideia já está sendo debatida por técnicos reunidos em grupos de trabalho no Ministério do Empreendedorismo, comandado por Márcio França, em conjunto com o Ministério da Fazenda.

LIVRO 3 Uma vez estabelecidas as regras, que precisam passar pelo crivo do Congresso, as micro e pequenas empresas poderiam emitir papéis equivalentes às debêntures para atrair investidores privados que apostassem em seu crescimento.

LIVRO 4 Com este selo, elas poderiam ter lastro para conseguir crédito mais barato nos bancos, acreditam integrantes da pasta do empreendedorismo.

LIVRO 5 Segundo eles, França pretende apresentar a proposta a Lula (PT) dentro de três meses, para que ela possa ser enviada ao Congresso e, se aprovada, ser anunciada ainda neste ano.

SUSTO Atacada nas redes sociais e criticada por seus pares por destinar uma emenda parlamentar à Festa da Bicuda, realizada em Campinas (SP) no dia 14 deste mês, a vereadora Paolla Miguel (PT) diz ser alvo de uma campanha de desinformação que pode abrir um precedente perigoso na Câmara Municipal local.

SUSTO 2 O evento, sediado em praça pública, causou espécie por trazer uma performance que continha nudez, simulação de sexo oral e músicas de teor sexual. Organizadores do festival afirmam que não tinham ciência do conteúdo e que a apresentação foi interrompida passados menos de dois minutos de seu início.

SUSTO 3 A vereadora petista diz que também foi pega de surpresa e que não sabia da performance quando decidiu apoiar a festa com uma emenda no valor R\$ 10.690, destinados à aquisição de banheiros químicos, gradil e palco. “Foi completamente inadequado e inapropriado”, afirma. Ela questiona, porém, a tentativa de responsabilizá-la por algo que foge à sua atuação enquanto parlamentar.

A cantora Liza Lou se prepara para lançar seu primeiro álbum, “Sal”, na próxima quinta (25). O trabalho, que tem produção musical assinada pelo multi-instrumentista Ariel Donato, trará faixas cantadas em parceria com cantoras como Clara Valverde, Duda Brack, Loh e King Saints. Nascida em São Gonçalo, no Rio, Liza já subiu ao palco com nomes como Djavan, Milton Nascimento, Seu Jorge, Caetano Veloso e Maria Bethânia

REINserção A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasil) se manifestou a favor da manutenção da saída temporária de presos em datas comemorativas. Em nota, a entidade católica pede que o Congresso não derrube o veto parcial dado por Lula (PT) ao projeto original, mantendo o benefício.

REINserção 2 No texto, a CNBB afirma que “o sistema estatal deve favorecer a reinserção das pessoas condenadas e promover uma justiça reconciliadora”. A entidade cita uma frase do papa Francisco sobre nunca “sufocar a pequena chama de esperança”. “Reavivar esta pequena chama é dever de todos. Cabe a toda a sociedade alimentá-lo, fazer de forma que a penalidade não comprometa o direito à esperança”, afirma.

RETORNO A ex-ministra do Esporte Ana Moser voltou a atuar pela Atletas pelo Brasil, organização sem fins lucrativos da qual foi uma das fundadoras. Ela é a nova presidente-executiva da entidade.

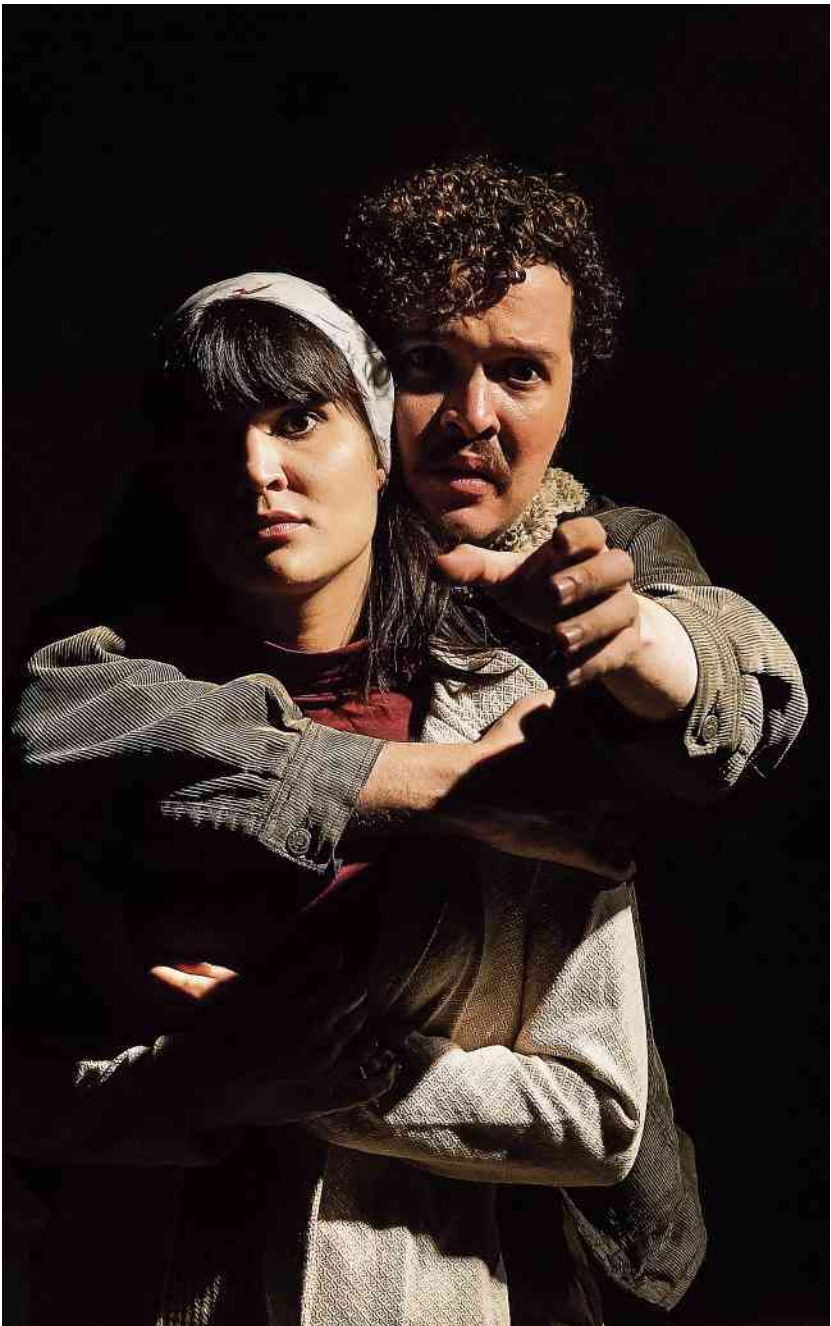
SINAL O ator Paulo Gorgulho estabeleceu uma condição quando aceitou o convite para interpretar o papa Francisco nos palcos: que o texto tivesse um viés filosófico, e não religioso. A proposta era a mesma do escritor e ex-secretário de Educação de São Paulo Gabriel Chalita, autor da peça, e do diretor Fernando Philbert

SINAL 2 Assim, depois de dez anos, Gorgulho voltará ao teatro no espetáculo “Entre Franciscos — O Santo e O Papa”, que vai estrear no Teatro Sérgio Cardoso, em SP, no próximo dia 10 de maio, após uma temporada no Rio de Janeiro.

SINAL 3 A produção mostra o que seria um diálogo imaginário entre São Francisco de Assis e o papa. Para o papel do santo, Chalita sugeriu o ator César Mello, que topou o desafio. “São Francisco era um italiano, um homem branco. Mas, provocador como era, se ele quisesse incorporar fisicamente aqui, neste momento, a pele negra hoje seria um belo lugar para ele provocar a sociedade”, diz Mello.

BAIXINHO A série documental “Romário — O Cara”, da Max Original, já tem data para estrear: 23 de maio. Em seis episódios, a produção vai abordar a trajetória do ex-jogador de futebol até a conquista do tetracampeonato mundial.

BAIXINHO 2 Dirigido por Bruno Maia, o documentário mostrará também as polêmicas em que Romário se envolveu e o sequestro de seu pai às vésperas da Copa do Mundo.



Os atores Alex Huszar, que interpreta Paulo, e Lara Arvati, que vive Maria Ray/Divulgação

Montagem de Boal compara a ditadura ao ataque a Brasília

Diretor Kiko Marques examina os dramas e os afetos dos militantes que foram exilados nos anos do regime militar

Cristina Camargo

SÃO PAULO No mês em que o golpe militar completa 60 anos, memórias são resgatadas com a estreia da peça “Murro em Ponta de Faca”, de Augusto Boal, no Teatro de Arena, no centro de São Paulo, um espaço histórico em que o dramaturgo e encenador comandou espetáculos como “Arena Conta Zumbi”. Inspirado na solidão dos que viviam fora do país durante a ditadura militar, o texto foi escrito em 1974, quando Boal morava em Portugal e “sentia o vento e o frio da viagem sem fim”. Seu exílio político durou 15 anos, de 1971 a 1986, e incluiu passagens pela Argentina e pela França.

O espetáculo sobre três casais de exilados brasileiros foi montado pela primeira vez em 1978, após a liberação da censura, pela Companhia de Teatro Othon Bastos, sob direção de Paulo José, no Teatro de Arte Israelita Brasileiro. Boal, criador do Teatro do Oprimido, ainda perambulava pelo mundo para não ser preso e torturado novamente, como já havia ocorrido em 1971.

A montagem, agora em cartaz, realizada pelo grupo Pedra Livre, com direção de Kiko Marques, faz parte dos atuais rituais de lembranças do período de perseguições, censura e violência. Nas sessões de leitura do texto, os jovens integrantes do grupo perce-

beram que o dramaturgo escreveu a peça pensando no Arena. “É um palco que todo ator precisa pisar um dia. A relação que se estabelece com o público é uma coisa rara”, afirma o diretor. “Alguns palcos têm magia, capacidade de conexão. Os fantasmas do teatro são o tempero, e os do Arena são inacreditáveis”.

Na montagem atual, o aspecto humano da vida no exílio foi o que mais interessou ao grupo e é o condutor do espetáculo, encenado entre malas abertas, um fogão improvisado e um caixão usado para enganar a repressão nos momentos de fuga. O tom político do texto original foi minimizado e cede espaço agora para as relações entre pessoas que não sabem quando e se voltarão ao seu país de origem.

A conexão com as ameaças atuais de autoritarismo é inevitável. “O 8 de janeiro tem uma ligação nítida com o que aconteceu em 1964”, afirma o ator, músico e produtor Alex Huszar. “É muito necessário relembrar. Tem pontos relevantes, mesmo sendo uma peça de época.” Ele fez um trabalho de recriação de músicas para o espetáculo, com trechos em que a trilha original é citada como uma espécie de homenagem ao compositor da época, Chico Buarque.

As músicas da montagem atual aparecem como soluções cênicas que fogem do lugar-comum dos espetácu-

los que abordam a ditadura e foram compostas a partir de sugestões que o próprio Augusto Boal deixou no texto.

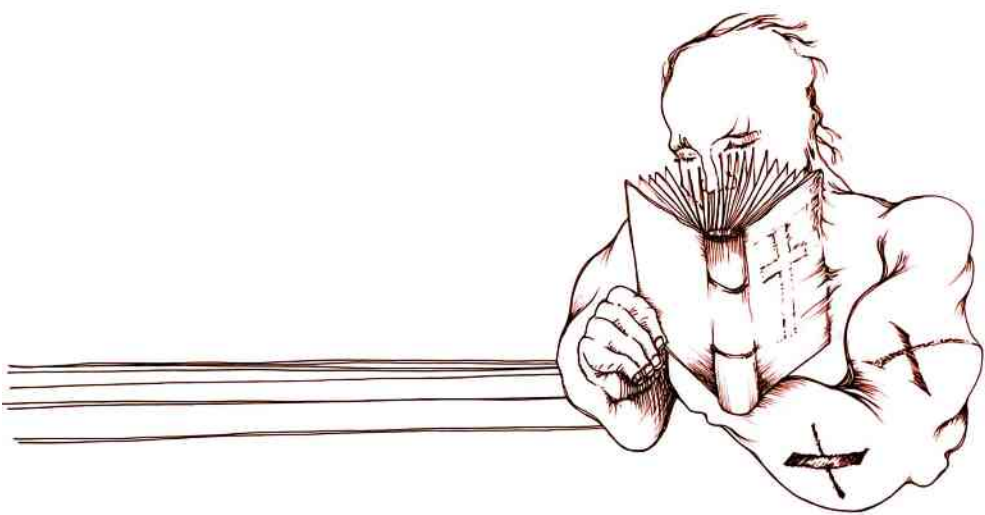
Filho de um coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Marques cresceu na cultura do silêncio que tanto marcou as crianças nos anos de chumbo. “Descobri que havia tido um golpe militar depois de 20 anos. Era uma coisa que não se falava, não se tocava”, ele afirma. “Somos frutos desse autoritarismo intrínseco.”

Uma das personagens, Maria, interpretada pela atriz Lara Arvati, deixa explícito que o texto foi um grito de desespero. Entre o sentimento de desamparo e sucessões de crises nervosas, ela sintetiza o drama dos que não resistiram aos porões da ditadura.

A personagem é inspirada em Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dodora, guerrilheira da Vanguarda Popular Revolucionária, presa, torturada e banida do país, que cometeu suicídio em Berlim. Nos agradecimentos, no final da estreia, o grupo citou a importância de falar sobre a ditadura militar, não para remover o passado, como afirmou o presidente Lula, mas para que ela não aconteça novamente.

Murro em Ponta de Faca

Dir.: Kiko Marques. Com: Alex Huszar, Heitor Garcia Lima e Lara Arvati. Teatro de Arena - r. Dr. Teodoro Baima, 94, São Paulo. 12 anos. Sex., às 20h; sáb. e dom., às 19h. Até 28 de abril. De R\$ 20 a R\$ 40, em sympla.com.br



Ariel Severino

Bolsonarismo como performance

Ele quer mostrar aos seus que continua sendo capaz de mover a massa

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de ‘Crônica de uma Tragédia Anunciada’

Jair Bolsonaro continua tentando vender seu peixe, e do jeitinho que se fazia nos comícios de antanho, com palanques — agora, carro de som —, discursos e a massa exultante que foi ouvir seus ídolos revigorar suas convicções, mostrar força e lealdade, além de encontrar os seus companheiros de fé. Cerca de 32 mil pessoas estiveram juntas no auge da manifestação, segundo o Monitor da Universidade de São Paulo. Não

é pouco para um líder político acochado pela lei e pela opinião pública, mas também não é muito, se comparado ao tamanho de comícios anteriores. Se as multidões definham, apuram-se os apoiadores, as afinidades afloram, o radicalismo cresce. Costuma ser assim. Grupos muito coesos vão, como se diz, “perdendo a noção”, quer dizer, aquele pudor de dizer e fazer coisas que não fariam na frente de estranhos.

Como, ao que tudo indica, a produção do evento é cada vez mais exclusividade de Silas Malafaia, não se pode esperar menos que radicalismo. É um líder político protegido por um mandato religioso reconhecido pela retórica hiperbólica, performances de fúria verbal e convicção típica de profeta do Velho Testamento, de que fala em nome do povo de Deus. Quem caminha com Malafaia não pode esperar que to-

lerância, argumentação racional, valores republicanos, pluralismo e respeito a divergências tenham qualquer sentido. É só pé no peito e perdigoto voando. Jair, que sabe que a cadeia é uma possibilidade, finda por ser o mais contido. Toda manifestação pública de políticos hoje gera “editáveis”, fragmentos de áudios ou vídeos curtos que circulam por mídias digitais e oferecem ao público que acompanha o

evento por seus celulares um resumo do que está acontecendo lá longe, em Copacabana. Como os grupos e interesses são divergentes, bolsonaristas Brasil afora receberam sua versão dos destaques do evento, enquanto os que não gostam deles se refastelaram com outros cortes. É do jogo. Isso posto, é marcante como o evento do domingo teve “editáveis” deliciosos para quem, como eu, veio à política em expedição etnográfica. Ainda estou em dúvida se gosto mais do discurso de Nikolas Ferreira (PL-MG) ou de Gustavo Gayer (PL-GO), mas o de Malafaia também é revelador. O primeiro ofereceu uma maravilhosa ilustração do “modo viril” do bolsonarismo. “Este país não precisa de mais projetos de leis, não precisa de mais emendas [constitucionais], este país precisa de homens com testosterona”, ele afirmou. E toda a testosterona de que o país precisa, segundo ele, foi condensada e enfrascada em Silas e Jair, ali presentes. É de arrepiar. Pelo que entendi, o novo lema é “precisamos de machos, não de leis”. Eu falei que o bolsonarismo não suporta a ideia de um governo de leis e clama por um governo de vontades, músculos, tendões e hormônios. Acreditam agora? O mesmo modo vitalista não poderia faltar no discurso do próprio Malafaia, a quintessência da virilidade nacional, que se referiu a Alexandre de Moraes com o já clássico “ditador da toga”, mas também fez questão de presentear o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com os adjeti-

vos “frouxo, covarde e omissos” por não investigar o ministro do Supremo Tribunal Federal. No admirável mundo macho do “bolsomalafismo”, frouxos não têm guarida nem caráter. Nem merecem respeito. O deputado Gayer, por sua vez, “performou” como vítima o novo dogma da fé bolsonarista, a certeza de que Musk é uma espécie de João Batista que veio reparar os caminhos do Messias. Jair Messias. Olhando para os céus, provavelmente para ser capturado de frente pelos satélites da Starlink, o deputado enunciou o seu rogo. “Com certeza Elon Musk está olhando o que está acontecendo aqui agora.” E certamente saberá intervir com a sua divinal providência para elevar o justo e condenar os pecadores. O severo e onipotente olhar de Musk cedo ou tarde irá repor tudo ao seu lugar: Brasil acima de tudo, Musk de olho em todos. Naturalmente, você a este ponto deve estar se perguntando por que Bolsonaro continua fazendo essas manifestações. A resposta, contudo, já lhe deve ter ocorrido. Ele as faz porque delas precisa. Para manter-se em evidência de alguma forma após ter perdido o volume absurdo de visibilidade pública que tinha quando presidente, para continuar em contato com o povo, como é do feitio de líderes carismáticos, e para mostrar aos seus que continua sendo capaz de mover a massa e galvanizar a vontade do povo. Política, como vocês certamente sabem, é em grande parte uma performance.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | **QUI. Drauzio Varella**, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti



O REI LEÃO



O ESPETÁCULO DE UMA VIDA!

INGRESSOS A PARTIR DE

PLATEIA: R\$ 115

CAMAROTE: R\$ 120

BALCÃO: R\$ 65

VALORES PARA MEIA ENTRADA



FINAL DE TEMPORADA

PATROCÍNIO

PARCEIROS DE MÍDIA

REALIZAÇÃO



EM CARTAZ NO TEATRO RENAULT - SP

VENDAS EM TICKETSFORFUN.COM.BR

ilustrada

Refestança

Continuação da pág. C1

A amizade entre as duas artistas foi atrapalhada, no entanto, pela pandemia e pela doença da roqueira. “Sempre tive medo de invadir seu espaço. Ela já estava reclusa”, diz Mel Lisboa. A atriz atribui o fenômeno de bilheteria ao trabalho metódico de pesquisa. “A peça furou a bolha de quem sempre vai ao teatro, que é uma arte que tem o tamanho de uma sala de espetáculos”, diz ela. “É bárbaro uma pessoa sair de casa para ver uma peça, mas isso não tem o alcance de uma nove-

la. O teatro depende de vários fatores, a pessoa precisa estar naquela cidade, naquela hora e precisa ter dinheiro.” No papel de Rita Lee, Lisboa se firmou na cena teatral paulistana —ela acaba de concluir uma temporada de “Misery”, de Stephen King, no Tuca. De todo modo, sua carreira sempre esteve atrelada aos trabalhos no audiovisual. Nos anos 2000, Lisboa debutou como atriz, na Globo, com a minissérie “Presença de Anita”, participando, tempos depois, da novela “Desejos de Mulher”. Naquela época, ganhou o prê-

mio de melhor atriz no Festival de Gramado, pelo filme “Sonhos e Desejos”, concebido pelo diretor Marcelo Santiago. Na década seguinte, trabalhou em novelas bíblicas da Record, como “Sansão e Dalila” e “Os Dez Mandamentos”. Lisboa minimiza as diferenças entre as duas emissoras, lembrando que os profissionais fazem parte da mesma indústria televisiva, transitando nas produções dos dois canais. Nesse sentido, é curioso ela ter estado envolvida em tramas bíblicas, antes de viver Rita Lee, a iconoclastia em pes-

“A peça furou a bolha de quem vai ao teatro. É bárbaro uma pessoa sair de casa para ver uma peça. Precisa estar na cidade, naquela hora e precisa ter dinheiro

Mel Lisboa atriz

soa. “Isso que é legal na profissão. A gente brinca de ser tudo”, afirma. “Havia um estudo nas novelas, vinham estudiosos que nos ensinavam como era a vida num período tão distante.” Há cinco anos, ainda esteve na série “Coisa Mais Linda”, da Netflix, interpretando a jornalista Thereza. Para tanto, ela repetiu a fórmula do estudo intensivo da personagem e pôde constatar o machismo, típico das redações daquela época. Embora novos trabalhos tenham surgido entre os dois musicais, Rita Lee nunca foi esquecida por

Lisboa. Atendendo a outros pedidos da roqueira, a atriz gravou a versão em áudio das duas autobiografias, uma dramaturgia sem palco ou câmeras. “Tem gente que comenta sobre o meu trabalho vivendo Rita Lee, sem nunca ter visto a peça”, afirma a atriz.

Rita Lee - Uma Autobiografia Musical
Direção: Débora Dubois e Márcio Macena. Com: Mel Lisboa, Bruno Fraga e Fabiano Augusto. Teatro Porto - al. Barão de Piracicaba, 740, São Paulo. 12 anos. Sex. e sáb., às 20h; dom., às 17h. Até 30 de junho. Ingressos de R\$ 40 a R\$ 100, em sympla.com.br



A atriz Mel Lisboa, que volta ao teatro para interpretar Rita Lee, em musical baseado na autobiografia da cantora Bruno Santos/Folhapress

Grupo Galpão celebra a vida que continua em ‘Cabaré Coragem’

Trupe mineira encena peça que mescla repertório de músicas, dança e Brecht

Cristina Camargo

SÃO PAULO Ao ficar fora da cena para conduzir o espetáculo “Cabaré Coragem”, em cartaz no Sesc Belenzinho, em São Paulo, o ator e diretor Júlio Maciel tem a oportunidade de olhar o grupo Galpão de outra perspectiva e, enfim, compreender a força do coletivo mineiro fundado em 1982, do qual faz parte há 32 anos. “Desde ‘Romeu e Julieta’, peça montada pela primeira vez em 1992 e um marco na história do grupo, a gente ouve sobre essa força. É bonito sair, ver de fora e entender a potência que esses atores têm quando estão juntos no palco.” A explicação para essa química, que superou as crises e os ataques do bolsonarismo à cultura, afirma Maciel, está na diferença entre os integrantes. “O Galpão é um grupo heterogêneo e isso é uma grande qualidade”, ele diz. E tem, claro, a paixão pelo teatro. “Somos diferentes,

mas temos essa paixão em comum. O Galpão é um projeto de teatro”, diz a atriz Inês Peixoto, no grupo desde 1992. É algo que transborda em “Cabaré Coragem”, o espetáculo que estreou em Belo Horizonte em junho do ano passado e passou por cinco capitais do país antes de chegar a São Paulo no início do mês. O grupo mescla um repertório de músicas interpretadas ao vivo com números de variedades e danças, fragmentos de textos da obra de Brecht e cenas de dramaturgia própria. Depois da pandemia, o Galpão estava faminto de gente. A ideia de criar um cabaré veio da vontade de estar novamente perto das pessoas, por meio de uma interatividade grande com a plateia. O público faz parte do espetáculo desde a entrada, quando é recebido com música no estilo piseiro e doses de pinga mineira. Ao longo da apresentação, as pessoas são estimuladas a reagir às provoca-

ções dos artistas e têm à disposição uma pista de dança no intervalo, que dura o tempo da animação dos festeiros. No palco, e percorrendo outros espaços do cabaré, os artistas interpretam uma trupe decadente que celebra a arte e confirma que ainda tem muito a mostrar ao mundo com seus corpos imperfeitos e memórias ricas. O envelhecimento foi uma das questões levadas pelos atores e atrizes, todos na faixa dos 60 anos, ao processo de pesquisa e montagem. O público faz parte da mesma cena, a dona do “buraco quente”, interpretada por Teuda Bara, 82, uma das fundadoras e estrela do Galpão. “Quem é que vai querer dar emprego para um bando de artistas velhos?”, ela questiona, ao se deparar com uma rebelião do elenco. “Isso é verdade”, diz Peixoto. “As pessoas têm tido dificuldade de trabalhar. A gente quer cada vez mais descobrir espaços que sejam

legais para os nossos corpos.” Bara materializa isso na cena em que sua fragilidade física é superada pelo vigor da interpretação de “Mamãe Coragem”, aplaudida em pé na estreia, em um encontro entre Caetano Veloso, autor da canção, e Brecht, que criou a peça “Mãe Coragem e Seus Filhos”. Ligado à tradição do teatro popular e de rua, o Galpão mantém a fidelidade à origem ao adaptar o cabaré para espaços diversos. Em Natal, a apresentação foi ao ar livre. Em Fortaleza, em um lugar para apenas 150 pessoas, o que exigiu adaptações no cenário. O público de Aracaju assistiu ao espetáculo em um palco italiano. No Festival de Curitiba, a pista de dança ferveu no Teatro Guairinha. No Sesc Belenzinho, a trupe ocupa uma sala multimeios, com arquibancada, mesas com abajures e, em uma das laterais, uma janela de vidro que revela um circo instalado no bairro e prédios enor-

mes engolindo tudo ao redor. “É como se nós estivéssemos em uma bolha, o teatro se torna uma bolha dentro da cidade. Dá uma sensação interessante”, afirma Peixoto. Sediado em Belo Horizonte, o grupo tem as caravanas pelo país e pelo exterior como parte marcante de sua história. Em Minas Gerais ou em qualquer outra cidade do mundo, faz uma arte reflexiva sobre o universo social e cultural. Os 12 atores já trabalharam com uma grande lista de diretores convidados, incluindo Gabriel Vilela, Cacá Carvalho, Paulo José, Yara de Novaes e Marcio Abreu. Os 26 espetáculos, 80 participações em festivais nacionais e 67 em festivais internacionais, mais de 4.000 apresentações e uma centena de prêmios têm como base a pesquisa teatral e longos processos em salas de ensaio. Em “Cabaré Coragem”, o processo durou um ano e começou com estudos sobre Bertolt Brecht, dramaturgo e poeta já tradicional dentro do repertório do Galpão. “Sentíamos que queríamos trabalhar com a obra dele, mas não sabíamos de que forma”, afirma Maciel, o diretor. “Até que em uma reunião falamos de um cabaré, e isso juntou todas as ideias. Vimos que não seria uma peça fechada”. Durante o processo, o grupo realizou experimentos

cênicos e um deles teve como convidada a cantora e atriz Cida Moreira. Ela influenciou a montagem com seu repertório brechtiano. A dramaturgia aberta possibilita adaptações como a apresentação de convidados, que começa a ser testada em São Paulo, e mudanças na interação com o público. Já aconteceu, por exemplo, de uma pessoa da plateia se intrometer na discussão da dona do cabaré com os artistas. Os agradecimentos no final da estreia em São Paulo incluíram uma homenagem ao sociólogo Danilo Miranda, diretor do Sesc morto em outubro do ano passado e uma figura importante na história do Galpão e de outros grupos teatrais. Foi a primeira vez que os artistas se apresentaram na capital após a morte do mecenas cultural. “O teatro é onde você pode discutir preconceito, perspectiva futura, questões humanas, questões de tudo que está à sua volta”, disse Danilo em uma entrevista ao responder sobre a importância das artes cênicas. “É o que vai mais fundo e traz as questões fundamentais do ser humano.”

Cabaré Coragem
Dir.: Júlio Maciel. Com: Antonio Edson, Eduardo Moreira, Inês Peixoto. Sesc Belenzinho - r. Padre Adelino, 1.000, São Paulo. Qui. a sáb., às 20h30; e dom., às 18h30. Até 5 de maio. 16 anos. Ingressos esgotados

Peça reconta a vida e a morte de Brás Cubas com muito rap

Armazém Companhia de Teatro faz uma leitura contemporânea da obra-prima escrita por Machado de Assis

Cristina Camargo

SÃO PAULO Ao montar há dois anos o espetáculo “Neva”, do chileno Guillermo Calderón, a Armazém Companhia de Teatro viveu uma espécie de descarga emocional após os anos de pandemia e de ataques à cultura vindos do governo de Jair Bolsonaro. Sem patrocínio, o grupo reutilizou materiais que estavam guardados e levou à cena uma peça que abordava a desimportância da arte teatral. Depois da temporada de “Neva”, com as artes voltando a ganhar força, ele teve vontade de fazer o contrário — pôr a teatralidade de volta ao palco, misturada a outras linguagens como a literatura e também a música. A adaptação de “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, obra-prima ácida e ao mesmo tempo bem-humorada, publicada em 1881 pelo escritor Machado de Assis, foi a escolha da companhia para o retorno aos alicerces do teatro. “Eu queria trabalhar com Machado porque acho que ele é o representante máximo de brasilidade”, afirma o diretor Paulo de Moraes. “Ele faz uma leitura sobre a formação da elite brasileira. Por que a gente é assim? Por que a gente se transformou em um país com uma desigualdade absurda?” Com dramaturgia de Maurício Arruda Mendonça, “Brás Cubas”, em cartaz no Sesc Santo Amaro, insere o próprio escritor na peça, como personagem interpretado por Bruno Lourenço. E Brás Cubas é desmembrado em dois — Sérgio Machado interpreta o personagem desde o nascimento até a morte, e Jopa Moraes faz o defunto. O ponto central da adaptação é o delírio que o personagem principal tem

momentos antes da morte. E tem a lousa que faz parte do cenário, mas não apenas isso. Ao longo da peça, Bruno Lourenço materializa as palavras ao escrever fragmentos da história do livro no quadro, com a sua caligrafia perfeita. “Eu ficava pensando quem era esse cara até os 33 anos, o que ele poderia dizer para a nossa juventude”, afirma Lourenço, ao ser referir à idade em que o escritor publicou o seu primeiro romance. Ao usar o rap para declamar um trecho do texto machadiano, Lourenço ajuda a tirar a poeira de um escritor que muitos jovens enxergam apenas como mais uma leitura obrigatória para vestibular. A música, as cenas coreografadas, o cenário manipulado na frente do público e algumas referências políticas atuais são elementos que se aliam à obra de Machado de Assis, escrita em 1880 e ainda sarcástica e moderna, na missão de conquistar o público. Em outubro de 2023, “Brás Cubas” participou do Festival Internacional de Teatro de Wuzhen, na China, ao lado de nomes consagrados como Robert Wilson e Joël Pommerat. Em outubro deste ano, o espetáculo será apresentado no Pacific International Theatre Festival, em Vladivostok, na Rússia. Em seguida, retorna à China para uma turnê nos meses de outubro e novembro. O público chinês no festival era jovem e feminino, assistiu à peça com legendas e riu nos momentos de humor.

Brás Cubas
Direção: Paulo de Moraes. Com: Sérgio Machado, Jopa Moraes e Bruno Lourenço. Sesc Santo Amaro - r. Amador Bueno, São Paulo. Livre. Sex., às 21h; sáb., às 20h; dom., às 19h. Até 5 de maio. De R\$ 30 a R\$ 60, em sympla.com.br



A atriz Isabel Pacheco em cena da peça ‘Brás Cubas’ Mauro Kury/Divulgação

Deputado pede que Ludmilla seja investigada por racismo religioso em apresentação

SÃO PAULO O deputado estadual Átila Nunes, do PSD, entrou com uma representação no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a cantora Ludmilla. Ele pede que seja instaurado um procedimento administrativo para apurar crime de racismo religioso, envolvendo crenças de matriz africana, como candomblé e umbanda. Pelo X, Ludmilla se defendeu e negou que tenha atacado qualquer religião. “Respeito todas as pessoas como elas são, independentemente de qualquer fé, raça, gênero, sexualidade.” O parlamentar ainda entrou com representação na Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância do Estado do Rio de Janeiro, também denunciando racismo religioso. Durante o show da artista no festival Coachella, nos Estados Unidos, foi exibida no telão do palco uma série de imagens retratando a periferia do Rio de Janeiro. Cada imagem durava menos de um segundo na tela, e uma gerou polêmica e fez a cantora ser acusada de intolerância religiosa. Era a imagem de um cartaz com a frase “só Jesus expulsa o Tranca Rua das pessoas”. A equipe da cantora alegou descontextualização de um material feito para denunciar mazelas sociais. No documento, o deputado afirma que, para muitas pessoas, os Tranca Rua “são entidades dignas de respeito e devoção” e que a cantora propaga “para milhões de espectadores que essas entidades são sinônimo de condutas malignas”. “É óbvio que isso reforça a intolerância religiosa. Isso é crime, isso é vilipêndio religioso”, afirmou o parlamentar em vídeo postado nas redes sociais. “Dependendo da gravidade, Ludmilla, você pode vir a responder pelo crime de intolerância religiosa, porque você divulgou uma imagem ofendendo uma outra religião. Queira ou não queira, você foi o veículo disso.”

Nívea Maria e Rainer Cadete se confrontam e se unem em espetáculo sobre a solidão

SÃO PAULO A atriz Nívea Maria, de 77 anos, viveu dias de expectativa antes da estreia de “Norma”, peça teatral que protagoniza e volta aos palcos de São Paulo duas décadas depois da bem-sucedida primeira montagem, com Ana Lúcia Torre e Eduardo Moscovis. “É uma montanha-russa de emoções. Há o respeito com o público, a vontade de querer apresentar o melhor”, diz. Dirigida por Guilherme Piva, a peça agora tem Rainer Cadete, de 36 anos, como Renato, o antigo inquilino do apartamento em que a rígida Norma vive sozinha, tentando fugir das lembranças e com um crucifixo pendurado numa pulseira. Ele aparece com flores para pedir que a nova moradora informe o seu endereço e telefone a quem o procurar. O encontro começa com um mal-entendido, vira embate após uma informação sobre o libertário Renato que abala a moralista Norma e se transforma a partir da revelação de uma coincidência surpreendente e emocionante. O choque entre as diferenças dos dois e o encontro das dores e solidões é o mo-

te do espetáculo, conduzido por uma única música na trilha sonora, “Vapor Barato”, na interpretação de Gal Costa. No palco, Nívea Maria não demonstra o nervosismo que sente ao reencenar uma peça aclamada, que ficou na memória do público de teatro. “Guilherme [Piva] é muito criativo e tem uma sensibilidade enorme para ajudar na criação dos personagens, com um brilho, uma luz diferente para essa Norma e para esse Renato”, diz a atriz, sobre a nova versão, que traz à tona as intransigências responsáveis por muitos rompimentos familiares nos últimos anos. Discussões sobre temas como sexualidade, casamento, machismo e preconceitos garantem a atualidade de “Norma” e fazem a veterana sentir satisfação ao viver uma personagem que provoca reflexões. A artista também conta que sempre teve vontade de estar em cena, mas nos “tempos áureos” da televisão só conseguia realizar esse desejo quando não estava atuando nas inúmeras novelas e séries que marcaram sua carreira. Sem contrato fixo com a TV



Os atores Nívea Maria e Rainer Cadete, que protagonizam a peça ‘Norma’ Leo Aversa/Divulgação

Globo desde 2022, a veterana está mais disponível para os palcos e para as personagens que fogem do que chama de “porta-retrato” televisivo. Nívea viveu muitas mulheres diferentes, mas ficou marcada como meiga e recatada. Quando conseguiu brechas na agenda para subir aos palcos, ela interpretou, por exemplo, uma lésbica em “As Lobas”, em 1996. E ficou nua em “Na Sauna”, no final dos anos 1980. Usar é importante para a atriz, e não só quando veste o figurino de uma de suas criações. Ela percorreu uma trajetória corajosa ao enfrentar a família da classe média paulistana e encarar o ofício artístico em uma época em que ele era confundido com prostituição. Para ir adiante, escondeu a profissão do pai por cinco anos. Mais velha e mãe de três filhos, precisou aprender a viver sozinha após o fim do casamento de quase 30 anos com o diretor Herval Rossano. Atenta aos enfrentamentos atuais, para ela não é novidade lutar para ocupar espaços. A atriz diz ver mais bandeiras do que ação nos dias de hoje. “Não adianta fazer discurso, ir lá, apontar o dedo. Você tem que agir de alguma forma.” CC

Norma
Dir.: Guilherme Piva. Com: Nívea Maria e Rainer Cadete. Teatro Vivo - av. Doutor Chucri Zaidan, 2.460, São Paulo. Até 5 de maio. Ter. e sáb., às 20h; dom., às 18h. 10 anos. De R\$ 80 a R\$ 130

ilustrada

Summer Breeze destaca o metal das mulheres

Nervosa, um dos grupos escalados, leva mistura corrosiva de thrash e death metal ao festival, que acontece em São Paulo

João Perassolo

SÃO PAULO É fato que a plateia e as bandas de metal são predominantemente masculinas, mas o cenário parece mudar ano a ano. Aumentou a presença feminina na cena de metal de 1999 para cá, afirma Prika Amaral, a vocalista e guitarrista da Nervosa, um conjunto só de mulheres que leva sua mistura corrosiva de thrash e death metal para o palco do festival Summer Breeze Open Air, em São Paulo.

“É muito legal ver que tem uma geração mais jovem, do final dos anos 1990, começo dos anos 2000, que está muito inserida no metal. A gente fica muito feliz, porque isso perpetua o metal e a presença da mulher na cena também”, afirma Prika, com a experiência de quinze anos na Nervosa, banda que surgiu em São

Paulo, mas hoje está na Europa e tem mulheres de vários países em sua formação.

O grupo apresenta o show de “Jailbreak”, seu mais recente disco, do ano passado, que é o mais diversificado musicalmente na história da banda, segundo Prika, por misturar em 13 músicas diversos tipos de metal. A faixa título, por exemplo, é um thrash com traços de heavy metal tradicional, enquanto “Gates to the Fall” está mais para o lado do death metal. Afora isso, há elementos de punk salpicados pelo álbum, que tem um senso de velocidade e urgência atravessando as composições.

Se Prika tivesse que escolher uma única música para representar o disco, seria a própria “Jailbreak”, pelo significado da letra, que ela conta ter escrito para que os fãs de metal possam se unir e se

sentir orgulhosos de quem são. O título da faixa faz alusão à fuga de presidiários, à quebra de amarras, e Prika canta, em vocal gutural, que é para os metaleiros navegarem rios de sangue para se libertarem do que os prende.

“Jailbreak”, quinto disco da banda, marca a estreia de Prika nos vocais, depois de 25 anos tocando guitarra, primeiro como uma garota de Bragança Paulista que sonhava em ter uma banda e a partir de 2010 como integrante da Nervosa, grupo hoje com uma sólida carreira internacional.

“Cantar é um desafio novo. De alguma forma, fiquei um pouco mais próxima do público, dos fãs, por ter mais voz, conversar mais. Isso me conecta com as pessoas”, ela conta, acrescentando que está gostando da experiência. Antes, o posto era ocupado por

Fernanda Lira, hoje vocalista da Crypta, banda de death metal também só de mulheres.

A tese de Prika de que a presença feminina no metal está cada vez maior se traduz no Summer Breeze, festival onde se apresentam outras bandas de formação mista, com homens e mulheres —as holandesas Within Temptation e Epica, ambas de metal sinfônico, a italiana Lacuna Coil, que pende para o gótico, a brasileira Torture Squad, de death e thrash, e a finlandesa Battle Beast, que mistura power metal com heavy metal.

Festival surgido em 1997 na Alemanha, onde ocorre anualmente, o Summer Breeze Open Air chega agora à sua segunda edição no Brasil. No ano passado, 36 bandas se apresentaram em dois dias para um público de 25 mil pessoas, que formaram um for-

migueiro de camisetas pretas no Memorial da América Latina, em São Paulo. Neste ano, a produção foi mais ousada —aumentou para três os dias de shows e chamou 59 bandas de diversas vertentes do metal.

Os shows se dividem em quatro palcos, mas há uma comodidade para o público —os dois maiores ficam grudados lado a lado, de modo que, enquanto uma banda se apresenta em um, o outro é preparado para a seguinte. “A troca é muito rápida de uma banda para outra”, diz Claudio Vicentin, diretor do festival e um dos responsáveis por trazer o Summer Breeze ao país.

Vicentin conta que a proposta do evento é misturar nomes clássicos —como Merciful Fate e Anthrax— com bandas que estão despontando —a exemplo do Cultura Três, projeto paralelo de Pau-

lo Xisto, o baixista do Sepultura. O Summer Breeze não se preocupa em ir atrás de medalhões como Iron Maiden e Metallica, ele acrescenta.

O festival terá neste ano atrações paralelas, algo já presente na edição anterior, que facilita a passagem do tempo entre um show e outro. Há uma feira de tatuagem com dezenas de profissionais, lojinhas de CD, vinil e camiseta, sessões de autógrafos com parte das bandas do line-up e até um espaço para crianças, onde elas podem ficar enquanto seus pais assistem às apresentações. “Mais de quinhentas crianças já compraram ingresso”, diz Vicentin.

Summer Breeze Open Air

Memorial da América Latina - av. Mário de Andrade, 664, São Paulo. De sex. (26) a dom. (28), a partir das 11h. Ingressos a partir de R\$ 565 em www.summerbreezebrasil.com



A artista Prika Amaral, vocalista e guitarrista da Nervosa, banda de metal formada só por mulheres, em show no Rock in Rio de 2019

Adriano Vizoni/Folhapress

Gene Simmons responsabiliza gravadoras pela derrocada do rock

André Barcinski

PARATY (RJ) Gene Simmons tem 74 anos e estava em casa, aposentado após encerrar as atividades do Kiss, grupo que ele e Paul Stanley lideraram por meio século, quando o telefone tocou. Era um amigo, promotor do festival Summer Breeze, convidando-o para se apresentar no evento, que acontece em São Paulo.

Simmons, então, juntou velhos amigos e ressuscitou a Gene Simmons Band, sua banda solo, que não se apresentava desde 2018. “Vai ser divertido”, diz o cantor e baixista, de Los Angeles. “Não preciso usar aquela maquiagem do Kiss. Aproveitei e marquei oito shows na Europa depois.” A Gene Simmons Band se apresenta na sexta-feira (26), como atração principal do dia, que terá ainda shows de Sebastian Bach, Mr. Big e Biohazard.

Além de Simmons no baixo e vocal, a banda terá os guitarristas Vince Neil, Sebasti-

an Bach e Zach Throne, além do baterista Brian Tichy. O repertório tem clássicos do Kiss e músicas da carreira solo de Simmons. “Vamos tocar algumas faixas de ‘Asshole’ [disco solo de 2004], que eu adoro.”

A entrevista ocorreu semanas antes do anúncio da venda do catálogo e da marca registrada do Kiss para a empresa sueca Pophouse, num negócio estimado em US\$ 300 milhões, ou mais de R\$ 1,5 bilhão.

A Pophouse foi fundada pelo músico Björn Ulvaeus, do grupo ABBA. Ulvaeus e a Pophouse criaram o show “ABBA Voyage”, um concerto virtual realizado em Londres que trouxe avatares dos integrantes do grupo substituindo os artistas de carne e osso.

No show de despedida do Kiss, no ano passado, Simmons e Stanley anunciaram que ali “começava uma nova era para o Kiss”. A previsão é que os shows da banda com avatares aconteçam em 2027.

Ao ser questionado se po-



O vocalista e baixista Gene Simmons em show da banda Kiss

Ricardo Matsukawa/Divulgação

deria dar mais detalhes sobre essa nova era, Simmons diz que é surpresa. “Vai deixar até o mais obsessivo fã do Kiss, que já viu todos os nossos shows, de queixo caído.”

Se está animado com o mundo virtual, Simmons não parece tão feliz com o estado da indústria. “O rock está acabando. Não há uma banda nova que seja tão relevante ou influente. Por outro lado, vemos artistas como Taylor Swift, com uma turnê que acaba de bater recordes de bilheteria. Por que ela faz tanto sucesso e o rock está em crise?”, questiona.

“Tem a ver com a falência do modelo de negócios das gravadoras, que começou há uns 20 anos, quando discos passaram a ser baixados ilegalmente. As empresas demoraram a perceber o perigo e agora estão pagando o preço. Deveriam ter sido muito mais agressivos no combate.”

Gene Simmons Band no Summer Breeze

Sex. (26), às 20h



O violonista brasileiro Yamandu Costa, que faz turnê no Brasil

Rodrigo Lopes/Divulgação

Yamandu Costa faz turnê no Brasil com cantos espanhóis

Violonista apresenta seu álbum mais recente, 'Ida e Volta', neste fim de semana

Ivan Finotti

MADRI Na fila do check-in, Yamandu Costa busca no bolso da mochila, mas não encontra seu passaporte brasileiro. Revira tudo novamente, mas também não está ali seu passaporte italiano. Prestes a embarcar de Dresden, onde acabara de fazer um show, ele precisa chegar à Rússia, onde tem quatro apresentações marcadas. Em seguida, vai fazer mais três na China. O violonista havia sido furtado. Liga, então, para o embaixador brasileiro em Berlim, pega um voo para lá e coloca as mãos em um novo passaporte azul ainda naquela manhã. Embar-

ca para a Rússia, cumpre a agenda e, em Moscou, consegue que a embaixada italiana lhe forneça um novo passaporte, pois só com o documento europeu entraria na China no dia seguinte. Toda a saga acontece enquanto ele aprova a capa do novo disco por email, compra suas passagens —“econômica mesmo, porque sou eu que pago”, diz—, combina encontros com músicos locais, decide repertórios e chama táxis. Recebe uma letra de um poeta gaúcho para musicar, envia um fragmento de melodia para outro letrar, dorme uma hora e meia no camarim antes de subir aos palcos de todo o mundo e dedilhar seu famo-

so violão de sete cordas, cuja corda mais grave, acima da mi normal, é um dó —“apesar de afinar muitas vezes em si”. Costa faz tudo quase sozinho, ajudado por assessores ou por agentes de seus shows sem acompanhante, improvisando o tempo todo e se virando com um inglês mal aprendido, um espanhol perfeito de quem nasceu na fronteira dos pampas argentinos e um português para quem quiser ouvir uma língua exótica. “Até que chega de você agarrar o instrumento para tocar. Ai, nossa, como é bom”, diz ele, se acalmando. “Me sinto útil tocando, sabe? Faz partes das melhores coisas do

mundo —comida, sexo, vinhos e música. Tudo melhora com essas poucas coisas.” Costa se prepara para uma turnê latino-americana, que chega ao Brasil nesta semana. Serão shows por três unidades do Sesc, em Araquara, na quinta (25), Biri-gui, na sexta (26), e no Sesc 24 de Maio, em São Paulo, no sábado (27) e no domingo (28), além de teatros em Curitiba e Londrina em maio. Com uma carreira internacional desde 2001, quando lançou seus primeiros álbuns, “Dois Tempos”, ao lado do argentino Lúcio Yanel, e o solo “Yamandú”, ainda com o “ú” acentuado, Costa já gravou tantos discos que perdeu

“Me sinto útil tocando, sabe? Faz partes das melhores coisas do mundo — comida, sexo, vinhos e música. Tudo melhora com essas poucas coisas

É uma vida louca, a minha. Você toca na maior sala do país, é paparicado, aí segue para o aeroporto e tem que esperar 12 horas dormindo jogado no chão

Yamandu Costa violonista

a conta. “Uns 40”, ele chuta. Desde 2019, quando se mudou do Flamengo, no Rio de Janeiro, para Lisboa, foram nada menos do que 13 obras, a última delas neste ano, “Ida e Volta”, com 14 faixas. “E tenho mais três prontos”, ele afirma. O novo álbum é centrado na música ibero-americana, com ênfase nos “cantes de ida y vuelta”. São cantos clássicos espanhóis que chegaram à América Latina durante a era de colonização e voltaram transformados para a Espanha. Entre eles, o flamenco e as guarânicas. Seu compasso, acentuação e harmonia são herança das guajiras cubanas e das rumbas ciganas. “Sou músico popular”, afirma, para quem confunde o fato de ele tocar música instrumental com erudição ou por às vezes se apresentar acompanhado de orquestras. “Leio música muito mal”, diz ele. “A palavra limita, e a música instrumental fala com todos.” “Atualmente tenho me inspirado em grandes temas musicais para compor, como o choro, o baião ou o samba. Um forró que tenha tudo, de Dominginhos a Sivuca. Ou um tango, um chamamé. Venho buscando sintetizar em uma única música todos os estereótipos de um gênero, criando uma peça que seja emblemática para a alma brasileira”, diz. “É uma vida louca. Você toca na maior sala do país, é paparicado sem parar, então segue para o aeroporto e tem que esperar 12 horas ali porque o voo foi cancelado. Monta um cercadinho com a mala e o estojo do violão e dorme no chão do aeroporto.” “Ai, quando chego em Lisboa, tenho os dois filhos. E mais festa, porque minha casa é um consulado. Toda noite tem gente chegando com um violão para um bate-papo”, conta o músico. Para lá, ele se mudou em um “movimento estratégico”, como gosta de dizer, cinco meses antes do estouro da pandemia. “Em 2017, por exemplo, eu tinha 15 viagens para a Europa, fora Ásia e Estados Unidos.” No Brasil, já havia passado e repassado por praticamente todos os Sescs do país. “E veio aquela baxaria do Bolsonaro”, lembra. “Já Portugal vive uma transformação. Hoje, é um país de migrantes. Claro que há problemas, de xenofobia, por exemplo. Mas meus filhos convivem na escola com ucranianos e nepaleses, entre muitas outras nacionalidades.” Costa, de 44 anos, nasceu em uma família de músicos itinerantes, no profundo Rio Grande do Sul. Sua mãe era cantora, e o pai o ensinou a tocar o violão. Aos 5 já participava das apresentações da trupe. “Viajávamos no ônibus da família, onde minha mãe cozinhava e fritava batatas com ele em movimento”, diz, sorvendo seu mate, que carrega para todo o planeta. Aliás, para quem depende tanto de um violão de primeira linha, Yamandu é bastante desapegado. “Despacho sempre nos aeroportos. Antigamente eu levava na cabine. Mas as aeromoças implicam porque é um estojo duro, tem que convencer, discutir”, conta. Só que às vezes dá errado. “Certa vez cheguei em Pescara, na Itália, sem o violão. Conseguimos emprestar um sete cordas de um cara lá. Depois, na Tunísia, desembarquei sem violão, sem microfone e sem mala. Comprei uma daquelas vestimentas árabes para me apresentar. Fiquei enorme, muito engraçado”, conta. No mais, Costa reclama de uma inflamação no ombro que o aflige há dois anos. “Eu espero que isso não faça com que eu pare”, afirma. Mas ele logo se anima. “Venho trocando ideia com o Renato Teixeira, sabe? Acho que vai sair um álbum disso aí.”

Yamandu Costa: Turnê de Ida e Volta
Sesc 24 de Maio - r. 24 de Maio, 109, São Paulo. 12 anos. Sáb. (27), às 20h, e dom. (28), 18h. De R\$ 40 a R\$ 260, em yamandu.com.br

ilustrada

Hmmfalemais



| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Andrew Scott e Paul Mescal são casal em filme de tom melancólico

Todos Nós Desconhecidos
Star+, 18 anos
Uma noite, no prédio quase deserto onde vive, Adam encontra um vizinho misterioso e bêbado, Harry. À medida que os dois começam um relacionamento, Adam pensa em seu passado e se vê atraído de volta à casa de sua infância, onde seus pais parecem viver exatamente como viviam no dia em que morreram, há 30 anos. Filme com Andrew Scott e Paul Mescal dirigido por Andrew Haigh.

A Máquina do Destino
Apple TV+, 14 anos
Os habitantes de uma cidadezinha mudam para sempre depois que aparece uma máquina prometendo revelar a vocação de cada um. Eles então fazem tudo que for necessário para garantir um futuro com mais potencial. Segunda temporada da série protagonizada pelo ator irlandês Chris O'Dowd.

O Clube dos Anjos
Canal Brasil, 20h, 16 anos
Uma confraria chamada Clube do Picadinho, que se reúne há décadas, está em plena decadência quando um talentoso e misterioso cozinheiro aparece. Eles recuperam o prazer de comer e até os laços de amizade se renovam. Filme baseado na obra de Luis Fernando Veríssimo.

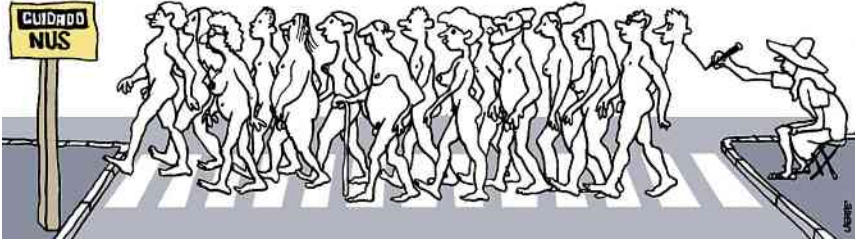
Os Piratas da Somália
A&E, 21h55, 14 anos
O filme, baseado no livro homônimo de Jay Bahadur, relata as experiências de um jornalista canadense que passou um ano infiltrado em um grupo de piratas somalis em 2008. Bahadur, interpretado por Evan Peters, se junta aos piratas para mostrar quem são e como vivem esses homens.

Anna: O Perigo Tem Nome
Telecine e Netflix, 22h, 16 anos
Para se livrar dos abusos que sofre, mesmo sendo uma assassina da KGB, Anna se disfarça de supermodelo e acaba se tornando agente dupla. Filme dirigido por Luc Besson.

Fellini por Fellini
Curta! 22h50, livre
Documentário que revela um dos diretores mais irreverentes da história do cinema — sua obra, seus sonhos e suas memórias — ao mesmo tempo que viaja pela história da Itália e do cinema durante o século 20. Com a direção de Jean-Christophe Rosé.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê **Laerte**



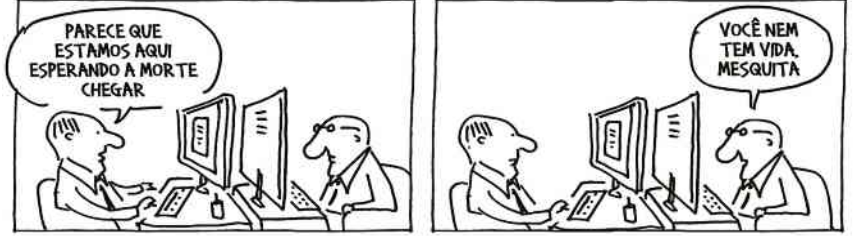
Bicudinho **Caco Galhardo**



Níquel Náusea **Fernando Gonsales**



Não Há Nada Acontecendo **André Dahmer**



Viver Dói **Fabiane Langona**



Péssimas Influências **Estela May**



Vida Besta **Galvão Bertazzi**



SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	2	9				3	4	7
	8					5	6	
5						1		
3			1	6				
			2	7				
			4	8				5
		5						6
	9	2					5	
4	1	3				8	7	

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algoritmos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

2	8	5	6	9	1	3	4	7
5	9	1	2	8	7	6	5	4
9	1	6	7	3	5	2	8	4
5	6	2	1	8	7	4	9	3
1	5	9	2	5	2	8	7	6
7	8	3	9	1	6	2	5	4
8	2	1	6	7	4	9	5	3
6	9	5	2	1	7	4	8	3
2	7	8	9	5	6	3	1	4

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Pequeno núcleo habitado / (Pop.) Pessoa cafona, brega **2.** Pôr em ação / Hássio, elemento químico **3.** Deixar careca / (Esperança) Cidade do sul do estado de Minas Gerais **4.** (Fut.) Meia-armador **5.** Uma aguardente do melaço da cana / Despontar no horizonte **6.** Doce comum em festas de final de ano **7.** Utensílio próprio para recolher terra, lixo etc. ou para cavar o solo / Barulhos **8.** Um tipo de cassete **9.** Município goiano do Sul do estado / Glauber Rocha (1939-1981), cineasta de "Terra em Transe" **10.** Profissional que acompanha e auxilia turistas / Remédio **11.** Grande ave sul-americana / O músico Byrne, da banda "Talking Heads" **12.** Olívia Byington, cantora / Município do Rio Grande do Sul, na região de Santo Ângelo **13.** O são Judas, "o santo das causas impossíveis" / Ocorrer.

VERTICAIS

1. Passar a noite acordado / Marca francesa de automóveis **2.** A cidade paulista com a foz do rio Tietê / Típica dança cubana **3.** Tumor adiposo benigno / Planta usada em cercas vivas **4.** Um grande time do futebol catarinense / Nascente / O nome da letra que é o símbolo químico do fósforo **5.** Linda ave brasileira ameaçada de extinção / Um dispositivo contraceptivo **6.** Abreviatura de júnior / Comprometer o funcionamento de (máquina, aparelho, motor etc.) **7.** Rebanho de gado bovino / Viram suco **8.** (Pop.) Difícil de obter / Uma enfermidade virótica muito comum **9.** United States of America / Chapinha com orifícios, para facilitar o apagamento com borracha.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

da, Uvas, **8.** Chorado, Gripe, **9.** USA, Rasurador. Tui, **4.** Avari, Breta, **5.** Araunura, **6.** J, **7.** Panificaria, **8.** Bóia-**VERTICAIS:** **1.** Varar, Peugeot, **2.** Itapura, Rumba, **3.** Lipoma, Ser, **4.** Cura, **5.** Ema, David, **6.** Tui, **7.** Tui, **8.** Tui, **9.** Tui, **10.** Tui, **11.** Tui, **12.** Tui, **13.** Tui, **14.** Tui, **15.** Tui, **16.** Tui, **17.** Tui, **18.** Tui, **19.** Tui, **20.** Tui, **21.** Tui, **22.** Tui, **23.** Tui, **24.** Tui, **25.** Tui, **26.** Tui, **27.** Tui, **28.** Tui, **29.** Tui, **30.** Tui, **31.** Tui, **32.** Tui, **33.** Tui, **34.** Tui, **35.** Tui, **36.** Tui, **37.** Tui, **38.** Tui, **39.** Tui, **40.** Tui, **41.** Tui, **42.** Tui, **43.** Tui, **44.** Tui, **45.** Tui, **46.** Tui, **47.** Tui, **48.** Tui, **49.** Tui, **50.** Tui, **51.** Tui, **52.** Tui, **53.** Tui, **54.** Tui, **55.** Tui, **56.** Tui, **57.** Tui, **58.** Tui, **59.** Tui, **60.** Tui, **61.** Tui, **62.** Tui, **63.** Tui, **64.** Tui, **65.** Tui, **66.** Tui, **67.** Tui, **68.** Tui, **69.** Tui, **70.** Tui, **71.** Tui, **72.** Tui, **73.** Tui, **74.** Tui, **75.** Tui, **76.** Tui, **77.** Tui, **78.** Tui, **79.** Tui, **80.** Tui, **81.** Tui, **82.** Tui, **83.** Tui, **84.** Tui, **85.** Tui, **86.** Tui, **87.** Tui, **88.** Tui, **89.** Tui, **90.** Tui, **91.** Tui, **92.** Tui, **93.** Tui, **94.** Tui, **95.** Tui, **96.** Tui, **97.** Tui, **98.** Tui, **99.** Tui, **100.** Tui, **101.** Tui, **102.** Tui, **103.** Tui, **104.** Tui, **105.** Tui, **106.** Tui, **107.** Tui, **108.** Tui, **109.** Tui, **110.** Tui, **111.** Tui, **112.** Tui, **113.** Tui, **114.** Tui, **115.** Tui, **116.** Tui, **117.** Tui, **118.** Tui, **119.** Tui, **120.** Tui, **121.** Tui, **122.** Tui, **123.** Tui, **124.** Tui, **125.** Tui, **126.** Tui, **127.** Tui, **128.** Tui, **129.** Tui, **130.** Tui, **131.** Tui, **132.** Tui, **133.** Tui, **134.** Tui, **135.** Tui, **136.** Tui, **137.** Tui, **138.** Tui, **139.** Tui, **140.** Tui, **141.** Tui, **142.** Tui, **143.** Tui, **144.** Tui, **145.** Tui, **146.** Tui, **147.** Tui, **148.** Tui, **149.** Tui, **150.** Tui, **151.** Tui, **152.** Tui, **153.** Tui, **154.** Tui, **155.** Tui, **156.** Tui, **157.** Tui, **158.** Tui, **159.** Tui, **160.** Tui, **161.** Tui, **162.** Tui, **163.** Tui, **164.** Tui, **165.** Tui, **166.** Tui, **167.** Tui, **168.** Tui, **169.** Tui, **170.** Tui, **171.** Tui, **172.** Tui, **173.** Tui, **174.** Tui, **175.** Tui, **176.** Tui, **177.** Tui, **178.** Tui, **179.** Tui, **180.** Tui, **181.** Tui, **182.** Tui, **183.** Tui, **184.** Tui, **185.** Tui, **186.** Tui, **187.** Tui, **188.** Tui, **189.** Tui, **190.** Tui, **191.** Tui, **192.** Tui, **193.** Tui, **194.** Tui, **195.** Tui, **196.** Tui, **197.** Tui, **198.** Tui, **199.** Tui, **200.** Tui, **201.** Tui, **202.** Tui, **203.** Tui, **204.** Tui, **205.** Tui, **206.** Tui, **207.** Tui, **208.** Tui, **209.** Tui, **210.** Tui, **211.** Tui, **212.** Tui, **213.** Tui, **214.** Tui, **215.** Tui, **216.** Tui, **217.** Tui, **218.** Tui, **219.** Tui, **220.** Tui, **221.** Tui, **222.** Tui, **223.** Tui, **224.** Tui, **225.** Tui, **226.** Tui, **227.** Tui, **228.** Tui, **229.** Tui, **230.** Tui, **231.** Tui, **232.** Tui, **233.** Tui, **234.** Tui, **235.** Tui, **236.** Tui, **237.** Tui, **238.** Tui, **239.** Tui, **240.** Tui, **241.** Tui, **242.** Tui, **243.** Tui, **244.** Tui, **245.** Tui, **246.** Tui, **247.** Tui, **248.** Tui, **249.** Tui, **250.** Tui, **251.** Tui, **252.** Tui, **253.** Tui, **254.** Tui, **255.** Tui, **256.** Tui, **257.** Tui, **258.** Tui, **259.** Tui, **260.** Tui, **261.** Tui, **262.** Tui, **263.** Tui, **264.** Tui, **265.** Tui, **266.** Tui, **267.** Tui, **268.** Tui, **269.** Tui, **270.** Tui, **271.** Tui, **272.** Tui, **273.** Tui, **274.** Tui, **275.** Tui, **276.** Tui, **277.** Tui, **278.** Tui, **279.** Tui, **280.** Tui, **281.** Tui, **282.** Tui, **283.** Tui, **284.** Tui, **285.** Tui, **286.** Tui, **287.** Tui, **288.** Tui, **289.** Tui, **290.** Tui, **291.** Tui, **292.** Tui, **293.** Tui, **294.** Tui, **295.** Tui, **296.** Tui, **297.** Tui, **298.** Tui, **299.** Tui, **300.** Tui, **301.** Tui, **302.** Tui, **303.** Tui, **304.** Tui, **305.** Tui, **306.** Tui, **307.** Tui, **308.** Tui, **309.** Tui, **310.** Tui, **311.** Tui, **312.** Tui, **313.** Tui, **314.** Tui, **315.** Tui, **316.** Tui, **317.** Tui, **318.** Tui, **319.** Tui, **320.** Tui, **321.** Tui, **322.** Tui, **323.** Tui, **324.** Tui, **325.** Tui, **326.** Tui, **327.** Tui, **328.** Tui, **329.** Tui, **330.** Tui, **331.** Tui, **332.** Tui, **333.** Tui, **334.** Tui, **335.** Tui, **336.** Tui, **337.** Tui, **338.** Tui, **339.** Tui, **340.** Tui, **341.** Tui, **342.** Tui, **343.** Tui, **344.** Tui, **345.** Tui, **346.** Tui, **347.** Tui, **348.** Tui, **349.** Tui, **350.** Tui, **351.** Tui, **352.** Tui, **353.** Tui, **354.** Tui, **355.** Tui, **356.** Tui, **357.** Tui, **358.** Tui, **359.** Tui, **360.** Tui, **361.** Tui, **362.** Tui, **363.** Tui, **364.** Tui, **365.** Tui, **366.** Tui, **367.** Tui, **368.** Tui, **369.** Tui, **370.** Tui, **371.** Tui, **372.** Tui, **373.** Tui, **374.** Tui, **375.** Tui, **376.** Tui, **377.** Tui, **378.** Tui, **379.** Tui, **380.** Tui, **381.** Tui, **382.** Tui, **383.** Tui, **384.** Tui, **385.** Tui, **386.** Tui, **387.** Tui, **388.** Tui, **389.** Tui, **390.** Tui, **391.** Tui, **392.** Tui, **393.** Tui, **394.** Tui, **395.** Tui, **396.** Tui, **397.** Tui, **398.** Tui, **399.** Tui, **400.** Tui, **401.** Tui, **402.** Tui, **403.** Tui, **404.** Tui, **405.** Tui, **406.** Tui, **407.** Tui, **408.** Tui, **409.** Tui, **410.** Tui, **411.** Tui, **412.** Tui, **413.** Tui, **414.** Tui, **415.** Tui, **416.** Tui, **417.** Tui, **418.** Tui, **419.** Tui, **420.** Tui, **421.** Tui, **422.** Tui, **423.** Tui, **424.** Tui, **425.** Tui, **426.** Tui, **427.** Tui, **428.** Tui, **429.** Tui, **430.** Tui, **431.** Tui, **432.** Tui, **433.** Tui, **434.** Tui, **435.** Tui, **436.** Tui, **437.** Tui, **438.** Tui, **439.** Tui, **440.** Tui, **441.** Tui, **442.** Tui, **443.** Tui, **444.** Tui, **445.** Tui, **446.** Tui, **447.** Tui, **448.** Tui, **449.** Tui, **450.** Tui, **451.** Tui, **452.** Tui, **453.** Tui, **454.** Tui, **455.** Tui, **456.** Tui, **457.** Tui, **458.** Tui, **459.** Tui, **460.** Tui, **461.** Tui, **462.** Tui, **463.** Tui, **464.** Tui, **465.** Tui, **466.** Tui, **467.** Tui, **468.** Tui, **469.** Tui, **470.** Tui, **471.** Tui, **472.** Tui, **473.** Tui, **474.** Tui, **475.** Tui, **476.** Tui, **477.** Tui, **478.** Tui, **479.** Tui, **480.** Tui, **481.** Tui, **482.** Tui, **483.** Tui, **484.** Tui, **485.** Tui, **486.** Tui, **487.** Tui, **488.** Tui, **489.** Tui, **490.** Tui, **491.** Tui, **492.** Tui, **493.** Tui, **494.** Tui, **495.** Tui, **496.** Tui, **497.** Tui, **498.** Tui, **499.** Tui, **500.** Tui, **501.** Tui, **502.** Tui, **503.** Tui, **504.** Tui, **505.** Tui, **506.** Tui, **507.** Tui, **508.** Tui, **509.** Tui, **510.** Tui, **511.** Tui, **512.** Tui, **513.** Tui, **514.** Tui, **515.** Tui, **516.** Tui, **517.** Tui, **518.** Tui, **519.** Tui, **520.** Tui, **521.** Tui, **522.** Tui, **523.** Tui, **524.** Tui, **525.** Tui, **526.** Tui, **527.** Tui, **528.** Tui, **529.** Tui, **530.** Tui, **531.** Tui, **532.** Tui, **533.** Tui, **534.** Tui, **535.** Tui, **536.** Tui, **537.** Tui, **538.** Tui, **539.** Tui, **540.** Tui, **541.** Tui, **542.** Tui, **543.** Tui, **544.** Tui, **545.** Tui, **546.** Tui, **547.** Tui, **548.** Tui, **549.** Tui, **550.** Tui, **551.** Tui, **552.** Tui, **553.** Tui, **554.** Tui, **555.** Tui, **556.** Tui, **557.** Tui, **558.** Tui, **559.** Tui, **560.** Tui, **561.** Tui, **562.** Tui, **563.** Tui, **564.** Tui, **565.** Tui, **566.** Tui, **567.** Tui, **568.** Tui, **569.** Tui, **570.** Tui, **571.** Tui, **572.** Tui, **573.** Tui, **574.** Tui, **575.** Tui, **576.** Tui, **577.** Tui, **578.** Tui, **579.** Tui, **580.** Tui, **581.** Tui, **582.** Tui, **583.** Tui, **584.** Tui, **585.** Tui, **586.** Tui, **587.** Tui, **588.** Tui, **589.** Tui, **590.** Tui, **591.** Tui, **592.** Tui, **593.** Tui, **594.** Tui, **595.** Tui, **596.** Tui, **597.** Tui, **598.** Tui, **599.** Tui, **60**

SP recupera R\$ 7,3 bilhões de ICMS e prepara negociação de dívida de IPVA

Arrecadação com programa que termina no dia 30 supera previsão da procuradoria do Estado

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O programa de recuperação de dívidas de ICMS do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) alcançou nesta semana a marca de R\$ 7,3 bilhões. O valor já supera a previsão de arrecadação de R\$ 4,4 bilhões traçada no fim de 2023. Como as empresas podem aderir ao edital de negociação até terça-feira (30), a procuradoria do estado afirma que os números finais devem ser ainda mais expressivos.

O balanço do programa obtido pela **Folha** na PGE (Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo) mostra que já entraram nos cofres do estado R\$ 413 milhões.

O valor projetado para este ano está agora em R\$ 1,4 bilhão. É o dobro da meta anunciada pelo governo estadual.

São 5.237 adesões celebradas. Dessas, 4.166 são acordos para pagamento em até cinco anos. Os números têm crescido muito nos últimos dias de adesão, segundo a PGE.

A procuradora-geral do es-

tado, Inês Maria dos Santos Coimbra, disse à **Folha** que o órgão já trabalha em dois novos editais de transação tributária. Um para pequenas dívidas, que tem como alvo principal débitos de IPVA de pessoas físicas que usam carros e motos como instrumento de trabalho. Outro visa empresas em recuperação judicial.

Em relação ao ICMS, a procuradoria promoveu encontros com empresários e tributaristas para apresentar o programa, tirar dúvidas e ouvir sugestões, com objetivo de aumentar a adesão e evitar também judicialização.

“A gente tem feito um trabalho ousado de divulgação. O contribuinte pode até não aderir, mas tem de saber que [o programa] existe”, afirma a procuradora.

O edital de negociação do ICMS prevê desconto de 100% dos juros de mora e de 50% do débito remanescente, incluindo multas de quaisquer espécies, juros e encargos legais. Desde que não haja redução do valor principal do

+ Negociação de ICMS

O que é Transação por Adesão no Contencioso de Relevante e Disseminada Controvérsia relativamente aos juros de mora incidentes sobre os débitos inscritos em dívida ativa

Condições

- Desconto de 100% dos juros de mora e de 50% da totalidade do débito remanescente, incluindo multas de quaisquer espécies, juros e encargos legais

- Parcelamento em 120 meses

- Utilização de créditos acumulados de ICMS, limitada a 75% do débito

- Utilização de precatórios, limitada a 75% do do débito

Fonte: Lei 17.843

imposto devido.

O pagamento pode ser feito em 120 meses, com entrada de 5%. Parte da dívida pode ser paga com precatórios e créditos acumulados de ICMS próprios ou de terceiros.

São negociados só débitos inscritos na dívida ativa do estado.

Para os contribuintes que fizerem a adesão nesta segunda quinzena de abril, a primeira parcela vence no dia 15 de maio. Somente depois disso a PGE terá um balanço consolidado sobre a iniciativa.

O subprocurador-geral do Contencioso Tributário-Fiscal do estado, Danilo Barth Pires, afirma que não haverá prorrogação do prazo final. Para isso, seria necessário fechar um novo convênio de autorização com outros estados no âmbito do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

A advogada tributária Amanda Gazzaniga, do escritório Buttini Moraes, afirma que a modalidade de utilização de crédito de terceiros de ICMS

representa uma oportunidade para os contribuintes em termos de fluxo de caixa, pois eles podem ser negociados com deságio entre as partes. “É uma alternativa consideravelmente mais acessível e eficaz em comparação com o uso de precatórios, sendo uma oportunidade para a empresa aproveitar essa modalidade de liquidação fiscal antes do encerramento do programa, já que a adesão está condicionada à indicação do crédito”, afirma a advogada.

O programa de negociação do ICMS faz parte da lei sancionada em novembro do ano passado que criou o Acordo Paulista. A legislação também modernizou as regras sobre a cobrança da dívida ativa.

Já estão sendo preparados pela PGE-SP dois novos editais dentro do programa.

O primeiro deve abranger débitos na dívida ativa de até R\$ 42.432 (1.200 Ufesp), para pessoas físicas e jurídicas em todos os tributos estaduais. Esse é o piso para execução fiscal. A lei permite inclu-

ir débitos inscritos na dívida ativa há pelo menos dois anos.

A expectativa é atrair principalmente devedores de IPVA, com objetivo de regularizar a situação de quem depende de veículos e motos para trabalhar, como entregadores e motoristas de aplicativos.

A procuradora-geral do estado diz que a arrecadação nesse caso não deve ser tão expressiva como na negociação do ICMS, mas contribui para a regularização de um contingente importante de devedores.

“É quase um venha limpar seu nome”, afirma. “Entre esses contribuintes há muita gente que depende do veículo para trabalhar e que está tendo dificuldade para gerar renda em razão desses débitos.”

No caso do edital para empresas em recuperação judicial, o parcelamento é de até 145 meses e não há previsão de entrada.

Muitas dessas empresas fecharam acordos de transação tributária com a União, mas mantiveram a inadimplência em relação aos tributos estaduais diante de limites mais rígidos para essa negociação.

A lei paulista se espelha nas regras utilizadas no governo federal, que viu a recuperação da dívida ativa crescer significativamente com uma nova legislação sobre a negociação desse passivo.

A dívida ativa de São Paulo supera R\$ 400 bilhões. Cerca de 40% do valor é considerado recuperável pela procuradoria.



Claudemir Malaquias (à esq.) e Marcelo Gomide apresentam dados sobre a arrecadação federal Diogo Zacarias/Divulgação Fazenda

Arrecadação federal em março é recorde para o mês, mas ritmo de crescimento diminui

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A arrecadação do governo federal alcançou R\$ 190,6 bilhões no mês de março, alta real de 7,22% em relação ao mesmo mês do ano passado, informou a Receita Federal nesta terça-feira (23).

O resultado inclui ganhos atípicos gerados pela taxa-ção de fundos exclusivos de investimentos, detidos por brasileiros de alta renda (os chamados super-ricos).

O desempenho é recorde para o mês na série iniciada em 1995. Por outro lado, o ritmo de alta nas receitas desacelerou em relação a fevereiro, quando a expansão acima da inflação havia sido de 12,27%.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, contemporizou a variação menor. “A série é muito curta para fazer qualquer tipo de ilação”, disse.

Ele afirmou não ver ainda evidência robusta de desaceleração, já que a atividade e a massa salarial estão empurrando as receitas para cima, e ponderou que alguns meses podem ser impactados por efeitos sazonais.

“Precisa esperar um pouco

mais para verificar se há mesmo essa desaceleração. Uma quebra no índice não significa imediatamente desaceleração. Teremos visão mais completa no relatório de maio.”

No acumulado do primeiro trimestre, a arrecadação foi R\$ 657,8 bilhões, avanço real de 8,36%. O resultado também é recorde para o período.

Segundo a Receita, o desempenho de março pode ser explicado pelo comportamento positivo da produção industrial e da atividade dos setores de comércio e serviços.

Também foram relevantes a retomada da tributação de PIS/Cofins sobre combustíveis (que estavam zerados em março de 2023) e a tributação dos fundos exclusivos.

No mês passado, o governo obteve uma receita extra de R\$ 3,38 bilhões com a cobrança de Imposto de Renda sobre os fundos dos super-ricos. Foi a última parcela de cobrança do Imposto de Renda sobre o estoque de rendimentos que estava parado nesses fundos.

No acumulado do primeiro trimestre, o governo arrecadou R\$ 11,32 bilhões com a taxa-ção dos fundos, além dos R\$ 3,9 bilhões de dezembro.

Malaquias avaliou que o re-

torno total da medida deve superar os R\$ 13,3 bilhões estimados inicialmente, uma vez que o fisco fará a cobrança de dois “come-cotas” (incidência periódica de IR sobre novos rendimentos) em junho e dezembro. Cada um deve render mais de R\$ 1 bilhão.

A reoneração dos combustíveis gerou ganho de R\$ 3,75 bilhões em março e R\$ 9,25 bilhões no primeiro trimestre.

Sem os fatores atípicos, o crescimento real da arrecadação em março seria de 1,88%. No trimestre, seria de 4,69%, já descontada a inflação.

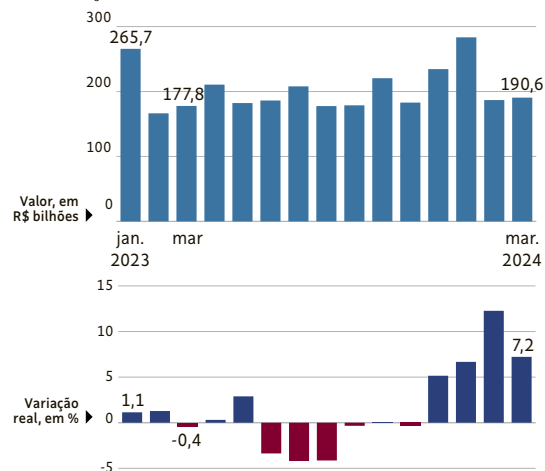
O coordenador de Previsão e Análise da Receita Federal, Marcelo Gomide, disse que, embora a arrecadação de PIS/Cofins seja influenciada pela reoneração dos combustíveis, há indícios de melhora na atividade econômica.

“Não é só PIS/Cofins sobre combustíveis. A gente percebe pelo volume de vendas, pelo volume de serviços, e a gente tem PIS Cofins encabeçando a relação de tributos que mais cresceram no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2023”, afirmou.

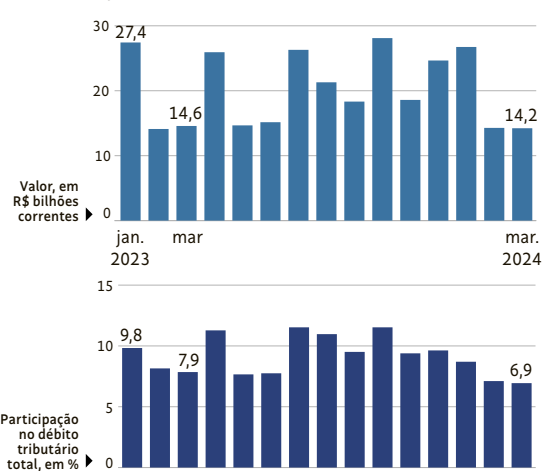
O desempenho das receitas é variável central para o ministro Fernando Haddad (Fazen-

Arrecadação bate recorde em março

Arrecadação



Compensações tributárias



Fonte: Receita Federal

da), que busca zerar o déficit nas contas públicas em 2024. A meta exige esforço para que a arrecadação fique em patamar similar ao das despesas.

Na primeira avaliação do bimestre, divulgada em março, a equipe econômica apresentou estimativa de resultado primário dentro da meta fiscal, que tem como alvo central o déficit zero, mas permite uma flutuação até 0,25% do PIB para mais ou menos —o equivalente a R\$ 28,9 bilhões.

Os dados indicam déficit de R\$ 9,3 bilhões, -0,1% do PIB. Embora pior do que o superávit de R\$ 9,1 bi aprovado no Orçamento, o resultado segue dentro da tolerância da meta.

O governo tem medidas para tentar garantir receitas para fechar o ano dentro do alvo.

Em uma delas, o Executivo criou, no fim do ano passado, um limite para o uso de créditos judiciais pelas empresas para abater tributos.

Dados da Receita indicam que o instrumento pode estar surtindo efeito, embora os técnicos sejam cautelosos sobre o efeito líquido da medida.

Em março, as compensações tributárias somaram R\$ 14,2 bilhões. Esse é o valor que as empresas declararam como créditos para abater tributos. Ele equivale a 6,94% de todos os débitos tributários do período.

Embora o valor seja semelhante ao de março de 2023 (R\$ 14,6 bilhões), a proporção caiu. Em 2023, as compensações eram 7,85% dos débitos tributários.

mercado

PAINEL S.A. | **Julio Wiziack**
painelsa@grupofolha.com.br

(Con) fusão

A pretendida junção da Azul com a Gol, companhia aérea em recuperação judicial nos EUA, exigirá tantas contrapartidas que os técnicos do Cade se prepararam para o que consideram um dos maiores casos de concentração de mercado da história. Eles vislumbram barreiras que, talvez, sejam intransponíveis. Isso porque, em muitos destinos, não há outra companhia —que não seja a Latam— para ficar com as rotas.

QUASE Para os técnicos do Cade, que falaram sob anonimato, o negócio só faz sentido para que a Azul consiga mais slots (vagas para pousos

e decolagens) em Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ).

TURBINADAS Como noticiou o Globo, um levantamento re-

cente indica que, juntas, Gol e Azul terão 59% das 412 rotas operadas pelas três companhias. Deste total, 268 seriam operadas pela nova companhia (Azul+Gol). Em assentos, elas dominariam 52%.

JEITINHO A Fazenda tentou, mas não conseguiu reduzir para 12 o número de Cnaes (Classificação Nacional das Atividades Econômicas) contempladas pelo Perse, programa de ajuda a bares, restaurantes e empresas de eventos. O problema é que muitas delas se valiam de Cnaes secundárias para emitir notas fiscais pelo Perse —o que fez extrapolar

as previsões de gastos do programa. Um shopping center, por exemplo, operou com o de locação de imóveis, mas também usou o de produção de eventos. Como a fiscalização não era rigorosa, o shopping se valeu mais da secundária para usufruir dos benefícios.

TRETA BYD e Ford travaram uma disputa na internet após a publicação de um vídeo em que o motorista de um Mustang, marca da Ford, tenta estacioná-lo entre dois veículos e não consegue. Na sequência, um outro condutor faz a manobra com o Dolphin Mini facilmente. “Um carro com-

pacto, versátil e 100% elétrico se sai muito melhor”, disse a BYD. A Ford passou a rebater as mensagens na própria postagem da BYD para lembrar que fabrica o Mustang Mach-E, totalmente elétrico.

NOVO ENDEREÇO A rivalidade entre as duas montadoras remonta ao passado. A montadora dos EUA desistiu de produzir na fábrica de Camaçari (BA) e se recusou a vendê-la à BYD. O governo da Bahia cancelou os subsídios concedidos à Ford e eles foram, então, transferidos para a BYD. A chinesa ainda terá o nome da rodovia Henry Ford, onde

fica sua fábrica, alterado. Ela nega ter feito o pedido.

ALÉM-MAR O vice-presidente Geraldo Alckmin retomou, nesta terça (23), a agenda comercial do Brasil com a África durante a reunião do Conselho Consultivo do Setor Privado. A ideia é aproveitar o potencial da Área de Livre Comércio Continental Africana para dinamizá-la. Em 2007, o Brasil respondia por 7,1% do comércio da África. Hoje, sua participação é de 3,5%. No quesito investimentos, houve queda de 42%, passando de US\$ 1,8 bilhão, em 2014, para US\$ 1 bilhão, em 2022.

com Diego Felix



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no lançamento do programa Acredita Gabriela Biló - 22.abr.24/ Folhapress

Impasse complica envio de um dos projetos da tributária

Regra de comitê do IBS é ponto de discórdia com governadores e prefeitos

Adriana Fernandes

BRÁSÍLIA O impasse em torno das regras de governança e funcionamento do comitê gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) deve atrasar o envio de um dos projetos de regulamentação da reforma tributária ao Congresso.

A mudança de estratégia com o encaminhamento de apenas um projeto foi sinalizada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na noite de segunda-feira (22). Mas Haddad não informou o motivo.

O ponto central da discórdia gira em torno da proposta que transforma o comitê gestor numa autarquia federal para administrar o IBS, o imposto cobrado pelos estados e municípios e que substituirá os atuais ICMS e ISS.

Há temor de governadores e prefeitos de perder ainda mais autonomia sobre os seus tributos, caso o comitê fique juridicamente embai-xo do guarda-chuva federal,

de acordo com pessoas envolvidas nas negociações ouvidas pela **Folha**.

O risco apontado é que esse modelo seja uma tentativa de federalização do IBS. O comitê gestor será responsável por administrar cerca de R\$ 1 trilhão em impostos.

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) aponta para necessidade jurídica de que o comitê seja uma autarquia federal para que o seu orçamento seja aprovado pelo Congresso.

Os críticos da proposta consideram, no entanto, que não faz sentido esse modelo jurídico porque o tributo não é do governo federal. Eles defendem que o comitê seja uma entidade com um consórcio interfederativo. Há pontos divergentes também entre estados e municípios sobre os poderes e funções da diretoria executiva do comitê.

Na parte das regras para regular o chamado processo administrativo fiscal, que

trata dos contenciosos entre os contribuintes com os fiscais —o chamado Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) da reforma— há um racha entre as carreiras dos Fiscos e procuradores sobre as suas atribuições.

Pela emenda constitucional da reforma tributária, promulgada no ano passado, o comitê gestor é uma entidade sob regime especial com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Terá 27 membros representando cada estado e o Distrito Federal; outros 27 membros representando o conjunto dos municípios (14 representantes escolhidos de forma igual entre os municípios e 13 considerando o tamanho da população).

Durante a tramitação da reforma, o comitê gestor foi motivo de discórdia entre os estados mais ricos e os menos desenvolvidos do país.

A disputa em torno dos poderes do comitê e do FNDR

“O que seria ideal, do ponto de vista dos interesses da Fazenda, que já trabalhou na aprovação do projeto principal, é que você tivesse o mesmo relator. O cara já está familiarizado, participou de todas as discussões, você poderia ganhar tempo

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) presidente da República, defendendo a manutenção de Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na relatoria da regulamentação da reforma tributária

(Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional) quase colocou em risco a votação em primeiro turno da PEC (proposta de emenda à Constituição) na Câmara, com a pressão dos governadores dos estados do Sul e Sudeste, sobretudo do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A ideia inicial do ministro Fernando Haddad era enviar dois projetos. Um primeiro projeto de lei complementar tratando do IBS, CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e do IS (Imposto Seletivo) —os dois últimos a serem cobrados pelo governo federal.

O segundo projeto agruparia a regulamentação do Comitê Gestor do IBS e as novas regras para os contenciosos, o que, na prática, definirá como funcionará o contencioso.

No entanto, Haddad informou que nesta semana será encaminhado o primeiro o projeto, que abarácará todos os pontos do IBS e da CBS, como cesta básica, imposto seletivos e as regras dos regimes especiais. O texto terá cerca de 150 páginas.

Um dos negociadores alertou para os riscos da disputa corporativa e entre Estados e municípios contaminar a regulamentação porque na sua avaliação “cada um cuidando do seu queijo”.

Nesta terça, em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente Lula (PT) defendeu manter na regulamentação da reforma tributária o mesmo relator do texto da PEC sobre o tema aprovada no ano passado, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Lula ressaltou que a indicação do relator é prerrogativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mas afirmou que o deputado está familiarizado com o tema e as negociações, o que pode facilitar na tramitação do texto.

“Ontem nós fechamos a proposta final daquilo que vai [para o Congresso] para regulamentação da reforma tributária [...]”. O que seria ideal, do ponto de vista dos interesses da Fazenda, que já trabalhou na aprovação do projeto principal, é que você tivesse o mesmo relator. O cara já está familiarizado, participou de todas as discussões, você poderia ganhar tempo”, disse.

“Quem indica é presidente da Câmara, longe de mim indicar, só gostaria que levassem em conta isso”, afirmou ainda, sem citar nominalmente Ribeiro.

A estimativa leva em conta declarações de IR de 2022 e desconsidera a entrada de novos contribuintes na base “em virtude de a atividade de transporte de passageiros se tornar mais atrativa em função do benefício”.

A pedido do governo, o relator do projeto, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), determinou que o benefício terá validade de cinco anos.

Para compensar as perdas

Governo vai ‘fatiar’ regulamentação em três projetos

Nivaldo Souza

BRÁSÍLIA secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou nesta terça-feira (23) que o governo pretende enviar dois projetos de lei complementares para regulamentar a reorganização do sistema fiscal aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional. O primeiro será enviado nesta semana.

O Palácio do Planalto também pretende encaminhar um projeto de lei ordinário para tratar do Fundo de Desenvolvimento Regional.

De acordo com Appy, que participou de reunião com a FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), o primeiro projeto pode ser enviado nesta quarta-feira (24). Ele ressaltou, contudo, que o envio depende da articulação política do governo. “Em princípio, a ideia é enviar amanhã. Acho que vai bater o martelo hoje”, disse.

O primeiro projeto irá tratar da implementação dos novos tributos, que substituem PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Ele terá cerca de 300 páginas e 500 artigos entre texto-base e anexos.

Appy disse que o texto-base deverá ser enxuto. Os anexos devem apresentar mudanças como a revogação de obrigatoriedades tributárias, colocadas em oito páginas.

Segundo o secretário, o projeto será organizado por capítulos para facilitar. “O entendimento de setores econômicos no projeto que está sendo enviado, aquilo que as empresas precisam conhecer, vai ser um conjunto bastante restrito”, afirmou.

Appy disse que não há previsão para o envio do segundo projeto de lei complementar, cujo foco será implementar as regras de transição do fim do ICMS para o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que será cobrado pelos estados e municípios.

O secretário afirmou ainda que o governo pretende mandar em um segundo momento um projeto de lei ordinário para regulamentar as regras de transição do FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional), mecanismo criado para acabar com a guerra fiscal entre estados.

CAE do Senado aprova redução de IR para motoristas de app e taxistas

Thaísa Oliveira

BRÁSÍLIA A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou nesta terça (23) projeto de lei que diminui o Imposto de Renda de taxistas e motoristas de aplicativo. A

proposta foi aprovada com o apoio do governo Lula (PT), por 17 votos a o.

Atualmente, motoristas que fazem o transporte individual de passageiros têm desconto de 40% sobre a tributação dos rendimentos brutos no

Imposto de Renda, ou seja, o tributo é cobrado sobre 60% dos rendimentos.

O projeto aumenta o desconto para 80% —diminuindo, assim, o percentual dos rendimentos tributados para 20%.

de arrecadação, Petecão acertou com o Ministério da Fazenda a ampliação em 0,1 ponto percentual a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de instituições financeiras até o final de 2024.

O aumento na cobrança da CSLL somente entraria em vigor depois de três meses da eventual sanção do projeto de lei por Lula —respeitando o princípio tributário da chamada “noventena”.

Aprovado de forma terminativa na comissão, o projeto deve ser enviado para Câmara dos Deputados, se nenhum senador apresentar recurso para que haja votação no plenário do Senado.

O Ministério da Fazenda e a Receita Federal calculam que a perda de arrecadação com esse desconto será de R\$ 57 milhões em neste ano; R\$ 61 milhões no próximo ano; e R\$ 64 milhões em 2026.

Custos do desmatamento

Modelos climáticos já mostram efeitos do desmate na geração hidrelétrica

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

Como noticiou a *Folha* nesta semana, projetos de lei que enfraquecem a legislação ambiental e podem abrir caminho para o desmatamento estão ganhando força no Congresso. Uma legislação mais frouxa permite mais atividade econômica na região (agricultura ou mineração), trazendo benefícios às pessoas envolvidas nessas atividades. Esses benefícios aparecem a curto prazo. Os custos de uma legislação mais frouxa demoram mais para aparecer e afetam toda a sociedade. Por isso tendem

a estar em desvantagem nas quedas de braço da política. Todos nós entendemos que o desmatamento põe em risco espécies de plantas e animais e contribui para piorar a qualidade de vida no país e no planeta. Os custos econômicos do desmatamento, porém, nem sempre recebem atenção. Um exemplo importante é o efeito do desmatamento na produção de energia no país. Em um ano, o impacto é pequeno, nem conseguimos detectar. Após algumas décadas, porém, o efeito aparece e não

vai embora. Estima-se que a floresta amazônica seja responsável por um terço das chuvas na região e por uma fração considerável das chuvas em outras partes da América Latina (cerca de um sexto das chuvas na bacia do rio da Prata). As bacias do Amazonas e do rio da Prata são responsáveis por 70% da capacidade instalada de gerar energia hidrelétrica, que é a maior fonte de energia no Brasil. Com menos florestas, temos menos chuva, menos força dos

rios para girar as turbinas e menor geração de energia. Estimar esses custos requer combinar análise econômica com modelos climáticos. Em primeiro lugar, é preciso estimar o efeito do desmatamento nas chuvas. Para isso, é preciso construir um modelo climático e alimentá-lo com dados sobre as trajetórias dos ventos, umidade e chuvas. Depois, é preciso estimar o efeito do volume de chuvas nos rios e no potencial de gerar energia elétrica. Trabalho recente de Rafael

Araújo faz exatamente isso e mostra que o efeito negativo do desmatamento na geração de energia não é só uma possibilidade teórica. O trabalho utiliza o caso da usina hidrelétrica Teles Pires, no norte de Mato Grosso, responsável por gerar energia para abastecer 13 milhões de pessoas. Por sua localização, o fluxo de água na usina é muito influenciado pelo desmatamento na Amazônia. O caso é particularmente interessante porque as projeções de gerar energia, baseadas na média histórica de chuvas, se revelaram otimistas demais. A usina começou a operar em 2015 e em 2021 já estava pedindo socorro ao BNDES e suspendendo temporariamente pagamentos de dívidas por causa de uma crise hídrica. Desde os anos 1980, parte da floresta foi desmatada, e o volume de chuvas vem diminuindo.

do. Araújo estima que isso tenha reduzido em 10% o potencial de geração de energia da usina Teles Pires, em média. O trabalho foca uma única usina por questões técnicas, mas o ponto é mais geral. Minha impressão é que os custos do desmatamento na geração de energia podem corresponder a uma parte considerável dos benefícios econômicos privados de quem desmata e usa a terra. Nas discussões do momento, o meio ambiente parece ser assunto importante quando a pauta é subsidiar a indústria para a transição energética e a economia verde, mas não tem relevância quando a proposta é tributar o que gera poluição ou proibir o que gera ganhos econômicos a curto prazo. É uma pena, inclusive porque proteger o meio ambiente gera benefícios econômicos importantes a médio e longo prazo.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Linha de produção em siderúrgica em Xangai, na China Aly Song - 16.set.22/Reuters

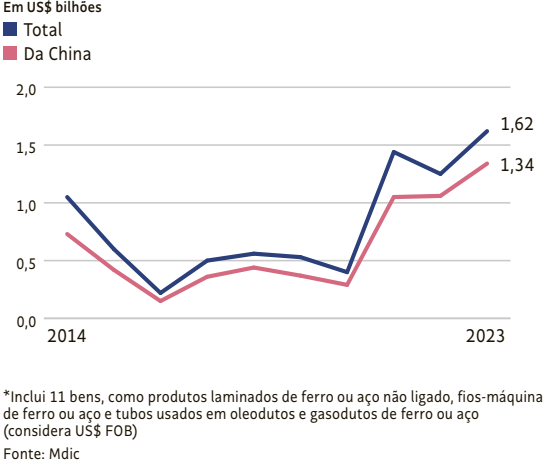
Governo impõe cotas de importação de aço e sobretaxa a excedente

Medida atende a pleito de siderúrgicas nacionais, que diz haver invasão chinesa; Mdic descarta impacto em preços

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo anunciou nesta terça (23) que decidiu estabelecer cotas para a importação de aço e aumentar para 25% o Imposto de Importação sobre o volume excedente. A decisão atende a um pleito das siderúrgicas brasileiras, que dizem haver invasão do aço chinês no país. Os produtos alvo da medida têm hoje tarifas de 9% a 12,6%. Segundo o governo, a medida deve entra em vigor em cerca de um mês e vale por um ano. São afetados 11 produtos ligados a ferro e aço, que poderão ser importados de acordo com o imposto hoje vigente até limites que variam entre 1.261 e 470 mil toneladas. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) afirmou que, após análises, concluiu-se pela necessidade da iniciativa em relação a produtos que tiveram importação 30% maior em 2023 do que na média das compras observadas entre 2020 e 2022. Foi concluído que 15 itens se encaixam no critério, mas quatro apresentaram variações de preço que demandam mais avaliações. O vice-presidente e minis-

Importação dos produtos-alvo da medida*



tro do Mdic, Geraldo Alckmin, afirmou que a medida foi tomada após análise criteriosa e verificação de um crescimento de mais de 1.000% na importação em alguns casos. “É uma indústria importante, uma indústria de base necessária ao país”, afirmou. Segundo o governo, estudos mostraram que a medida não trará impacto nos preços ao consumidor ou a produtos de derivados da cadeia

produtiva. Durante os 12 meses, será monitorado o comportamento do mercado e a expectativa é que a decisão contribua para reduzir a capacidade ociosa da indústria siderúrgica nacional. A decisão foi tomada nesta terça pelo comitê-executivo da Camex (Câmara de Comércio Exterior), colegiado do governo federal que reúne dez ministérios, após as siderúrgicas nacionais protoco-

larem pedido para aumentar a alíquota do Imposto de Importação de diversos produtos ligados ao aço para até 25%.

No Brasil, as compras de produtos estrangeiros alvo da medida cresceram 29% em 2023 na comparação com um ano antes. A China responde por 83% desas importações. Enquanto isso, a produção nacional de aço bruto apresentou queda de 8% em 2023 na comparação com um ano antes, segundo dados do Instituto Aço Brasil (considerando apenas o acumulado até setembro, dado mais recente disponível).

A elevação do tributo para importações foi decidida mesmo após uma coalizão de 16 entidades de segmentos da indústria ter reagido à demanda das siderúrgicas nacionais e deflagrado uma mobilização na tentativa de barrar a sobretaxa. Conforme mostrou a *Folha*, o grupo argumenta que o aço do Brasil já é o mais caro do mundo quando comparado aos preços no mercado interno de vários países.

O aço é um insumo essencial usado na produção da indústria de produtos de maior valor agregado e tecnologia, como máquinas e equipamentos, automóveis, ônibus, caminhões, eletrodomésticos, autopeças e construção civil. Barreiras à importação do insumo também estão em discussão em outros países em meio ao avanço da produção da China. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, quer triplicar as tarifas sobre o aço e o alumínio importados do gigante asiático, por considerar que existe uma concorrência injusta que penaliza os trabalhadores americanos.

A quase seis meses da eleição presidencial, Biden afirmou durante comício na Pensilvânia, estado-chave para as eleições, que as siderúrgicas chinesas não precisam se preocupar em lucrar, porque o governo chinês as subsidia. “Não competem, trapaceiam”, afirmou.

Segundo a agência de notícias AFP, um recorde de dez milhões de toneladas de aço chinês inundaram a América Latina no ano passado. O cenário gerou reações em países como México e Chile.

Nas últimas duas décadas, a China aumentou sua participação no mercado mundial de aço de 15% para 54%, de acordo com dados da Alacero (Associação Latino-Americana do Aço).

De acordo com Alckmin, foram aprovadas nesta terça-feira também a redução tarifária para 225 produtos ligados a máquinas e equipamentos que não têm produção nacional equivalente e o financiamento pré-embarque para auxiliar principalmente nas exportações da indústria de defesa.

Medida está em linha com cenário global, dizem analistas

Douglas Gavras

SÃO PAULO O anúncio de que o governo irá colocar cotas para a importação de aço e aumentar para 25% o Imposto de Importação sobre o volume excedente foi comemorado por representantes da siderurgia e visto por analistas de comércio exterior como uma medida que coloca o Brasil em linha com outros países.

“Migramos para um sistema misto, com uma cota que uma vez atingida, passa a ter tarifa de 25% para o que vier acima desse teto. É uma decisão histórica, o governo sinaliza que o Brasil não é terra de ninguém. Não é por acaso que EUA, México, União Europeia, Reino Unido e Chile caminham na mesma direção”, diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil.

Presidentes de empresas do setor, como ArcelorMittal Brasil, Usiminas e Gerdau vinham expressando preocupação com o tema desde 2023.

Em oposição à proposta de aumento do imposto, uma coalizão de 16 entidades de segmentos da indústria intensivos no uso de aço se mobilizou em Brasília para tentar barrar o pedido das siderúrgicas.

O grupo apontava riscos de aumento de custos, perda de competitividade e pressão sobre a inflação.

Lopes classifica a preocupação dos setores como uma análise sem base. “É um achismo alguém dizer que se a alíquota é de 25% os preços vão subir 15%, como cheguei a ouvir”, afirma ele.

Renato Correia, presidente da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), diz que o setor vai acompanhar

os efeitos da mudança.

“É uma solução salomônica, não é o que a gente quer, mas entendemos que é o possível. Avaliamos que não haverá um impacto direto na construção.”

Procurada, a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) disse que irá debater o tema na próxima reunião da diretoria, nesta quinta-feira (25).

Representante de um dos setores que são contrários ao aumento do imposto, a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) não havia se pronunciado até a publicação desta reportagem.

A produção de aço bruto subiu 6,2% no primeiro trimestre deste ano frente ao mesmo período em 2023, para 8,3 milhões de toneladas, enquanto as importações cresceram 25,4% ano a ano, para 1,3 milhão de toneladas, segundo dados do Instituto Aço Brasil.

Rafael Cagnin, economista do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) ressalta que a dinâmica do setor imobiliário chinês tem levado a um excesso de capacidade produtiva da siderurgia do país asiático e o redirecionamento de produtos para o mercado externo.

“Este caso nos lembra de quão essencial é termos instâncias internacionais de regulação do comércio mundial, como a OMC [Organização Mundial do Comércio], que já há algum tempo não vem funcionando a contento”, afirma ele.

Para o presidente executivo da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), José Augusto de Castro, a decisão tomada pelo Brasil faz sentido e está em linha com as práticas internacionais.

“Se tivéssemos uma redução do custo Brasil, não estaríamos preocupados com isso, mas não estamos criando proteção, apenas estamos nos defendendo de uma agressividade. Isso traz a sensação de que alguém está olhando para o setor, deve ter pressão para todo lado”, diz.

Ele admite que alguns produtos podem ficar mais caros para o consumidor final no Brasil, embora o percentual de aumento dependa de diferentes fatores, como as alíquotas aplicadas sobre cada segmento.

Para Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Mdic, ainda é cedo para dimensionar os efeitos sobre os preços para o consumidor final, a depender de como a cota de importação será distribuída.

“Outra questão é que os 25% têm efeito sobre o preço só que a mudança dura um ano, estamos falando de um setor com contratos de longo prazo e é preciso ver o que, de fato, irá acontecer.”

mercado

Câmara prorroga Perse ao custo de R\$ 15 bi até 2026

Extensão de programa para o setor de eventos beneficiará 30 atividades; texto agora vai ao Senado

Victoria Azevedo e
Adriana Fernandes

BRASÍLIA O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (23) o projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com 30 atividades incluídas e teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal, após negociação do Ministério da Fazenda e líderes partidários da Casa. A votação foi simbólica, ou seja, quando não há contabilização dos votos. Agora, o texto seguirá para o Senado. Na reta final das negociações, o Ministério da Fazenda conseguiu incluir no tex-

to uma cláusula de segurança que garante o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) caso o custo supere o limite de R\$ 15 bilhões. O valor não será corrigido pela inflação —mudança que foi feita a pedido do governo pouco antes de o projeto ser votado no plenário. Por outro lado, o Executivo teve que ceder na tentativa de reduzir ao máximo o alcance dos segmentos que poderão ter acesso ao benefício fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, queria limitar o programa a apenas 12 atividades. Na primeira versão do pare-

cer, havia a possibilidade de o governo enviar um projeto de lei acabando com o programa assim que o teto fosse alcançado e comprovado pelo Executivo. Mas o texto não previa nenhuma segurança de que a proposta seria aprovada pelo Congresso, tornando, na prática, inócuo o limite. Contrária desde o início à extensão do Perse, a equipe econômica adotou a estratégia de reduzir danos diante do apoio dado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) à manutenção do incentivo tributário e da resistência dos deputados do acabar com o incentivo fis-

cal —embate travado desde o início do ano e que gerou trocas de farpas entre parlamentares e Haddad. O ministro vocalizou que o programa era uma janela para fraudes e lavagem de dinheiro, o que irritou deputados. A suspeita de lavagem de dinheiro por meio do benefício do programa foi revelada, em fevereiro, pela Folha. A saída para fechar brechas foi garantir dispositivo que determina que todas as empresas beneficiárias do Perse deverão ser habilitadas pela Receita Federal. Passado o prazo de 30 dias após o pedido de habilitação sem que tenha havido a manifestação do Fisco, a empresa será considerada habilitada. A exigência da habilitação sofreu muitas críticas dos deputados da oposição. O projeto estabelece que as empresas que estão no regime de lucro real (com faturamento superior a R\$ 78 milhões por ano) não terão mais a desoneração do IRPJ e da CSLL a partir de 2025. Esse grupo das maiores empresas do país continuará, no entanto, se beneficiando da alíquota zero de PIS e Cofins. A proposta do governo previa inicialmente uma reoneração gradual dos impostos

federais para as empresas do setor, o que foi excluído pela relatora da matéria, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP). Criado na pandemia e originalmente temporário, o Perse garante alíquota zero dos tributos federais (IRPJ, CSLL e PIS/Cofins) a empresas do setor. A votação do projeto em plenário nesta terça ocorreu após acordo firmado em reunião mais cedo nesta terça com o ministro Haddad, Lira e lideranças. Os detalhes do acordo foram fechados com o secretário-executivo, Dario Durigan. De acordo com a matéria aprovada, serão beneficiadas 30 atividades da lista de CNAES (Classificação Nacional das Atividades Econômicas). Pela lei aprovada no Congresso no ano passado, eram beneficiados 44 CNAES. A Fazenda tentou restringir o Perse, reduzindo para 12, em proposta apresentada em março. Já a relatora retomou o número inicial em seu primeiro relatório, divulgado no sábado (20). “O Perse não é um benefício, é um ressarcimento de um setor que foi impedido de funcionar na pandemia”, disse a relatora durante a sessão. Após a reunião de líderes, fi-

cou acordado que seriam 29 CNAES. Em plenário, no entanto, Renata anunciou que fora acrescentado na matéria o setor de apart-hotéis. Após a reunião, mais cedo, Haddad havia indicado que garantido o teto, a quantidade de CNAES era “menos importante”. “Agora, quanto mais foco o projeto tiver, melhor, porque você vai beneficiar quem realmente precisa. Não faz muito sentido abrir demais o espectro de beneficiários”, afirmou. Na Câmara nesta quarta, o Novo, a minoria e a oposição orientaram contra a medida. O deputado Gilson Marques (Novo-SC) afirmou em plenário que votaria contrário ao texto apresentado porque defendia o projeto original. “Nosso voto será não, porque nós preferimos a lei original do Perse com todos os benefícios, com tudo o que foi combinado e assegurado até 2026, sem nenhuma retirada, sem nenhuma exceção, sem nova habilitação em órgão público, mantendo-se a segurança jurídica daquilo que foi combinado para, pelo menos, auxiliar minimamente o que sofreu o setor de eventos na época da pandemia”, afirmou Marques.



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que disse a aliados querer restringir PEC a juízes e membros do Ministério Público para reduzir a resistência do governo Jefferson Rudy/Agência Senado

Pacheco indica que quer desidratar a PEC do Quinquênio

Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse a aliados que quer desidratar a PEC (proposta de emenda à Constituição) do Quinquênio e restringir a medida a juízes e membros do Ministério Público para diminuir a resistência do governo. A proposta, aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa, muda a Constituição para garantir aumento automático de 5% do salário às carreiras contempladas a cada cinco anos, até 35%. Apesar do placar folgado de 18 votos a 7 a favor na CCJ, senadores próximos a Pacheco o procuraram após a aprovação para reclamar da inclusão de mais categorias e dizer que há risco de derrota no plenário. O governo vê o tema como pauta-bomba para as contas públicas. Inicialmente, a PEC concedia o quinquênio a juízes e

membros do MP. A CCJ estendeu o penduricalho para defensores públicos; membros da advocacia da União, dos estados e do Distrito Federal. Um dos parlamentares que apoiam o quinquênio diz que a proposta foi desfigurada pelo relator, Eduardo Gomes (PL-TO), e tornou-se “indefensável”. Ele diz que parte dos senadores vê com bons olhos, porém, a garantia do penduricalho para defensores públicos. Outras categorias aumentaram a pressão no Senado para conseguir o benefício, como os auditores fiscais —definidos como o “coração da arrecadação do Brasil” pelo governista Omar Aziz (PSD-AM). Mesmo com a resistência do governo, parlamentares que falaram com Pacheco nos últimos dias dizem que ele deve insistir na aprovação do penduricalho para juízes, promotores e procuradores até o final de seu mandato.

Pacheco viu com desconfiança a estimativa de impacto anual nos cofres públicos de R\$ 42 bilhões, levada pelo Ministério da Fazenda ao Congresso. Sobre o número, disse a um interlocutor que o governo demorou a calcular o impacto do texto original. Questionado nesta terça (23), o presidente saiu em defesa do quinquênio, mas só citou juízes e promotores. Pacheco também se comprometeu com o projeto de lei que acaba com os supersalários —parado na CCJ do Senado. “O que nós precisamos é dar condições para a magistratura e para o Ministério Público ter uma estruturação de carreira. E a economia do projeto de lei do fim dos supersalários é uma economia superior ao que é o incremento de gastos dentro do orçamento para a estruturação dessas carreiras”, disse. “Houve um alargamento do rol de carreiras pelo relator,

senador Eduardo Gomes, na CCJ. Esse alargamento que é objeto de discussão nesse momento. E nós vamos ter toda a responsabilidade de dialogar com o Poder Executivo”, afirmou. O projeto que limita os supersalários está na CCJ do Senado desde 2021, sem perspectiva de votação. Gomes, também relator do texto, disse à reportagem que é “politicamente difícil” avançar com os dois temas ao mesmo tempo. O quinquênio foi um dos assuntos tratados pessoalmente pelo presidente Lula (PT) com ministros e líderes do governo na semana passada. O líder na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), afirmou que a medida vai “quebrar” o país. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou nesta terça que a PEC cria “um problema” e que os governadores deveriam ir a Brasília “reclamar dos impac-

tos nos estados”, independentemente de serem chamados pelo governo federal. Jaques também tem tentado rebater o argumento de Pacheco de que o Judiciário e o Ministério Público têm “orçamento próprio”. Na semana passada, o petista ressaltou que existe apenas orçamento previsto —e com dinheiro público. “Não existe orçamento próprio de nenhum Poder. Há um orçamento previsto, mas eu vou lhe dizer o que acontece: o Poder vai durante o ano gastando no investimento, no que for, e, quando chegar em outubro, ele vai pedir suplementação ou ao governador ou ao presidente da República para poder pagar sua folha e o décimo terceiro.” Governistas afirmam que a proposta abre margem para diversos questionamentos, como o pagamento de aposentados —uma vez que há paridade salarial para quem

ingressou no serviço público até o ano de 2003. Além de diminuir o número de carreiras privilegiadas, integrantes do governo dizem ser necessário incluir uma trava para evitar que aposentados reivindicuem o quinquênio de forma retroativa. Outra medida de contenção de danos seria limitar o penduricalho a magistrados de tribunais superiores. A Afipea (Associação dos Funcionários do Ipea) estima que, com a inclusão de advogados, defensores públicos e delegados da PF, o impacto do quinquênio no caixa da União chegará a R\$ 9,9 bilhões por ano. Patrocinada por Pacheco e pelo presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a proposta dividiu a base de Lula na quarta-feira (17). Aliados de primeira hora do petista, como Aziz e Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), votaram a favor.



Prédios no Cambuci, em frente ao parque da Aclimação, em SP Danilo Verpa/Folhapress

Conheça regras e linhas para financiar a casa própria

Imóvel pode ser pago em até 35 anos; juro depende do perfil do comprador

SÉRIES FOLHA

COMO COMPRAR A CASA PRÓPRIA

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Quem opta por financiamento imobiliário deve se preparar para adquirir uma dívida cara e longa. O modelo de empréstimo é exclusivo para compra, reforma ou construção de casa ou apartamento, novos ou usados. O banco libera o crédito habitacional e, depois, cobra prestações mensais com juros e correção. Há opções de crédito para financiar até 90% do valor do imóvel, e o prazo de quitação pode chegar a 35 anos (420 meses). Na maioria dos financiamentos, o próprio imóvel é garantia da operação, a propriedade fica em nome do banco até quitação da dívida. Se não for paga, a instituição assume a propriedade do bem. As parcelas podem ser iguais durante todo o financiamento ou diminuir de valor, conforme o sistema escolhido, se pela tabela Price ou pelo SAC (Sistema de Amortização Constante). O índice de correção também pode ser definido pelo comprador. Cada escolha tem seu custo, por isso o jeito é explorar cenários para encontrar o que se encaixa melhor na sua realidade. Para pedir um financiamento imobiliário é preciso comprovar renda suficiente pa-

ra pagar as parcelas em dia e ter o nome limpo. Os bancos analisam histórico de crédito, renda mensal e estabilidade financeira. O processo pode levar entre 25 e 30 dias, segundo a Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança). Mesmo que tenha renda suficiente e esteja com toda a documentação em ordem, há mais um critério: ter idade compatível com o tempo de duração do financiamento. Os bancos calculam quantos anos o comprador terá ao final do financiamento. A idade considerada é a do propo- nente mais idoso, em caso de haver mais de um comprador somando a renda para o financiamento. Hoje, a idade-limite é 80 anos e 6 meses. Ou seja, é preciso ter 45 anos de idade ou menos para conseguir um financiamento de 35 anos. A idade também impacta as taxas de juros, que variam de banco a banco. Quanto mais velho for o comprador do imóvel, maiores tendem a ser os juros nas parcelas e a renda a comprovar. O financiamento requer a contratação de um seguro habitacional obrigatório, por isso as parcelas podem ficar mais caras para quem tem mais idade. A idade mínima para financiar é 18 anos. Quais são os tipos de financiamento com o banco? A linha mais conhecida é o SFH

(Sistema Financeiro de Habitação), de 1964, que usa recursos da caderneta de poupança e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). No SFH, pode-se financiar até 90% do valor do imóvel —de até R\$ 1,5 milhão— com juros limitados a 12% ao ano mais TR (Taxa Referencial). Se for o primeiro imóvel, é possível usar o saldo do FGTS como parte do pagamento. O parcelamento tem prazo máximo de 35 anos, e as prestações não podem ultrapassar 30% da renda mensal do comprador. Há ainda o Minha Casa, Minha Vida, subsidiado pelo governo, o SFI (Sistema Financeiro Imobiliário), para imóveis acima de R\$ 1,5 milhão, e financiamento do imóvel direto com a construtora. Como financiar direto com a construtora? Pode-se financiar o imóvel com a construtora. A entrada pode ser parcelada. As taxas de juros tendem a ser mais atrativas, mas os prazos de quitação costumam ser menores e as prestações, mais altas. É possível usar o FGTS para financiar apartamentos de até R\$ 1,5 milhão direto com a construtora, mas o valor do Fundo só poderá ser usado após a entrega das chaves. Quais são as taxas de financiamento imobiliário? Os tipos de taxa são a nomi-

nal, a referencial, a real e a efetiva. Cada uma delas representa determinada situação. Taxa nominal São os juros de financiamento imobiliário Também conhecida como taxa fixa e deve ser mencionada em todos os contratos O índice não sofre variação mensal, mas é possível haver mudanças com o passar dos anos Taxa real É a taxa de juros nominal corrigida pela inflação Taxa efetiva Considera todos os encargos financeiros e custos do empréstimo, oferecendo uma visão mais completa do custo real do financiamento CET O CET (Custo Efetivo Total) é a soma de todos os encargos, tributos, taxas, seguros e despesas cobrados em um empréstimo ou financiamento É o percentual que será pago efetivamente pelo empréstimo solicitado Ao comparar as propostas de financiamento, é esse dado que deve ser considerado

A compra de um imóvel exige regularização de documentos em cartório. Os custos representam, em média, cerca de 5% do valor do imóvel e precisam ser postos no papel antes de pedir o financiamento. ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis) O ITBI é um imposto municipal que deve ser pago sempre que há transferência do imóvel para um novo comprador Seu valor varia entre 2% a 3% sobre o valor venal ou de mercado do imóvel, dependendo de cada prefeitura e também do valor do bem Famílias que se enquadram no Minha Casa, Minha Vida e programas sociais podem ser isentos do ITBI A guia do ITBI precisa ser emitida pela prefeitura do município e seu pagamento é uma exigência para que o Cartório de Registro de Imóveis possa efetivamente realizar a transferência da propriedade Registro do Imóvel Esse procedimento é garante ao comprador a posse da propriedade e deve ser realizado apenas no Cartório de Registro de Imóveis competente à região em que a casa ou o apartamento está localizado Na primeira compra de imóvel financiado pelo SFH, há desconto de 50% das taxas de registro O que é o CET? O CET (Custo Efetivo Total) é a soma de todos os encargos,

tributos, taxas e despesas de um empréstimo ou financiamento, apresentado como percentual (%) anual. O Banco Central obriga toda instituição financeira a expor de forma clara no contrato de financiamento todas as informações e valores do CET. Assim, quem pede financiamento imobiliário pode ter uma noção exata de quanto gastará com a tomada de crédito. Como é composto o valor da prestação? O valor da prestação de um financiamento imobiliário é resultado da soma de várias partes. Uma parcela se destina à amortização da dívida, outra ao pagamento de juros e outra ao seguro. E, finalmente, uma parcela correspondente à taxa de administração do contrato. Qual correção é melhor: TR, IPCA ou poupança? Ao escolher o tipo de financiamento, é preciso considerar por qual índice será feita a correção das parcelas: TR (Taxa Referencial), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou poupança. Para imóveis comprados na planta, até a entrega das chaves, a correção é pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil). O atrelado à TR conta com uma taxa fixa estabelecida por cada banco mais a variação dessa taxa. Hoje, é o indexador mais procurado, porque a TR está praticamente zerada. Já no parcelamento vinculado ao IPCA, principal indicador da inflação brasileira, a taxa de juros costuma ser menor. Porém, as prestações não são fixas. Se a inflação disparar, as parcelas sobem. Alguns bancos trabalham com linhas de financiamento imobiliário corrigidas pela poupança. Elas apresentam uma taxa fixa somada ao rendimento da caderneta, que varia conforme a taxa Selic. Como amortizar o financiamento? A escolha pelo tipo de amortização afeta o valor das parcelas, a quantia total de juros e o prazo de pagamento da dívida. Pela tabela Price, as prestações serão sempre iguais, mas compostas por mais juros. Pelo SAC, as parcelas são maiores no início e menores no fim, por causa da diminuição progressiva dos juros. A escolha deve seguir a capacidade financeira do comprador. Para quem não pode dispor de valores mensais mais altos no começo, a Price é mais indicada. Já para quem quer pagar menos juros e pode arcar com valores mais altos no início do financiamento, é melhor financiar pelo SAC. O ideal é simular financiamentos em diferentes bancos para chegar à melhor opção, apresentando a proposta de um para o outro. Pelo site do Banco Central é possível verificar as taxas de juros de financiamento imobiliário para pessoa física de todos os bancos que oferecem o crédito.

FGTS FUTURO

JÁ É UMA REALIDADE NA MRV.

MAIS FACILIDADE PARA VOCÊ COMPRAR SEU APÊ AGORA!

FAÇA UMA SIMULAÇÃO

0800 728 9000

Consulte condições de financiamento e/ou as condições do subsídio dentro do seu perfil com um de nossos corretores. Perspectiva artística.

mercado

O problema do crédito para imóveis

Programa carece de explicação técnica, e negócio não para em pé por causa de juro alto

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo diz que inventou nova maneira de expandir o financiamento para imóveis. A providência está lá na medida provisória que também criou o programa “Acredita” (microcréditos etc.). A ideia é criar um mercado de créditos imobiliários. Mas o governo não explicou como o negócio para em pé. Trocando em miúdos, é o seguinte. Um banco concede financiamentos imobiliários. Tem o direito de receber pagamentos, juros e principal, pelo dinheiro que emprestou. Por algum motivo (e dadas as possibilidades da lei), pode querer vender a uma terceira parte esse direito de que é titular. Essa

terceira parte teria interesse de receber os pagamentos do financiamento se a taxa de juros e o risco fossem atraentes. Se o banco vende esse financiamento imobiliário, tem mais espaço em seu balanço para fazer mais empréstimos, aumentando o crédito para imóveis — em tese. Esse é o plano de Lula-Haddad. Quem compraria esses financiamentos, no plano do governo? Uma estatal, a Emgea, criada em 2001 para comprar, com desconto, créditos ruins (inadimplentes) da CEF. “Compra” e tenta recuperar o dinheiro emprestado, grosso modo. A medida provisória abre a

possibilidade de a Emgea comprar financiamentos dos bancos, transformá-los em títulos de investimento e revendê-los — a securitização. O problema é que o negócio daria prejuízo para a estatal ou não teria interesse para investidores. Problema central: ora é possível fazer investimento a taxa maior e com menos risco do que o das taxas de financiamento imobiliário. Basta emprestar para o governo, que ora paga a taxa de inflação mais 6% ao ano para empréstimos de dez anos (duração média, por aí, de financiamentos imobiliários). Boa parte do financiamento imobiliário tem

taxa mais baixa apenas porque é feita com dinheiro de poupança e FGTS. Ressalte-se: o empréstimo imobiliário paga a taxa “x”, menor do que paga o governo por seus empréstimos. No mercado, o comprador do título imobiliário, o investidor, vai querer uma taxa “x + algo”. De outro modo, não investe, não compra o título oferecido pela Emgea. A não ser que a Emgea fique com o prejuízo. Não pode. O governo vai bancar a conta, com subsídio? Existem engenharias para juntar vários financiamentos e vendê-los como um título, como um certificado de rece-

bíveis imobiliários, que nesse caso renderia o pagamento do financiamento imobiliário originado pelos bancos. Esse mercado poderia ser boa coisa. Porém, se as taxas de juros básicas fossem baixas no país, boa parte do problema estaria resolvida. A securitização seria apenas instrumento adicional para vitaminar o crédito. Aliás, esse instrumento funciona em ampla escala apenas nos EUA, um negócio desenvolvido em quase 60 anos — e que mesmo assim deu no rolo abissal de 2008. Há outras questões além do nó central dos juros. Quem cuidaria do financiamento (receber pagamentos, refinar, cobrar atrasos, renegociar, ir à Justiça)? Os bancos ficariam isentos do risco de inadimplência, tendo repassado o financiamento para a Emgea? Ficariam com alguma parcela da perda? Quem compraria os papéis securitizados da Emgea? Fundos de pensão precisam ter cer-

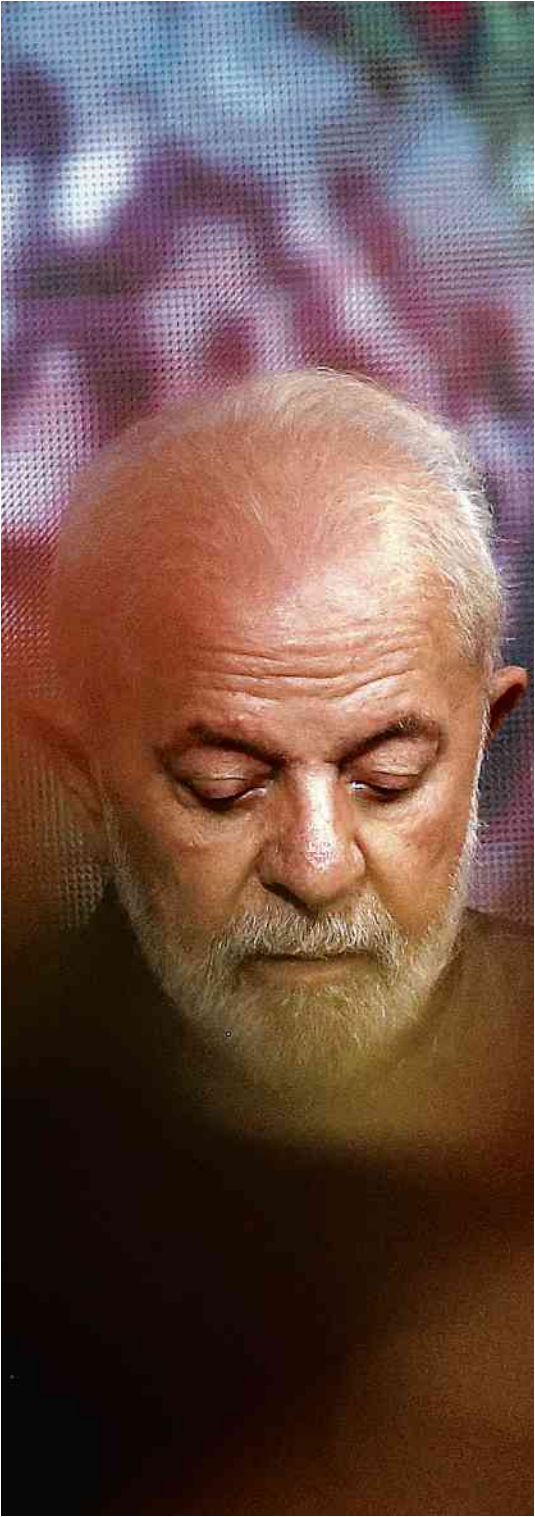
ta segurança de investimento a longo prazo, a certa taxa (e o financiamento imobiliário tem risco de pré-pagamento). De onde viria a fonte inicial de financiamento da Emgea? O governo fala em pagar R\$10 bilhões à estatal (parte da velha dívida dos subsídios do Fundo de Compensação de Variações Salariais, FCVS). Esse dinheiro equivale a um mês de financiamento imobiliário pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), na média deste ano. O dinheiro de SBPE e FGTS chegou ao limite. Não permite que o crédito imobiliário cresça mais (em relação ao PIB), o que é preocupação desse mercado inteiro. Para emprestar mais, o custo aumenta. As taxas de juros de longo prazo estão altas. Mais do que em agosto do ano passado, quando o Banco Central começou a baixar a Selic. A dívida pública crescente tem parte nisso. vinicius.torres@grupofolha.com.br

Lula indica que não antecipará nome para suceder Campos Neto

Presidente afirma que mercado lucra com juros e que chefe do BC tem de saber que o povo é quem perde

Catia Seabra, Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou nesta terça-feira (23) que não vai antecipar a indicação do substituto do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, acrescentando que tem “toda a paciência do mundo”. Campos Neto deve deixar o cargo ao fim deste ano. Lula disse ainda que conviveu com o presidente do BC, indicado pelo governo Jair Bolsonaro (PL), por um ano e quatro meses, então “não tem problema viver mais seis”. Por outro lado, voltou a criticar a taxa básica de juros, afirmando que Campos Neto precisa saber que povo brasileiro e empresários que pagam por essa situação. As declarações foram dadas durante café da manhã do presidente com jornalistas. Lula foi questionado sobre a possibilidade de antecipar a sucessão no BC. Respondeu que ainda não tomou uma decisão, mas indicou que essa escolha pode ficar para o fim do ano, quando termina o mandato de Campos Neto. A lei que estabeleceu a autonomia do BC, ainda no governo Bolsonaro, definiu mandato fixo de quatro anos para o presidente da instituição em ciclo não coincidente com o do chefe do Executivo — assim, por dois anos um presidente pode trabalhar com o chefe do BC indicado por seu antecessor. “Tenho que indicar mais diretores e tenho que indicar o presidente do BC até o final do ano. Só tenho que decidir



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva Gabriela Biló - 18.abr.24/Folhapress

Quem já conviveu com Roberto Campos [Neto] 1 ano e 4 meses não tem problema viver mais seis meses

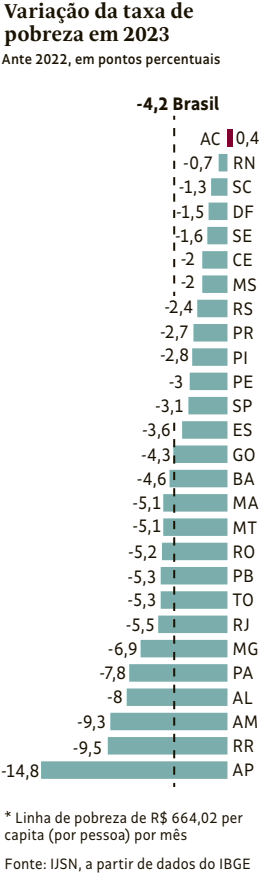
Luiz Inácio Lula da Silva em café da manhã com jornalistas

se vou antecipar ou se deixo para indicar mais próximo do vencimento do mandato do presidente Roberto Campos [Neto]. Então, quem já conviveu com Roberto Campos [Neto] 1 ano e 4 meses não tem problema viver mais 6 meses”, afirmou. O presidente tem a prerrogativa de enviar a indicação do presidente BC ao Senado. O nome é então sabatinado e precisa ser aprovado por CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e plenário da Casa. Campos Neto tem defendido antecipar o debate sobre a transição e queria que o governo escolhesse o próximo presidente entre outubro e novembro, para haver tempo hábil de o indicado ser sabatinado no Congresso antes do recesso de fim de ano. Lula também voltou a criticar o patamar da Selic, uma constante em seus discursos desde o início do mandato, o que já rendeu crises com o chefe do BC. “O mercado está ganhando muito dinheiro com essa taxa de juros. Isso precisa ficar claro para a sociedade. E o presidente do BC tem que saber que quem perde dinheiro com essa taxa de juros alta é o povo brasileiro, são os empresários brasileiros que não conseguem dinheiro para investir. É isso que está em jogo.” Hoje a Selic está em 10,75%, patamar ainda considerado alto pelo governo. Em cerimônia na véspera, Lula disse que não iria repetir as tradicionais críticas às taxas de juros, mas que “todo mundo sabe que está difícil”. “Eu não quero nem falar mal de juros, de outras coisas, se não a manchete do jornal será essa e não o programa Acredita”, disse, em referência a programa de crédito lançado na segunda (22). “Você veja que ninguém falou mal de juro, que ninguém falou mal. Todo mundo sabe que está difícil, mas hoje, aqui, a gente tomou a seguinte decisão: a gente não ficar lamentando o que é difícil, o que a gente não controla. A gente vai fazer aquilo que a gente pode”, disse. No mesmo dia, Campos Neto afirmou em evento em São Paulo que o nível de incerteza global reduz previsibilidade de cortes da taxa de juros. Na última semana, os investidores passaram a precificar corte de apenas 0,25 ponto percentual na Selic em maio, não de 0,50 ponto percentual, como vinha indicando o BC em suas comunicações mais recentes. Este é o primeiro café do presidente com jornalistas neste ano. Em 2023, foram quatro, dos quais a Folha participou de três — a exceção foi o café com a mídia chamada independente.

Pobreza diminui em 25 estados e no DF em 2023, aponta levantamento

Leonardo Viecelli

RIO DE JANEIRO As taxas de pobreza e extrema pobreza do Brasil caíram em 2023 para os menores patamares de uma série histórica iniciada em 2012 (27,5% e 4,4%, respectivamente), diz estudo do IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves). Segundo o órgão, vinculado ao Governo do Espírito Santo, a redução foi disseminada nas diferentes regiões do país. A taxa de pobreza recuou em 26 das 27 unidades da Federação no ano passado, e a de extrema pobreza diminuiu em 25 estados, diz o levantamento. A análise foi feita a partir de dados da Pnad Continua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua): Rendimento de Todas as Fontes 2023. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou a Pnad na sexta (19). Na média do país, a taxa de pobreza caiu de 31,6% em 2022 a 27,5% em 2023, menor patamar da série, redução de cerca de 4,2 pontos percentuais. Em termos absolutos, a população considerada pobre diminuiu de 67,8 milhões em 2022 para 59,2 milhões em 2023. A baixa foi de 8,6 milhões, número semelhante à população inteira de um estado como o Ceará (8,8 milhões). Entre as 26 unidades da Federação com queda na taxa de pobreza, o Amapá teve a maior queda, recuando 14,8 pontos percentuais, de 47,8% em 2022 para 33% em 2023. Roraima (-9,5 pontos percentuais) e Amazonas (-9,3 pontos percentuais) vieram na sequência. Segundo o IJSN, o único estado com variação positiva da pobreza foi o Acre (0,4 ponto percentual). O indicador local foi de 51,1% em 2022 a 51,5% em 2023. Isso significa que mais da metade da população do Acre era considerada pobre. Outro estado acima de 50% foi o Maranhão. O indicador caiu de 56,8% em 2022 a 51,6% em 2023, redução aproximada de 5,1 pontos percentuais. Apesar da queda, o Maranhão seguiu com a maior taxa de pobreza do Brasil (51,6%), seguido pelo Acre (51,5%). Os menores percentuais de 2023 foram obtidos em Santa Catarina (11,6%) e Rio Grande do Sul (14,4%). Em São Paulo, o estado mais populoso do país, o indicador foi de 16,5%. O diretor-presidente do IJSN, Pablo Lira, associa a redução da pobreza no país a uma combinação de fatores. Geração de empregos, melhora da renda do trabalho, ampliação do programa Bol-



sa Família e concessão de outros benefícios sociais pelos estados fazem parte dessa lista, conforme o pesquisador. “Por mais que a gente esteja reduzindo a pobreza no país, ainda há o desafio de conseguir diminuir as desigualdades regionais”, afirma Lira. O estudo usa linhas de pobreza e extrema pobreza do Banco Mundial, com US\$ 6,85 per capita (por pessoa) ao dia e US\$ 2,15 per capita ao dia, respectivamente. Os dados foram convertidos por meio de critérios de PPC (Paridade de Poder de Compra). Assim, os valores mensais das linhas de pobreza e extrema pobreza ficaram em R\$ 664,02 e R\$ 208,42. Pessoas que viviam com quantias inferiores a essas foram consideradas pobres ou extremamente pobres. No Brasil, a taxa de extrema pobreza caiu de 5,9% em 2022 para 4,4% em 2023, o menor nível da série iniciada em 2012. A redução foi de 1,5 ponto percentual. Em termos absolutos, a população extremamente pobre diminuiu de 12,7 milhões em 2022 para 9,5 milhões em 2023. A baixa foi de 3,1 milhões, número semelhante à população de Alagoas.

TELTEX TECNOLOGIA S/A CNPJ nº 73.442.360/0001-17									
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Teltext Tecnologia S.A. relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, com suas correspondentes notas explicativas. São Paulo (SP), 22 de abril de 2024.									
BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em Reais)					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em Reais)				
ATIVO		Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixas e bancos		3	5.025.017	7.479.595	Empréstimos e financiamentos		9	103.866	581.416
Aplicações financeiras			-	-	Fornecedores		10	2.824.764	2.486.495
Contas a receber de clientes		4	38.883.785	47.361.214	Contas a pagar				2.050.900
Estoques		5	6.390.186	8.821.113	Salários e encargos sociais		11	2.491.692	1.950.519
Despesas pagas antecipadamente		6	838.407	809.635	Impostos e contribuições a recolher		12	3.289.453	8.217.604
					Outros passivos circulantes		12	1.221.570	443.811
								4.511.022	8.661.416
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE			51.137.395	64.471.557	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE			9.931.345	15.730.745
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Contas a receber		7	7.600.879	7.600.879	Contas da recuperação judicial			30.985.382	41.191.766
Crédito a receber IFRS 15		7	49.791.717	24.809.255	Obrigações fiscais		13	6.768.700	8.996.870
					Impostos diferidos IFRS 15		13	7.161.225	4.551.553
					Outras obrigações		13	3.434.127	3.434.127
								17.364.052	16.982.550
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			57.392.596	32.410.134	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE			48.349.434	58.174.316
					TOTAL DO PASSIVO			58.280.779	73.905.062
Investimentos		8	516.313	476.654	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14		
Imobilizado		8	6.293.679	6.665.974	Capital social			18.000.000	18.000.000
Intangível		8	223.948	71.824	Reserva de capital			634.333	634.333
			7.033.940	7.214.453	Reserva de lucros			38.648.817	11.556.749
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE			64.426.535	39.624.587	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			57.283.151	30.191.082
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			115.563.930	104.096.144
			115.563.930	104.096.144					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em Reais)									

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA DE SÃO PAULO - SIEMACO-SP

Edital de Convocação - Assembleia Geral para Alteração Estatutária

Pelo presente edital, ficam convocados todos os Associados deste sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem das Assembleias Gerais para Alteração Estatutária, a serem realizadas nos dias, horas e locais a seguir:

Sector	Data	Hora	Endereço	Sector	Data	Hora	Endereço
Ecourbis - Garagem Sul	02/05/2024	6h	Rua Doutor João Francisco Delmas, 117	Cetesh - Pinheiros	17/05/2024	11h	Av Professor Frederico Herman Junior, 34
Hospital Da Aeronautica	02/05/2024	10h	Av Olavo Fontoura 1400	Ministerio Publico - Riachuelo	17/05/2024	11h	Rua Riachuelo, 115
Hospital São Camilo Pompeia	02/05/2024	17h	Rua Tavares Bastos	Subprefeitura Guaiánases	17/05/2024	12h	Rua Hipólito De Camargo 479
Alojamento Jacana	02/05/2024	6h	Rua Doutor Carlos Bastos Aranha, 78	Gap Secretaria De Apoio De São Paulo	17/05/2024	13h	Av Olavo Fontoura, 1300
Alojamento Casa Verde	02/05/2024	6h	Rua Agostinho Pereira, 18	Sabesp - São Miguel	17/05/2024	13h	Rua João Lopes de Azevedo, 465
Garagem Mooca / Ipiranga	02/05/2024	6h	Rua Dianópolis, 828 - Parque Da Mooca - São Paulo	Recicla Federal Tatupape	17/05/2024	13h	Avenida Celso Garcia - De 3030 Ao Fim -
Alojamento Cidade Universitaria	02/05/2024	11h	Praça Arcipreste Anselmo de Oliveira, 8	Trt - 2º Regiao - Rua Consolação	17/05/2024	14h	Rua Da Consolação, 1272
Edificio Luis Gonzaga	02/05/2024	12h	Avenida Paulista, 2300	Procon - Barra Funda	17/05/2024	8h	Rua Barra Funda, 930
Alojamento Pirirubá	02/05/2024	12h	Avenida Pinheirinho D'água, 216	Sabesp Pinheiros	17/05/2024	9h	Rua Sumidouro, 448
Alojamento Butantã	02/05/2024	12h	Rua Siqueira Tateishi, 25	Condominio Smart	17/05/2024	10h	Rua Recanto do Sol, 125
Alojamento Perus	02/05/2024	6h	Rua Santana, 63	Condominio The Garden Summer	17/05/2024	10h	Rua Ivaí, 27
Ultrass Und. De Trat. De Res. De Serv	02/05/2024	5h	Rua Ioneji Matsubayashi, 345 - Colônia - São Paulo	Parque Clube Alfredo Inacio Trindade	17/05/2024	11h	Rua Viri, 425
Comunidade Paraísopolis Ecourbis	03/05/2024	12h	Rua Irapará, 73	Condominio Residencial Club Tuiuti	17/05/2024	12h	Rua Tuiuti, 589
Cmt - Central Mecanizada De Triagem	03/05/2024	13h40	Avenida Miguel Yunes, 345	Parque Biacica	17/05/2024	12h	Estrada da Biacica 756
Transbordo Santo Amaro	03/05/2024	6h	Av Miguel Yunes, 343	Parque Linear Corrego Do Rio Verde	17/05/2024	14h	Avenida Itaquera - de 7401/7402 a 9999h/
Hospital Dante Pazzanese	03/05/2024	6h	Av Dr Dante Pazzanese 500	Parque Do Carmo - (Áreas Verdes)	17/05/2024	8h	Avenida Alfonso de Sampaio E Sousa, 951
Alojamento Penha	03/05/2024	6h	Rua Heloisa Penteado, 480	Fiesp	17/05/2024	11h	Av Paulista, 1313 - Bela Vista - São Paulo
Alojamento Santana	03/05/2024	6h	Rua Doutor Zuguim, 1070	Instituto De Pesquisas Nucleares	18/05/2024	10h	Av Professor Lineu Prestes 2242
Ceret (Limpeza)	03/05/2024	10h	Rua Canuto de Abreu S/N	Parque Ecologico Lydia Natalizio	19/05/2024	10h	Rua João Pedro Leacor
Condominio Bosque Jequitibá	03/05/2024	12h	Rua Isaac Krasilchik, 88	Laboratorio Lavoisier - Shopping Interla	20/05/2024	10h	Avenida Interlagos, 2255
Condominio Good Life	03/05/2024	15h	Rua Aurélio, 300	Clinica Einstein Parque Da Cidade	20/05/2024	11h	Avenida Das Nações Unidas, 14401
Parque Aclimação (Áreas Verdes)	03/05/2024	9h	Rua Muniz de Souza, 1119	Shopping Parque Da Cidade	20/05/2024	13h	Avenida Das Nações Unidas, 14401
Transbordo Verquero Ecourbis	03/05/2024	5h	Rua Maestro João Batista Juliao, 13 - Vi Firmiano Pinto - Sp	Shopping Interlagos	20/05/2024	13h	Av Interlagos, 2255
Alojamento Lapa	05/05/2024	12h	Rua CARDEAL SANTIAGO LUIZ CAPELLO 201	Pecp - Programa Einstein Na Comunidade	20/05/2024	13h	Rua Manoel Antonio Pinto, 210
Alojamento Capela Do Socorro / Parelheiros	06/05/2024	5h30	Rua Pedro Santa Lucia, S/N	Shopping Fiesta	20/05/2024	13h30	Av Guarapiranga, 752
Alojamento M Bol Mirim / Campo Limpo	06/05/2024	5h30	Avenida Guido Caloi, 999a	Edificio Patio Victor Malzoni	20/05/2024	13h40	Rua Brigadeiro Faria Lima, 3477
Hospital De Olhos	06/05/2024	12h	Rua Abilio Soares 18	Ceu Parelheiros	20/05/2024	13h40	Rua Terezinha Prado De Oliveira, 20
Alojamento Masp	06/05/2024	13h	Av Engenheiro Monlevade 200	Upa Parelheiros	20/05/2024	13h40	Estrada Ecoturística De Parelheiros 5252
Alojamento Glicério	06/05/2024	13h	Av Prefeito Passos 25	Parque Da Cidade - Torre Taruma	20/05/2024	13h40	Avenida Das Nações Unidas, 14401
Alojamento P Dom Pedro	06/05/2024	4h50	Parque Dom Pedro, 2.151	Hospital Leforte Morumbi	20/05/2024	6h	Rua Dos Três Irmãos, 121
Alojamento Gasômetro	06/05/2024	5h	Av Rangel Pestana 1690	Linha Esmeralda - Grajaú - Cessa 18 Esta	20/05/2024	6h	Rua Giovanni Bononcini, 77
Garagem Mooca	06/05/2024	6h	Av Henri Ford 1718	Hospital Sorocabano	20/05/2024	16h	Rua Faustolo 1633
Alojamento Barão De Piracicaba	06/05/2024	6h	Rua Barão De Piracicaba S/N	Hospital 9 De Julho	20/05/2024	6h	Rua Peixoto Gomide 615
Alojamento Riachuelo	06/05/2024	6h	Praça Da Bandeira 69	Shopping Mooca	20/05/2024	13h40	R. Cap. Pacheco E Chaves, 313 - Vila Prudente
Ctrss - Central De Tratamento De Residuo	06/05/2024	13h40	Rua Mogero, 1580	Sindicato Dos Comerciantes	20/05/2024	13h40	R. Formosa, 99 - Centro Histórico De São Paulo
Aterro Loga Perus	06/05/2024	5h30	Rua Mogero, 1580	Shopping Lar Center	20/05/2024	13h40	Av Otto Baumgart, 500 - Vila Guilherme
Aterro Vila Albertina Loga	06/05/2024	6h	Rua Capitão José Aguires Camargo, S/N	Shopping Tucuruvi	20/05/2024	13h40	Av Doutor Antonio Maria Laet, 566 - Parada Inglesa - São Paulo
Garagem Pq Novo Mundo	06/05/2024	6h	Rua Soldado Cristóvão Moraes Garcia, 680	Mercedes Bens	20/05/2024	13h40	Av Otaviano Alves De Lima, 2600 - Nossa Sra. Do O
Ecoponto Berrini	06/05/2024	10h	Praça Augusto Rademaker Grunewald	Shopping Butantã	20/05/2024	13h40	Av. Prof. Francisco Morato, 2 - Butantã
Ceu Três Pontes	06/05/2024	11h	Rua Capachos, 344 - Jardim Celia - São Paulo	Conselho Regional Biomedicina	20/05/2024	10h	Rua Clímaco Barbosa, 21
Centro Cultural Sp-Verquero	06/05/2024	12h	Rua Verquero, 1000 - Liberdade - São Paulo	Enel Jaguaré	20/05/2024	11h	Avenida Marechal Mário Guedes
Sesc Consolação	06/05/2024	12h	Rua Doutor Vila Nova, 245 - Vila Buarque - São Paulo	Sabesp Av Do Estado	20/05/2024	12h	Avenida Do Estado, 561
Aterro Cii Leste	06/05/2024	5h	Avenida Sapopemba, 23,235 -Cidade Satélite São Paulo	Secretaria De Desenvolvimento Economico	20/05/2024	12h	Avenida Escola Politécnica, 82
Garagem Leste Ecourbis	06/05/2024	5h	Estrada Do Péssego, 1412 - Colônia - São Paulo	16º Batalhao Polícia Militar	20/05/2024	13h	Avenida Corfieu De Azevedo Marques, 4082
Eco Sampa - Garagem	07/05/2024	5h30	Rua Periperi, 62	Juizado Especial Federal - I	20/05/2024	14h	Av Paulista, 1345
Alojamento Santo Amaro	07/05/2024	5h30	Rua Alexandre De Gusmão, 270	Secretaria Da Fazenda - Rangel Pestana	20/05/2024	7h	Av Rangel Pestana, 300
Transbordo Ponte Pequena - Loga	07/05/2024	5h	Avenida Do Estado, 300	Spreve - Rangel Pestana	20/05/2024	7h	Avenida Rangel Pestana, 300
Garagem Ecosis Vila Leopoldina	07/05/2024	12h	Avenida Engenheiro Roberto Zuccolo, 320	Forum Regional Butantã	20/05/2024	9h	Avenida Corfieu De Azevedo Marques - Até
Condominio Atlas Office Park	07/05/2024	12h	Avenida Manuel Bandeira 292	Parque Geraldo Jose De Almeida	20/05/2024	10h	Av Agenor Couto de Magalhães,32
Parque Ciência	07/05/2024	13h	Rua Ernestina Lessina	Condominio The Gardens Seasons	20/05/2024	12h	Rua. Ulisses Cruz, 668
Parque Aterro Sapopemba	07/05/2024	14h	Estrada do Rio Claro	Parque Leopoldina Orlando Villas Boas	20/05/2024	12h	Avenida Embaixador Macedo Soares
Siemaco - Sp - Condominios	07/05/2024	8h	Alameda Eduardo Prado	Parque Linear Rapadura	20/05/2024	12h	Rua Zodiaco
Ceu Vila Curuca	07/05/2024	11h	Av Marechal Tito, 3400 - Itaim Paulista - São Paulo	Parque Ecologico Tiete	20/05/2024	12h	Via Parque, 8055
Centro De Form Cuid Ctt. Tiradentes	07/05/2024	12h	Rua Inacio Monteiro, 6900 - Jardim Perolei 1 - São Paulo	Parque Atletico Ypiranga	20/05/2024	12h	Rua Do Manifesto, 471 - Ipiranga - São Paulo
Sesc Paulista	07/05/2024	12h	Av Paulista, 119 - Bela Vista - São Paulo	M Cassab	21/05/2024	13h	Av Das Nações Unidas, 20882
Comunidades Vila Maria	08/05/2024	5h30	Avenida Morvan Dias De Figueiredo, 5547	Palacio Dos Bandeirantes	21/05/2024	13h	Avenida Morumbi, 4500
Garagem Loga Vila Maria	08/05/2024	6h30	Avenida Morvan Dias De Figueiredo, 5547	Ceu - Campo Limpo	21/05/2024	13h30	Av Carlos Lacerda, 678
Alojamento Freguesia	08/05/2024	6h	Avenida Tomás Rabelo E Silva, 448	Hospital Sao Luiz Itaim	21/05/2024	13h40	Av Santo Amaro, 722
Garagem Corpus Pesqueiro	08/05/2024	6h	Rua Italia Giusti, 801 - Jardim Sao Cristovao - São Paulo	Hospital Sao Luiz Morumbi	21/05/2024	13h40	Rua Engenheiro Oscar Amerlingo, 840
Condominio Espaço São Paulo I	08/05/2024	10h	Rua Cipriano Barata 105	Hospital Regional Sul	21/05/2024	6h	R General Roberto A De Carvalho Filho
Condominio Green Work Boulevard	08/05/2024	12h	Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pe	Hospital Da Rede Hora Certa Socorro	21/05/2024	7h	Rua Cassio De Campos Nogueira,2031
Ceu Parque Do Carmo	08/05/2024	11h	Rua Gaspar Da Silva 214 - Vila Carmosina - São Paulo	Faculdade De Economia	21/05/2024	11h30	Av Professor Luciano Guaberto 908
Senal Vila Leopoldina	08/05/2024	12h	Rua Jaguaré Mirim, 71 - Vila Leopoldina - São Paulo	Pronto Socorro Butantã	21/05/2024	13h	Rua Augusto Faria 1125
Garagem Loga Jaguaré	09/05/2024	5h30	Avenida Marechal Mário Guedes,221	Hosp Mat. VI Nova Cachoeirinha	21/05/2024	6h	Av Deputado Emilio Carlos 3100
Comunidade Carente Loga Jaguaré	09/05/2024	6h30	Avenida Marechal Mário Guedes,221	Hospital Planalto	21/05/2024	6h	Rua Augusto Carlos Bauman 1077
Garagem Loga Hospital Jaguaré	09/05/2024	8h	Avenida Marechal Mário Guedes,221	Sede Caixa Econômica	21/05/2024	13h40	R. São Carlos Do Pinhal, 177 - Bela Vista
Garagem Jardim Helena Vi. Mara	09/05/2024	6h	Rua Bela Vista De Minas, 926 - Vila Helena - São Paulo	Shopping Santana Park	21/05/2024	13h40	Av Conselheiro Moreira De Barros, 2780 - Lauzane - São Paulo
Condominio Itaua Paulista	09/05/2024	11h	Avenida Paulista, 1938	Shopping Aricanduva	21/05/2024	13h40	Av Aricanduva, 5555 - Vila Aricanduva - São Paulo
Cemiterio Vila Formosa I E II	09/05/2024	9h	Av João Vinte Tres, S/N, S/N	Palacio Da Justica - Sé	21/05/2024	10h	Praça Clóvis Beviláqua
Memorial Da America Latina	09/05/2024	12h	Rua Auro Soares De Moura Andrade, 664 - B. Funda - Sp	Secretaria Da Fazenda - Lapa	21/05/2024	10h	Rua Afonso Sardinha, 67
Senal Bras Correia Andrade Modas	09/05/2024	12h	Rua Correia De Andrade, 232 - Bras - São Paulo	Consulado Geral Da Italia	21/05/2024	12h	Avenida Paulista - De 1867
Condominio Tower Bridge	10/05/2024	13h40	Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85	Batalhao Gcm Inspeatoria Regional	21/05/2024	13h	Travessa Simis, 360
Garagem Loga Seletiva Jaguaré	10/05/2024	7h	Avenida Goncalo Madeira, 300	Polícia Cientifica	21/05/2024	14h	Rua Moncorvo Filho 410
Condominio Green Village	10/05/2024	10h	Rua Bela Vista, 102	Gade 9 E Julho	21/05/2024	4h	Rua Conde Sarzedas 38

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brg. Luis Antônio, 2367 - 12º andar - Cx. 1201 e 1208 - Edifício São Paulo Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultas aos processos e empresas nacionais fabricantes dos produtos ou similares: **Munition 338 Lapus Magnum (338LM) 330gr BTHP O Curocho 338 Lapus Magnum (338LM) 330gr BTHP e composto dos seguintes componentes: estopio, espoleta, pólvora e grênetil encamisado.** A se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão e Declaração de Não Similitude. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Não Similitude.

São Paulo, 24 de abril de 2024.

ESTADO DO CEARÁ – TRIBUNAL DE JUSTIÇA – EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 01/2024. A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará torna público que realizará no dia **21 de maio de 2024, às 09:30 horas (horário de Brasília), na Sala de reuniões da Comissão Permanente de Contratação do TJCE, localizada na sede do Fórum Clóvis Beviláqua, no Bairro Edson Queiroz, à Rua Floriano Beneditos Magalhães, n.º 220, Fortaleza-CE, uma Concorrência Presencial do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a **“contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas em engenharia para execução da obra de reforma e ampliação da Sede Administrativa do TJCE”**. O Edital e demais informações estão à disposição dos interessados pelo site www.tjce.jus.br/institucional/licitacoes. Contato: das 8:00h às 18:00h, pelo e-mail cpl.tjce@tjce.jus.br ou whatsapp: (85) 3207-7100. Fortaleza-CE, aos 23 de abril de 2024. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade CONCORRÊNCIA 007/2024 - PA 3865/2024 – RECURSOS FEDERAIS – Contratação de empresa especializada para RECAPEAMENTO E RECONSTRUÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS DO JARDIM SÃO VICENTE E PAISAGEM RENOIR – COTIA. Abertura dia 10/05/2024 às 10:00 horas, na plataforma da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. O edital estará à disposição a partir de 25/04/2024 através dos sites da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br e da BLL: www.bll.org.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131. RONALDO LUIS PINTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS SEMAFÓRICOS.
Tipo: Menor preço global. Recebimento das propostas por meio eletrônico: A partir das 12h00min do dia 24/04/2024. Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa: Às 08h59min do dia 09/05/2024. Abertura da Sessão de Disputa de Preços: Às 09h00min do dia 09/05/2024. Disputa de lances: Às 10h00min do dia 09/05/2024. Valor estimado da licitação: R\$ 1.216.290,02. Fonte de recursos: Própria. Informações: O Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2024 estará disponível a partir das 12h00min do dia 24/04/2024 nos seguintes acessos: Portal eletrônico oficial do Município de Igarapava/SP, pelo link: <https://igarapava.sillicita.com.br/licitacoes/pesquisas/>; Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo link: <https://www.gov.br/pncp/pl-br>; Plataforma eletrônica de licitações (BLL COMPRAS), pelo link: <https://bll.org.br>; Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone/whatsapp: (16) 3173-8213 ou pelo e-mail: igarapava.ic3@gmail.com.

Igarapava/SP, em 23 de abril de 2024.

JOSE RICARDO RODRIGUES MATTAR - PREFEITO MUNICIPAL

FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEPESP
ASSEMBLEIA GERAL REMOTA
Pelo presente edital, ficam convocados todos os Professores e todas as Professoras do Centro Universitário SENAC São Paulo – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, no município de Águas de São Pedro/SP, base territorial incorporizada representada pela Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP, inscrita no CNPJ sob o nº 59.391.272/0001-58, com sede na Rua Machado Bittencourt, 317, cj. 81, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.044-000, para a Assembleia Geral Remota a ser realizada no dia 29 de abril de 19h00min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 17h00min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso é <https://us02web.zoom.us/j/87542039612?pwd=eG1CSi0ZEY2a0FuakNmVC9u7f3Zkd09>. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- Análise de eventual contraproposta patronal;
- Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
- Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

São Paulo, 24 de abril de 2024.

Celso Napolitano
Presidente

Superbac Biotechnology Solutions S.A.
CNPJ sob o nº 00.657.661/0001-94

Termo de Renúncia
Camilo de Oliveira Tedde, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9281542 e inscrito no CPF sob o nº 064.326.908-89, residente e domiciliado em Votorantim - SP, na Alameda Canadá, nº 37 – Residência Alphonse 2, CEP: 18118-018, Email: mmcdeed@hotmail.com, formalizo o meu pedido de Renúncia imediata, à Função e cargo de membro da Comissão de Administração da Superbac Biotechnology Solutions S.A., sociedade anônima com sede em Cotia - SP na Rua Santa Mônica, nº 1.025, Parque Industrial San José, CEP: 06715-865, inscrita no CNPJ sob o nº: 00.657.661/0001-94 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.340.604 “Companhia”, cargo para o qual fui eleito em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de junho de 2023. A renúncia é recebida nesta data pelo Sr. Luis A. Chacon de Freitas Filho (CPF nº 004.476.916-43 e Email: chacon@superbac.com.br) – Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Este Termo de Renúncia é assinado por meio eletrônico ou digitalmente, mediante certificado digital nos termos da ICP-Brasil e/ou assinatura eletrônica, utilizando plataforma como DocuSign (www.docuSign.com.br) ou similares, conforme disposto no art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sendo válido e eficaz e tendo valor probante, pois está apto a conservar a integridade de seu conteúdo e é idôneo para comprovar a autoria das assinaturas dos conselheiros da Companhia. São Paulo, 16 de abril de 2024. Camilo de Oliveira Tedde -CPF nº 064.326.908-89. Recebido em 16 de abril de 2024: Luis A. Chacon de Freitas Filho - CPF nº 004.476.916-43 - Presidente do Conselho de Administração da Superbac Biotechnology Solutions S.A. JUCESP n. 155.996/24-1, em sessão de 22.04.2024 – sob n. de protocolo 0.563.351/24-8.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAÍÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
Julgamento Menor Preço por item
Objeto: Aquisição de 01(um) veículo tipo automotor sedan, zero km, ano de fabricação 24/24, com 05 lugares incluindo o motorista, motor mínimo 1,0, potência mínima 75 cv, motor bicom bustível (álcool/gasolina), câmbio de 0,5 marchas, 05 portas, direção hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica, ar condicionado, vidros elétricos, travas elétricas, sistema de freio com abs, airbag duplo, tapetes de borracha para o interior, e todos os demais itens acessórios exigidos pelo código de trânsito brasileiro, nos termos da ampliação de metas do convênio nº 1491001/169/2022/SEGOV/PADEM, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Governo e o Município de Estrela do Indaíá-MG. Recebimento das propostas até às 08h do dia 07/05/2024. Início da sessão e disputa de preços: 08h10min. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA. Telefone de contato: (37) 3553-1200. Obtenção do edital licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br. Estrela do Indaíá, 23/04/2024.

Rylder Flávio Alves Cardoso - Pregoeiro Oficial

LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA – JARDINÓPOLIS SPE LTDA., inscrita no CNPJ/MF 43.669.148/0001-26, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO GAVEA JARDINS – UBERLÂNDIA II LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 32.439.557/0001-10, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO JARDIM ESPERADO MATÃO I SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF 41.187.309/0001-09, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO SANTA FE DO SUL LTDA SPE.,** inscrita no CNPJ/MF 39.892.396/0001-64, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO PARQUE BELAS ARTES – BROWDSKY SPE LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF 41.407.182/0001-05, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO RESIDENCIAL LISBOA – ITAPETININGA LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF 37.595.572/0001-70, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, **LOTEAMENTO TAMBÁU II LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF 33.764.793/0001-74, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020, conforme determina a Lei n. 6.766/79, no §2º, do art. 49, após o esgotamento das tentativas e diligências para sua localização e comunicação pessoal, encontrando-se assim em local incerto, não sabido, resolvo, pelo presente edital, **NOTIFICAR** os promitentes compradores dos lotes abaixo relacionados para comparecer no prazo imprerível de 10 dias a contar da publicação deste edital, na sede no endereço acima descrito ou, ainda, contatá-los pelo telefone (16) 4009-9459, para tratarem de assunto de seu interesse. Assim, pelo presente, ficam **NOTIFICADOS** na forma da lei e, para que ninguém possa alegar ignorância, expede-se esta notificação com prazo de 10 dias. O não comparecimento e a consequente desconconsideração desta notificação estão sujeitos às consequências legalmente previstas, com a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes.

Contrato	Empreendimento	Cliente	Quadra	Lote	CPF
44554	Bela Vista - Jardimópolis Elvís	Adriano Morel De Souza	9	15	199.536.438-06
39569	Bela Vista - Jardimópolis	Luciano Costa De Jesus	23	9	167.237.388-37
40060	Loteamento Gavea Jardins	Jordhanna Cunha Fernandes	4	32	120.437.516-03
40061	Loteamento Gavea Jardins	Jordhanna Cunha Fernandes	4	33	120.437.516-03
40118	Loteamento Matão (Eldorado I) - CS	Jhonorat Guilherme Gomes Tomas	5	18	502.420.108-65
38328	Loteamento Santa Fé - Fase 1	Luiz Freire Sobrinho	4	6	048.514.848-01
37440	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Neuza De Jesus Santos Silva	2	29	416.647.858-08
37440	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Charles Vieira Da Silva	2	29	260.880.528-05
36848	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Marciano Francisco Machado	3	1	295.216.148-89
43194	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Rosângela Luisa Martins De Araujo	3	20	356.664.498-69
43194	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Marcelo Fernando De Araujo	3	20	322.287.348-88
43872	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Lucas Barbosa Nogueira Jose	4	13	392.340.408-56
43872	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Francisca Teixeira Da Silva	4	13	381.859.758-84
44325	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Felipe Garcia Cardoso	4	23	405.281.258-18
44325	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Daniela De Cassia Da Silva Cardoso	4	23	304.640.178-74
44323	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Felipe Garcia Cardoso	4	24	405.281.258-18
44323	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Daniela De Cassia Da Silva Cardoso	4	24	304.640.178-74
37159	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Eliane Sodré Lima	4	28	257.973.178-42
37159	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Rafael Dantas Sodré Da Silva	4	28	104.857.938-00
44391	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Eliane Sodré Lima	4	29	257.973.178-42
44391	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Rafael Dantas Sodré Da Silva	4	29	104.857.938-00
36590	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Rodrigo Antonio Dos Santos	5	54	297.999.588-65
36590	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Eliana Pereira Ventresini	5	54	186.427.008-07
38120	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Luis Fernando Rodrigues Da Silva	10	12	335.253.848-40
43487	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Alisson Henrique Pinheiro Dos Santos	11	8	438.612.348-23
39268	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Silvio Dos Reis Bueno	11	20	663.273.458-24
41648	Parque Belas Artes - Brodowski V - (Sciaretta)	Maurilio Florentino De Souza	16	18	385.132.418-81
39337	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Lilian Antunes De Campos Freitas	F	3	326.475.988-86
39337	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Diego De Oliveira Freitas	F	3	046.020.209-09
44236	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Jeansmo Ricardo Nunes Vieira Junior	O	13	333.305.028-51
44237	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Jeansmo Ricardo Nunes Vieira Junior	O	14	333.305.028-51
44201	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Taylor Da Silva Campos	O	16	665.699.145-37
43897	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Wellington Alfredo Alexandre Pires	P	42	398.728.808-67
35696	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Diego Pronicça De Paula	Q	2	374.341.558-50
35696	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Caroline Molinari De Almeida Pronicça	Q	2	403.232.638-01
37471	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Lucas Kubchele Colaco Martins Antunes	Q	4	438.300.378-80
37471	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Jessica Joaze Paulo Martins Antunes	Q	4	400.051.908-51
37472	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Lucas Kubchele Colaco Martins Antunes	Q	5	438.300.378-80
37472	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Jessica Joaze Paulo Martins Antunes	Q	5	400.051.908-51
34842	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Lucas Kubchele Colaco Martins Antunes	Q	6	438.300.378-80
34842	Residencial Lisboa I (Itapetininga)	Jessica Joaze Paulo Martins Antunes	Q	6	400.051.908-51
37475	Tambau II	Sonia Aparecida De Oliveira Carmo	2	49	142.111.878-56

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 01/2024 - PROCESSO N. 77/2024. DO GABINETE DO EXMO. SENHOR PREFEITO: Atentando-se à determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, contida nos autos do processo TC-010095.989.24-0, **DETERMINO** a suspensão do processo licitatório até ulterior deliberação daquela corte. Urupês, 22 de abril de 2024. Alcemir Cássio Grégio - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ
A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE CREDENCIAMENTO POR INEXIGIBILIDADE Nº 02/2024. PARA “CREDENCIAMENTO DE OFICINEROS INTERESSADOS EM PRESTAR SERVIÇOS EM OFICINAS DOS ÓRGÃOS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA DE IPERÓ QUE VISEM À PRÁTICA DE ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS, BEM COMO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO COM ÊNFASE NA GERAÇÃO DE RENDA E NA ECONOMIA CRIATIVA” O PRAZO PARA PROTOCOLO DOS ENVELOPES SERÁ DE 24/04/2024 ATÉ 27/05/2024 EM DIAS ÚTEIS DAS 08:00 AS 18:00. O PROTOCOLO DEVERÁ SER FEITO NO PAÇO MUNICIPAL LOCALIZADO NA AV. SANTA CRUZ, Nº 355, IPERÓ/SP, TEL (15) 3459-9999. IPERÓ, 23 DE ABRIL DE 2024. LEONARDO ROBERTO FOLIM – PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 026/2024 PROC. ADM. n.º 1270/2024 Tipo da Licitação: Menor Preço Unitário do Item Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA PRODUÇÃO DE LEITE DE SOJA, CONHECIDO COMO “VACA MECÂNICA”, COM INSTALAÇÃO, AUXILIANDO NO REFORÇO ALIMENTAR DA MERENDA ESCOLAR E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. A realização da sessão será no dia 08/MAIO/2024 – Às 14h00 no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/Home/Login> O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: <https://www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): www.pncp.gov.br/app/editais Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 23 de abril de 2024. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade CONCORRÊNCIA 008/2024 – PA 7100/2024 – RECURSOS FEDERAIS – Contratação de empresa especializada para RECAPEAMENTO E RECONSTRUÇÃO ASFÁLTICA NA ESTRADA DO CAPUAVA – COTIA – LOTE 02. Abertura dia 10/05/2024 às 14:00 horas, na plataforma da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. O edital estará à disposição a partir de 25/04/2024 através dos sites da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br e da BLL: www.bll.org.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131. RONALDO LUIS PINTO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARUINA
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 048/2023
O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra reaberta nesta Prefeitura a CONCORRÊNCIA Nº 048/2023 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de obra de construção e montagem de reservatório de água tratado em concreto pré-moldado de 100m³, conforme demais especificações contidas no Edital. O encerramento do prazo para a entrega dos envelopes se dará no dia 29 de maio de 2024 às 09:00 horas no Departamento de Protocolo e Arquivo, na Rua Maranhão, nº 166, no Bairro Jd. São João, Jaguariúna/SP. O Edital completo poderá ser consultado e adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, sito à Avenida Jaguary, nº 164, Centro, Jaguariúna/SP, no horário das 08:00 às 16:00 horas, ou através do site www.licitacoes.jaguaruina.sp.gov.br a partir do dia 24 de abril de 2024. Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone: (19) 2660-4484, ou pelo endereço eletrônico: licitacoes@jaguaruina.sp.gov.br. Jaguariúna, 23 de abril de 2024.

Antonia M. S. X. Brasileiro - Departamento de Licitações e Contratos

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
UASG 80011
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - Objeto: Registro de preços para eventual compra de purificadores e filtros para purificadores. Abertura do pregão: 7/05/2024, às 14h00.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 - Objeto: Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção predial e serviços de engenharia por demanda nos imóveis atualmente ocupados pelo TRT15. Abertura do pregão: 9/05/2024, às 11h00.
Local de ambas disputas: Compras.gov.br - <https://www.gov.br/compras/pl-br>.
Cadastramento de Propostas até a abertura do Pregão. Integra dos editais: endereço eletrônico acima e site do TRT: https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxrx55T51F0A_DbaOH4fTciFuWVDUWoxbeXpsJaB0/edit#gid=0&fvid=237527314.
Informações: licita@trt15.jus.br. Coordenadoria de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARÉ
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO Nº 039/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024
O DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO torna público para conhecimento dos interessados que resolve RETIFICAR o Edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024 – Processo nº 039/2024, que tem por objeto o Registro de Preços visando futuras aquisições de medicamentos necessários à Farmácia Municipal, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I que integra o Edital, para fins de constar no item 10.1.1, que o valor da proposta deverá ser com até 03 (três) casas decimais, passando a ser portanto a seguinte redação: “10.1.1 Na PROPOSTA deverão obrigatoriamente ser informadas especificações detalhadas dos produtos ofertados, inclusive marca e modelo, valores em moeda corrente nacional, utilizando-se até 03 (três) casas decimais após a vírgula, validade da proposta e demais características que permitam a perfeita e plena identificação dos produtos, de acordo com as exigências editalícias”.
O Edital e anexo nos quais as declarações exigidas no Edital de licitação em curso, fica redesignada a data de acolhimento e abertura para: Recebimento das Propostas: de 26/04/2024, até às 08h30min do dia 13/05/2024. Abertura das Propostas: às 08h31min do dia 13/05/2024. Início da Sessão de Disputa: às 09h00min do dia 13/05/2024. Local: www.bll.org.br. Modo de Disputa: Aberto OBS: O Edital Retificado encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.guararapes.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores informações contem via e-mail: compras@guararapes.sp.gov.br. Guarapare, 23 de abril de 2024.

Maria Marta Justí - Diretora do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
CHAMAMENTO PÚBLICO
Comunica aos interessados a abertura de Credenciamento Público nº 001/2024 – Edital nº 046/2024 - Processo nº 054/2024. Objeto: Credenciamento a padaria contratada de Farmácia para manipulação de medicamentos para atendimento de pacientes e uso das Unidades de Saúde no Município de Palmital/SP. O envelope contendo os documentos de Habilitação e as declarações exigidas no Edital será recebido a partir de 29/04/2024, na Sede da Prefeitura, Setor de Licitações, na Rua Joaquim Nascimento Lourenço, 119, Centro, CEP: 19970-074, em Palmital/SP, das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min. Integra do edital e anexos no site: www.palmital.sp.gov.br e no PNCP. Informações: (11) 3351-9333, ramal 282. Ptal, 23 de abril de 2024. LUIS GUSTAVO MENDES MORAES – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE
GUAIÁRA SP
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital Retificado
Nº 210/2023
Processo Nº 372/2023
Tomada De Preços
nº 20/2023
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obras de REFORMA DA PRACA/QUADRA “JOÃO SULINO” - Termo de Convênio nº 101372/2023, que após suspensão do referido processo para adequações fica a Data de Entrega dos envelopes “Habilitação”, “Proposta” e “Abertura dos Envelopes” para o dia 14 (quatorze) de maio de 2024 às 10h00 no prédio da Prefeitura situada na Av. Gabriel Garcia Leal, nº 676, Pq. Maracá, Guaiará/SP. Disponibilizamos o Edital a partir do dia 18/04/2024, das 10h às 18h, no Depto. de Contratos, situado no mesmo endereço retro, ou pelo site da Prefeitura no link LICITAÇÕES <https://www.guaira.sp.gov.br/licitacoes/categoria/23/tomada-de-precos/>. Maiores informações: (17) 3332-5105. Guaiará, 23 de abril de 2024. Antônio Manoel da Silva Júnior – Prefeito.

Prefeitura Municipal
de Carapicuíba
Avissos de Licitações:
Concorrência Presencial nº 17/24
Processo nº 10231/24 Objeto: Contratação de empresa para pavimentação e recapeamento asfáltico das ruas: Itaú, Pongai, Maria Rocha, Alberi Ribeiro e via Amador, localizadas em diversos bairros neste município. Recebimento e abertura dos envelopes dia 16/05/24 às 09h.
Concorrência Presencial nº 18/24 Processo nº 10254/24 Objeto: Contratação de empresa para recapeamento asfáltico das ruas: Leopoldo, Iraporã, Sentinela, Olímpia, Hadia Feres, Toledo, Eduarda, do Coração, Estrela do Sul, Célia, Supucipa, Caveuna, Presidente Epitácio, Piedade, Cachoeira, Parque da Fonte, Pongaba, Turmalina de Neves e Caju, Caju e Célia Marques, localizadas em diversos bairros neste município. Recebimento e abertura dos envelopes dia 17/05/24 às 09h.
Chamamento Público Presencial nº 01/24 Processo nº 548/24 Objeto: Qualificação e seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos em conformidade com a lei municipal nº 3.493/2017, com a lei nº 14.133/2021, bem como com a lei nº 9.637/1993, para firmar contrato de gestão com o município de Carapicuíba, objetivando o gerenciamento, operação e abertura dos envelopes dia 16/05/24 às 09h. Edital disponível no site: www.carapicuiaba.sp.gov.br e no Depto. de Licitações e Compras, p/ retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442, e no portal www.carapicuiaba.sp.gov.br. Carapicuíba, 23 de abril de 2024. Marco Aurélio dos Santos Neves - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL
PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados que está aberto o **Pregão Eletrônico 24/24**, Processo 1.428/24 – Objeto: Aquisição de marmitas para diversos departamentos – Encerramento dia 07/05/2024 às 08:30 horas. O edital completo poderá ser adquirido nos sites: www.conchal.sp.gov.br, www.bnc.org.com.br, portal PNCP e ou pelo e-mail: edital@conchal.sp.gov.br. Conchal, 23 de abril de 2024. LUIZ VANDERLEI MAGNUSSEN Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA
AVISO DE ABERTURA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024
OBJETO: Fomento econômico de empreendedores constituidos nos ramos de alimentação, bebidas ou eventos, interessadas em adquirir autorização para explorar a praça de alimentação “Rua do Turista” na 136ª Festa de Maio de Itapira/SP. Período do Credenciamento: A partir do dia 24/04/2024 à 30/04/2024. Cesar Ricardo Lupinacci, Secretário de Cultura e Turismo.
O edital estará disponível aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 23 de

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA 009/2024 – PA 7215/2024 – RECURSOS FEDERAIS – Contratação de empresa especializada para RECAPAMENTO E RECONSTRUÇÃO ASFALTICA em DIVERSAS RUAS DOS BAIRROS JARDIM LINA, VILA JOVINA, JARDIM PIONEIRO E GRANJA VIANA – LOTE 03 – COTIA. Abertura dia 10/05/2024 às 16:00 horas, na plataforma da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. O edital estará à disposição a partir de 25/04/2024 através dos sites da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br e da BLL: www.bll.org.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131. RONALDO LUIS PINTO.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO LEILÕES EXTRAJUDICIAIS
Leilão eletrônico online - WWW.VEGASLEILÕES.COM.BR
1º Leilão - 13/05/2024 às 15h00 | 2º Leilão - 20/05/2024 às 15h00 (DF)

Hugo Alexandre Pedro Alem, Leiloeiro Oficial, JUCESP 935, autorizado pela Credora/Fiduciária SICOB COCRED COOPERATIVA DE CREDITO, CNPJ/MF 71.328.769/0001-81, venderá em 1º ou 2º Público Leilões na modalidade online, na forma da Lei 9.514/97, o seguinte bem: Matrícula 26.322 do RI de Linas/SP. Um prédio residencial tipo BUI-3-47, com 47,19 m² de área construída, situado à Rua Elzira Antonia da Silva Ferrazoni nº31, Conjunto Habitacional Lins III, na cidade de Lins/SP e seu respectivo terreno, lote 21 da Quadra 03, com área total de 225,24 m². Cadastro municipal 03.237.018. 1º LEILÃO: Lance inicial R\$212.417,16; 2º LEILÃO: Lance inicial R\$191.340,78. Imóvel ocupado, sendo responsabilidade e ônus exclusivo do arrematante sua desocupação. ÔNUS: Eventuais constantes nas matrículas imobiliárias disponíveis no site. PAGAMENTO: Totalidade do valor do lance em até 24 horas da arrematação mais a comissão de 5% sobre o lance total ofertado em favor do leiloeiro, no mesmo prazo. O arrematante ficará responsável pelos débitos de IPTU e/ou ITR e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação, bem como ITBI e custos cartoriais para lavratura e registro da escritura e/ou outro documento/taxa/imposto necessário a transferência. Venda em caráter ad corpus. E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possam alegar desconhecimento do feito é publicado o presente Edital, devendo os interessados tomar ciência do Edital completo e regras para participação no site www.vegasleiloes.com.br. Ficam os Devedores/Fiduciários/Garantidores intimados por meio deste edital das datas, horários e local do leilão. Informações (16) 3877-9797.

SEST SENAT Serviço Social do Transporte
Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

UNIDADE C 105 – Limeira/SP
ATO AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
ATO CONCORRÊNCIA Nº 0004/2024
O Serviço Social do Transporte – SEST, torna pública a homologação e adjudicação da Concorrência nº 0004/2024, cujo objeto é a Contratação de serviços de serralheria (confeção e instalação de guarda corpo, estrutura para hasteamento de bandeiras (cabo de aço e roldanas em base existente) e estrutura decorativa – desmontável), em favor da empresa **MAURO SERGIO EVARISTO 91774756153**, CNPJ: 23.631.004/0001-73, no valor total de R\$ 31.850,00 (Trinta e um mil, oitocentos e cinquenta reais).
Juliana dos Santos Silva
Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE GESTÃO
CORPORATIVA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

DIVISÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS
SERVIÇOS DE SUPRIMENTOS
COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO 006-2024

Pregão Eletrônico SRA-SP nº 006- Registro de preços para prestação do serviço de transporte de mobiliários, transferência técnica ordenada de documentos, desmontagem, transporte e montagem de arquivos deslizantes e transformação estrutural de arquivo deslizante de sistema eletrônico para mecânico com fornecimento de peças, necessários para realizar as mudanças em imóveis aos quais o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) presta serviços logísticos em São Paulo, para fins de compartilhamento junção de espaço conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. ABERTURA 09/05/2024, às 10:00 horas – Local: Av. Prestes Maia, 733 – sala 1817 – São Paulo/SP. Edital disponível para download: www.comprasgovernamentais.gov.br.
São Paulo/SP, 24 de abril de 2024
Wagner Fabri
Pregoeiro-SRA-SP

AVISO GERAL

Referência: Processo nº E-20/001.011500/2023

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DPRJ
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2024
Processo: E-20/001.011500/2023

Objeto: O presente Chamamento Público tem por objetivo a prospeção do mercado imobiliário no Rio de Janeiro, com o fito de viabilizar possível futura locação de imóvel, na modalidade "built to suit" para abrigar os órgãos de atuação da Defensoria Pública em Nova Iguaçu, a saber: 05 varas civis; 02 juizados especiais civis; 02 varas criminais; 02 varas criminais de competência para atuação junto ao Tribunal do Júri; 01 juizado especial criminal; 01 juizado de violência doméstica, com atribuição para defesa do imputado; 01 juizado de violência doméstica, com atribuição para defesa da vítima; 04 varas de família; 02 varas da infância, juventude e do idoso; 01 NPA do consumidor, da infância, da juventude e do idoso; 01 NPA de família; 01 NPA Civil; mediante coleta de propostas técnicas de eventuais interessados que atendam aos requisitos mínimos especificados neste Edital, conforme Termo de Referência que segue em anexo (ANEXO I).

Tipo: Chamamento Público

Data da publicação do Edital: 24/04/2024

Local para retirada do Edital: O edital do chamamento público está disponível gratuitamente no seguinte sítio: <https://transparencia.rj.df.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes> e no PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pl-br>.

Data, hora e local para recebimento dos envelopes: Os documentos para credenciamento constantes no edital deverão ser entregues e protocolados presencialmente no Núcleo de Licitações, localizado na Av. Marechal Câmara, 314 - 3º andar - Centro/RJ até o dia 15/05/2024, até às 13h59.

Resultados – Divulgação da seleção: O resultado será publicado no Portal da Transparência da DPRJ, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial Eletrônico da DPRJ

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA Nº 05/2024
PROCESSO Nº. 52/2024
DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME:
10 de MAIO de 2024, às 09h00min.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA PRAÇA MANOEL MARQUES SILVA E CANTEIRO CENTRAL. Encontra-se aberto no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura de Pirapozinho, a CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA Nº 05/2024 – PROCESSO Nº. 52/2024, com fundamento na Lei Federal nº. 14.133/2021, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA PRAÇA MANOEL MARQUES SILVA E CANTEIRO CENTRAL**, conforme especificações apresentadas junto ao Edital e seus anexos, **com a recebimento das propostas a partir o dia 24 de ABRIL de 2024, às 08h00min, com o encerramento no dia 10 de MAIO de 2024, às 8h30min.** A Concorrência na forma Eletrônica será realizada através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL). **Iniciando a etapa de lances a partir do dia 10 de MAIO de 2024, às 09h00min, horário de Brasília-DF.** O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.bll.org.br e www.pirapozinho.sp.gov.br – link: Licitações – Consultas de Editais e www.pncp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no telefone (18) 3269-9900 R: 9919 ou e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. Prefeitura do Município de Pirapozinho, 23 de ABRIL de 2024. Claudioimir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

FALÊNCIA DE "RICON COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA"
FECHAMENTO DO 1º LEILÃO: 25/04/2024 A PARTIR DAS 16h15
HYUNDAI/ELANTRA GLSR, 1995/1995
O veículo encontra-se depositado na Avenida dos Bandeirantes, 584, Utinga - Santo André/SP e será vendido no estado em que se encontra.
Lance Inicial: R\$ 7.619,00
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasiloeiro.com.br
leilaojudicial@freitasiloeiro.com.br Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

LEILÃO JUDICIAL
Somente Eletrônico

Falência de COMPANHIA GRÁFICA P. SARCINELLI
Fechamento 1º Leilão: 25/04/2024, às 16h30 | Lance Inicial: R\$ 1.917.297,47
IMÓVEL LOCALIZADO EM MANAUS/AM - ÁREA TOTAL - 2.048,97m²
Imóvel situado na Rua Magalhães Barata, nº 200, bairro Crespo, Manaus/AM, com o referido terreno existe uma edificação de dois pavimentos e um galpão. Matrícula nº 451 do Cartório de Registro de Imóveis de Manaus/AM.
Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasiloeiro.com.br
leilaojudicial@freitasiloeiro.com.br Mais informações fale com Rodrigo Jacobetti, ramal 108 (11) 3117.1000

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

"COPALLIANE S/A"
NIRE: 3530062958-2 - CNPJ: 10.664.726/0001-82

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CUMULATIVAS
COPALLIANE S.A., com sede social, escritório administrativo, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, no Edifício Setim Midtown Office, na Rua José Paulino, nº 235, salas 501-502, CEP 13.013-000, de acordo com o Estatuto Social, convoca através do presente edital, todos seus Acionistas, para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Cumulativas, que será realizada no dia 10/05/2024, às 9:00 horas, na sede da empresa, para decidir a pauta com os seguintes assuntos: **Ordem do Dia: a) AGO/AGE:** a) Apresentação de contas, balanço patrimonial, demonstração do resultado, do exercício de 2023; b) Destinação das sobras ou perdas apuradas no exercício 2023; c) Deliberação sobre a integralização do capital subscrito; d) Plano sobre as metas para o exercício 2024; e) Outros assuntos de interesse geral da companhia.
GILBERTO BORGIO - Diretor Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90020/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de uniformes, em tamanho personalizado, e conjunto de identificação para os agentes de polícia judicial do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Envio das propostas: até 13 horas de 07/05/2024, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do site www.gov.br/compras/pl-br. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 24/04/2024, exclusivamente no meio eletrônico <https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes>. São Paulo, 22 de abril de 2024. **Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material.**

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA/SP
EXTRATO DE EDITAL
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2024
A Prefeitura Municipal da Estância Climática de Nuporanga, Estado de São Paulo, torna pública que se encontra aberta o CHAMAMENTO PÚBLICO, que tem como objeto a **CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA, PARA REABILITAÇÃO DE PACIENTES ENCAMINHADOS ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**, valor pré-fixado pela Prefeitura Municipal, após realização de cotações no mercado atual, auferindo valor médio por sessão que consta no Edital, bem como a **SESSÃO PÚBLICA DO CHAMAMENTO PÚBLICO** terá início no dia 21 de maio de 2024, às 09:00 horas, no Departamento de Compras, Licitações e Almoxarifado, sito na praça Eloy Lima, 260, centro, Nuporanga/SP. Os interessados poderão adquirir a íntegra do Edital pelo site oficial da Prefeitura Municipal: www.nuporanga.sp.gov.br/licitacoes, ou no Departamento de Licitações, no endereço já descrito acima, trazendo um pen drive para que possa ser gravado o Edital, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.
Nuporanga, 22 de abril de 2024.
Daniel Viana Melo - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ATO AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024 – SEMINFRA - UASG: 927644

Objeto: PAVIMENTAÇÃO URBANA NO BAIRRO CARANAZAL NO MUNICÍPIO DE SANTAREM-PA. Abertura das propostas: 03 de junho de 2024 às 09h00 no site: <http://www.gov.br/compras>. Informações gerais: O edital está disponível na página eletrônica www.santarem.pa.gov.br.

Santarém (PA), 23 de Abril de 2024.
Ana Flávia Lopes Ferreira
Presidente da Comissão

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO - SP - Sede: Rua Alagoas, 271, Ribeirão Preto - Campos Eliseos, Subsete Rua Voluntários da França, nº 1.394 - 9º andar - sala 904, Franca, Estado de São Paulo - CNPJ nº 57.709.966/0001-10 - Sede e Foro Jurídico Ribeirão Preto - Base Territorial Regional Inter-Municipal - **Eleições Sindicais - Edital de Divulgação de Resultado de Pleito** - Fazer saber que este edital vierem, ou dele tiverem conhecimento, que na eleição e comerciais em 1º escrutínio neste Sindicato, nos dias 09 e 10 de abril de 2024, a chapa de nº 01 (um), denominada Junco Somos Fortes, a qual estava composta da seguinte forma: Diretor Presidente - Antônio Guerreiro Filho, Diretor Secretário Geral - Antônio Augusto Pereira Lopes, Diretor Secretário de Finanças - José Angelo Pita, Diretor Secretário de Organização e Atividades Complementares - Jailson Chaves Sales, 1º Suplente de Diretoria - Carla Aparecida Martins, 2º Suplente de Diretoria - Tales Henrique Parente, 3º Suplente de Diretoria - Fabiano dos Santos, 4º Suplente de Diretoria - Claudia Helena Silva Antimim, 1º Membro Efetivo do Conselho de Fiscalização Financeira - Helyton de Oliveira, 2º Membro Efetivo do Conselho de Fiscalização Financeira - Paulo Sérgio Carvalho, 3º Membro Efetivo do Conselho de Fiscalização Financeira - César Alves Gaspar, 1º Membro Suplente do Conselho de Fiscalização Financeira - Antônio Luiz Telles, 2º Membro Suplente do Conselho de Fiscalização Financeira - Danilo Noveis Machado e 3º Membro Suplente do Conselho de Fiscalização Financeira - Sebastião Geremias da Silva, 1º Delegado Representante junto a FEDERAÇÃO - Antônio Guerreiro Filho, 2º Delegado Representante junto a FEDERAÇÃO - José Angelo Pita, 1º Suplente de Delegado Representante junto a FEDERAÇÃO - Antônio Augusto Pereira Lopes e 2º Delegado Representante junto a FEDERAÇÃO - Carla Aparecida Martins, obtive maioria absoluta de votos, tendo sido proclamado eleitos todos os seus integrantes. Os eleitos serão empossados no dia 31/05/2024, às 08:00 hs, na sede social da entidade, devendo cumprir mandato no quadriênio 2024/2028. Nada mais. Ribeirão Preto, 24 de abril de 2024. **Antônio Guerreiro Filho - Presidente.**

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA
COMUNICADO Nº 85/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SEXO FEMININO) PARA ATUAR NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA SAÚDE DA MULHER DE RIBEIRÃO PRETO (CRSMRP-MATER) (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:
Data: 0h do dia 24/04/2024 às 14h do dia 26/04/2024
As inscrições serão efetuadas através da internet no site www.faeпа.br

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental, expedido por escola oficial ou reconhecida, ou Declaração de Conclusão do curso fornecida pela escola.
Taxa: R\$ 10,00 (dez reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário: **R\$ 1.846,13 (mil, oitocentos e quarenta e seis reais e treze centavos)**
Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faeпа.br

Sindicato das Secretárias do Município de Campinas e Região "SINSECAMP" - CNPJ. 05.619.058/0001-42 - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - A Presidente do SINSECAMP no uso de suas atribuições estatutárias, com sede na Rua Regente Feijó, 95 - Centro - 13026-505 - Campinas /SP, convoca todos os profissionais secretários que exerça função vinculada à categoria profissional, observando-se as disposições da Lei nº 7377/85, combinada com a Lei nº 9261/96, e demais denominações existentes para a profissão, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Campinas e Região, sindicalizados ou não dos segmentos econômicos representados pelas Federações do Comércio e da Indústria e entidades representativas de suas bases (Sindicatos das Empresas de Apoio à Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizados); de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis, Residência e Comerciais; dos Condomínios Residenciais e Comerciais; das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento; Perícias, Informações e Pesquisas; os Estabelecimentos Particulares de Ensino Superior; da Construção Civil; das Indústrias em Geral; dos Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional e Entidades afins; das Embaixadas, Organismos Internacionais, da Administração Direta, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (Intermunicipal e municipal); Empresas/Escritórios/Sociedade de Advocacia; Hospital, Casas de Saúde e Clínicas e demais setores particulares, com sede intermunicipal e municipal no Estado de São Paulo, para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 29 de abril de 2024, segunda-feira, às 11h30 e 12h00 1ª e 2ª convocações, respectivamente, sendo esta última com qualquer número de presentes, por meio de videoconferência no aplicativo Zoom Meeting, para deliberação da seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão, votação e aprovação da Pauta de Reindicação para 2024; 2) Autorização para estabelecer data-base, manter as já existentes 1ª de maio e 1º de junho, convenções, acordos e instaurar dissídios, caso não haja acordo; 3) Discussão, votação, aprovação ou não, do percentual de contribuição assistencial a ser definido pela assembleia, para sócios e não sócios, formas de desconto no pagamento, bem como se autorizando, ou não, a assembleia, o pagamento em folha de pagamento, com o repasse dos valores relativos à contribuição assistencial ao sindicato, em conformidade com disposto no artigo 8º, incisos III e IV da Constituição Federal e o, artigo 513, letras "b" e "d" da CLT; 4) Assuntos Gerais. O método didático proposto depende de equipamento dotado de câmera e áudio, bem como da prévia instalação do aplicativo Zoom Meeting no computador, celular, notebook ou tablet que será utilizado para este fim. Tutorial de acesso no link abaixo. O link de acesso e as orientações gerais para participação na reunião via internet é: <https://www.soniive.com.br/assembleiasvirtuais/sinsecamp-ave-29-04-2024/> Desnecessária inscrição antecedente. Campinas/SP, 22 de abril de 2024. **Ordina Frattini - Presidente.**

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 10.678.505/0001-63 - NIRE 35.300.366.476 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2024
1. Data, Hora e Local: Realizada em 19 de março de 2024, às 15:00 horas, por videoconferência, sendo considerada realizada na sede da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na Rodovia Comendador Mario Dedini, km 108+657m, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 13.320-970. **2. Convocação e Quórum:** A convocação foi dispensada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, representando 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia ("Acionistas"). **3. Composição da Mesa:** o Sr. Tiago de Brito Ribeiro Alves Caseiro, na qualidade de Presidente da mesa e o Sr. Anderson Emanuel dos Santos, na qualidade de Secretário da mesa. Constituída a mesa, o Senhor Presidente declarou instalada a assembleia geral extraordinária da Companhia ("AGE"). **4. Ordem do Dia: (I)** Deliberação acerca do Décimo Sétimo Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, datado de 06/08/2021, para a alteração e prorrogação da data final prevista na Cláusula 4.7. "i); e (II) Autorização aos administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações ora tomadas. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou ressalvas, os Acionistas deliberaram: a) Autorizar a Companhia a firmar, na qualidade de interveniente-ante, o Décimo Sétimo Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, datado de 06/08/2021, que tem por objeto a alteração e prorrogação da Data do Prazo final prevista na Cláusula 4.7. "ii); que passará a vigorar com a seguinte redação: **"4.7. Prazo, Rescisão.** Caso (I) o Fechamento não ocorra até (inclusive) 30 de abril de 2024 (**"Data do Prazo Final"**), ou (II) qualquer Autoridade emite, promulga ou decreta qualquer Lei ou Ordem, em caráter permanente, que entre em vigor e torne a Operação aqui prevista ilegal ou que de outra forma impeça a sua realização, ou (III) haja atribuição de efeito suspensivo, não revogado em até 30 (trinta) dias de sua concessão, a recurso eventualmente interposto contra a homologação do Novo Plano de Rota, ou (IV) qualquer Condicion Suspensiva se torne impossível de ser satisfeita e, quando cabível renúncia, não seja renunciada pela Parte a que caberia a referida renúncia, qualquer Parte poderá, a seu exclusivo critério, de forma imediata e mediante notificação a outra Parte neste sentido, rescindir o presente Contrato, sendo certo que a hipótese do item (iv) poderá ser invocada pela Parte em questão, para fins de rescisão do presente Contrato nos termos desta Cláusula 4.7., mesmo que haja impossibilidade e ausência de renúncia ocorrente antes da Data do Prazo Final; ou ainda, a rescisão do presente Contrato também se dará (iv) caso haja acordo entre todas as Partes, em qualquer das hipóteses aqui previstas, para todos os fins de direito, não sendo devida qualquer quantia de uma Parte a outra, a título de multa, indenização, reembolso de custos ou despesas ou a qualquer título, sem prejuízo, contudo, de eventuais perdas e danos decorrentes da violação dos termos do presente Contrato. Caso haja a rescisão do presente Contrato por quaisquer das hipóteses previstas nesta Cláusula 4.7, as obrigações e disposições contidas nas Cláusulas 10 a 15 deverão permanecer em pleno vigor e efeito, inclusive aplicáveis". b) Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações ora tomadas, inclusive atos necessários para o cumprimento pela Companhia dos termos do Décimo Sétimo Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, datado de 06/08/2021. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a AGE, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Salto, 19 de março de 2024. Tiago de Brito Ribeiro Alves Caseiro – Presidente da Mesa; Anderson Emanuel dos Santos – Secretário. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Mesa:** Tiago de Brito Ribeiro Alves Caseiro – Presidente; Anderson Emanuel dos Santos – Secretário. **Acionistas:** AB Concessões S.A., José Renato Ricciardi e Alexandre Tujiski; **Linhas International Holding B.V.** Tiago de Brito Ribeiro Alves Caseiro, Juana Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob nº 156.592/24-1 em 19/04/2024. Maria Cristina Frey – Secretária Geral.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA - SECRETARIA DE FINANÇAS
DESPACHO
Processo nº 36/2024 – Pregão Eletrônico nº 10/2024
Objeto: Aquisições futuras e parceladas de materiais de enfermagem para o posto de saúde do município de Adamantina
Ref: SUSTAÇÃO TEMPORÁRIA DO CERTAME.
Tendo em vista a informação da Secretaria de Finanças deste Município solicitando alterações no edital em sede do Pregão Eletrônico nº 10/2024 mencionada em epígrafe, determino a **SUSTAÇÃO TEMPORÁRIA DO CERTAME** com sessão marcada para o próximo dia 02 de Maio de 2024 para as competentes adequações.
Aguardar-se a ulterior adequação e republicação do instrumento convocatório. Publique-se.
Adamantina, 22 de março de 2024. **MARCIO CARDIM - Prefeito do Município**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA - SECRETARIA DE FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitação nº 46/2024 - Concorrência Eletrônica nº 09/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para obra de ampliação de salas na EMEF Orla e Sonho de Criança, localizada na Rua Antônio Ribeiro Ribeiro, nº 55, Conjunto Habitacional Governador Mário Covas Jr, Adamantina/SP
O Município de Adamantina informa a abertura da Concorrência Eletrônica nº 09/2024 que será realizada às 09h00min do dia 06/06/2024. O Edital poderá ser retirado nos links: www.bllcompras.org.br e www.adamantina.sp.gov.br. Informações pelo fone (18) 3502-9010 ou 9045, e-mail: licitacao@adamantina.sp.gov.br. A presente Concorrência de Licitação será processada e julgada de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Adamantina, 23 de abril de 2024. **JOÃO LOPES DE OLIVEIRA - Secretário de Finanças**

LEILÃO DE CASA - GUARIBA/SP
Online

bradesco zuk

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Piat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrita no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infratracadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** Guariba/SP, Jardim São Francisco, Avenida Antônio Koichi Igarashi, nº 40. **Casa** (Lote 39 da Quadra B). Áreas totais: 300,00m² e constr: 103,28m². Matr.: 080 do RI local. Obs.: Ocupada. (AF). 1º Leilão: 14/05/2024, às 11:00h. Lance mínimo: R\$ 357.830,16. 2º Leilão: 16/05/2024, às 11:00h. Lance mínimo: R\$ 271.966,51 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 14 dias antes do evento. O Fidejussor será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 5 do artigo 27 da lei 9.514/97, incluindo pela 13 e 14 de maio de 2024. **Informações: 0202-0071-0001. Interessados e interessados em participar do edital completo disponível nos sites: <https://VITRINEBRADESCO.com.br/> | PORTALZUK.com.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA/SP
EXTRATO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2024
PROCESSO Nº 42/2024
A Prefeitura Municipal da Estância Climática de Nuporanga, Estado de São Paulo, torna pública que se encontra aberta a licitação pública, modalidade PREGÃO PRESENCIAL DE MENOR VALOR GLOBAL, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIO/PESADOS, MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS DA FORTUA MUNICIPAL**, bem como a **SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL** terá início no dia 15 de maio de 2024, às 09:00 horas, no Departamento de Compras, Licitações e Almoxarifado, sito na praça Eloy Lima, 260, centro, Nuporanga/SP. Os interessados poderão adquirir a íntegra do Edital pelo site oficial da Prefeitura Municipal: www.nuporanga.sp.gov.br/licitacoes, ou no Departamento de Licitações, no endereço já descrito acima, trazendo um pen drive para que possa ser gravado o Edital, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.
Nuporanga, 22 de abril de 2024.
Daniel Viana Melo - PREFEITO MUNICIPAL

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20240017

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20240017, de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Conexões PVC diversas, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 902952024, até o dia 16/05/2024 às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 17 de Abril de 2024. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA. PREGOEIRA

FAPESP
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Acha-se aberta na FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP (UASG 48101) a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2024, referente ao processo SEI nº 255.00000171/2024-12, destinada à participação restrita de ME/EPP/EQUIPARADAS, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Compras.gov.br", cujo objeto é a constituição de sistema de registro de preços para aquisição papel não clorado, no formato A4. A realização do pregão será no dia 07/05/2024, a partir das 09h30min. O edital na íntegra estará disponível para consulta nos sites www.gov.br/pncp, www.gov.br/compras e <https://fafesp.br/index.php/pregoeseletronicos>

São Paulo, 23 de abril de 2024.
Thiago Vasconcelos de Souza
Subsritor do Edital

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS METALÚRGICAS DE MATÃO – METALCOOPCRED
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – PRESENCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Metalúrgicas de Matão – METALCOOPCRED, CNPJ nº 53.505.681/0001-06, NIRE 35.400.001-780 no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data se encontram em número de 2.422 (dois mil, quatrocentos e vinte e dois), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no auditório do Sincormércio Matão/SP, situado na Rua 1425, Centro, bairro 1425, Centro, bairro 1425, Centro, bairro 1425, Centro, bairro 1425, CEP 15.990-160, no dia 30 de abril de 2024, obedecendo aos seguintes horários: "quórum" para sua instalação, cumprindo o que determina o Estatuto Social. 01) em primeira convocação: às 15:30 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, 02) em segunda convocação: às 16:30 horas, com a presença de metade mais um dos associados. 03) em terceira convocação: às 17:30 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:
01. Prestação de Contas referente ao exercício de 2023, compreendendo o Relatório da Gestão, Balanço, Demonstrativo da Conta Sobras ou Perdas e Parecer do Conselho Fiscal;
02. Destinação dos resultados apurados no exercício de 2023 e sua fórmula de cálculo;
03. Fixação do valor da Cédula de Presença dos membros da Diretoria Executiva;
04. Fixação do valor da Cédula de Presença dos membros do Conselho Fiscal;
05. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:
01. Renovação do Plano de Sucessão de Administradores.
02. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

OBSERVAÇÕES:
Nota: A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrerá de forma presencial e será realizada no auditório do Sincormércio Matão/SP, localizado na Avenida Sete de Setembro, 1425, Centro, fora da sede da Cooperativa por falta de espaço físico adequado em suas dependências.
Matão/SP, 18 de abril 2024.
João Cezar Groto
Diretor Presidente

IA abre oportunidade para energia limpa no Brasil

Como disse Bill Gates, data centers agora são medidos em megawatts

Ricardo Mussa

Engenheiro de produção, é CEO na Raízen desde 2020 e lidera a força-tarefa de transição energética e clima do B2o Brasil

Quando Steven Spielberg lançou o filme “AI”, no começo do milênio, a inteligência artificial (IA) era vista como mera ficção. Duas décadas depois, o tema ganhou materialidade, de que todos podem usufruir: da transcrição automática de áudios de familiares no WhatsApp ao ChatGPT —a ferramenta revolucionária da OpenAI que permite simular conversas, produzir textos e solucionar problemas lógicos complexos, entre múltiplas possibilidades.

O primeiro efeito imediato da IA é o crescimento exponencial do volume de processamento de dados. Apenas para ter uma ideia: embora os gigantes do setor de tecnologia da informação não costumem revelar números, calcula-se que o ChatGPT já esteja consumindo mais de meio milhão de quilowatts-hora de eletricidade para dar respostas a cerca de 200 milhões de questões por dia e que seu uso já responda por mais de 17 mil vezes (!) a quantidade de eletricidade do uso de uma fa-

mília americana, de acordo com reportagem da revista The New Yorker. Para dar conta de tanta demanda, os chips dos computadores, cada vez mais compactos, precisam movimentar elétrons em espaços menores, o que aquece os servidores dos data centers. Ou seja, os data centers vão requisitar, com cada vez mais intensidade, sistemas robustos de ar-condicionado para a refrigeração constante desses servidores. Tudo isso exige muita ener-

gia. Estima-se que, em 2022, os data centers tenham demandado entre 240 e 500 terawatts-hora de eletricidade, cerca de 1 a 2% do consumo mundial —mais do que a Austrália usa como país (no patamar de 1%) e mais do que o uso da França (no patamar de 2%), diz reportagem da The Economist. Somente as quatro big techs (Amazon, Google, Meta e Microsoft), responsáveis por 80% da capacidade de data centers de hiperescala em 2022, usaram 72 terawatt-horas de eletricidade em 2021, mais que

uplicando seu uso em 2017, segundo dados da Agência Internacional de Energia (IEA). No Brasil, um data center de grande porte pode consumir a mesma energia do que uma cidade de 30 mil habitantes. Bill Gates, criador da Microsoft, já diz, inclusive, que, para medir o consumo dos data centers, é preciso trocar os bites pelos megawatts. Criar a infraestrutura no entorno para abrigar esses data centers é um problema global. Muitos projetos tiveram de ser interrompidos por falta de capacidade para fornecimento de eletricidade. Ao mesmo tempo, as big techs querem ser protagonistas em iniciativas de descarbonização. Ou seja: não só querem energia como querem energia renovável. Todo esse contexto, portanto, traz uma grande oportunidade para o Brasil: aqui temos tecnologia, capital humano e uma trajetória confiável para a geração e a comercialização de energias renováveis.

Os investidores estrangeiros sabem que o mercado brasileiro conta com um cardápio de fontes renováveis de geração: eólica, solar fotovoltaica, biodiesel, biogás, biometano etc., que podem até ser combinadas com outras fontes —gás natural, por exemplo— que garantam redução de intermitência e segurança energética. A geração distribuída mais sustentável é seguramente um dos grandes apelos. O que falta é criar um arcabouço regulatório que fomente novos investimentos dando segurança jurídica e regulatória aos investidores. Um bom conjunto de políticas públicas pode ser indutor de desenvolvimento, favorecendo não só a chegada de novos data centers globais mas criando hubs tecnológicos próximos a centros universitários, gerando empregos e renda para os municípios envolvidos. Mais uma oportunidade para o Brasil, incentivando a mais do que urgente transição energética.

Tesla tem primeira queda na receita em quatro anos

Ações sobem 9% após montadora anunciar modelos ‘mais acessíveis’

Stephen Morris

SAN FRANCISCO | FINANCIAL TIMES A Tesla se comprometeu a antecipar o lançamento de modelos “mais acessíveis” de seus carros elétricos, ajudando suas ações a recuperar parte de suas recentes perdas, apesar de relatar uma queda de 9% na receita do primeiro trimestre deste ano após uma forte queda nas vendas. Em comunicado nesta terça (23), a empresa disse que atualizou projetos futuros para adiantar a produção de mode-

los novos, antes prevista para o segundo semestre de 2025. A Tesla acrescentou que esses modelos incluem carros “mais acessíveis” que poderiam ser produzidos em fábricas já existentes. As ações subiram mais de 9% nas negociações após o fechamento. Musk disse em janeiro que a empresa se preparava para iniciar a produção de um novo carro de menor custo em 2025, com preço de US\$ 25 mil (R\$ 128 mil), o Model 2. Mas as ações da empresa caíram após a agência de notíci-

as Reuters noticiar no início de abril o projeto havia sido engavetado, o que Musk negou. A empresa também reiterou seu plano de lançar um “robô-táxi” autônomo em agosto. “Enfrentamos inúmeros desafios, desde o conflito no Mar Vermelho e o ataque incendiário na Gigafactory em Berlim, até a produção gradual do Model 3 atualizado em Fremont”, disse a empresa sobre o início do ano. “As vendas globais de veículos elétricos continuam sob pressão, já que muitas montadoras priorizam híbri-

dos em vez de elétricos.” Sem a notícia de uma nova linha de veículos, o desempenho financeiro da empresa continuou decepcionante. A receita do primeiro trimestre de 2024 caiu para US\$ 21,3 bilhões, de US\$ 23,3 bi no mesmo período de 2023, ficando aquém das expectativas de US\$ 22,3 bi. É a primeira queda trimestral ano a ano da Tesla desde o início de 2020. O lucro ajustado por ação caiu 55% em relação ao ano anterior, e a montadora relatou o sexto trimestre segui-

+
Fortuna de Elon Musk encolhe US\$ 64,8 bi

Elon Musk, 52, perdeu US\$ 64,8 bilhões (R\$ 334 bilhões) desde o início do ano. O mau desempenho da Tesla explica a queda. Segundo o índice de bilionários da Bloomberg, Musk tem US\$ 164 bilhões (R\$ 854 bilhões), mas em janeiro sua fortuna era de US\$ 229 bilhões (R\$ 1,2 trilhão). O empresário tem negócios nos segmentos de carros elétricos, painéis solares, desenvolvimento de foguetes e satélites, implantes de chips cerebrais e redes sociais. Mark Zuckerberg (Meta) e Jeff Bezos (Amazon) agora estão à frente de Musk —ambos tiveram suas empresas impulsionadas pelo boom da IA. Zuckerberg e Bezos têm, US\$ 171 bilhões (R\$ 883 bilhões) e US\$ 199 bilhões (R\$ 1 trilhão).



Interior do Ora Ballet Cat; aquecimento no banco promete aliviar cólicas menstruais



Exterior do carro da GMW, que trava disputa judicial com a VW do Brasil

Fotos Eduardo Sodré/Folhapress

Ora Ballet Cat, o fusca elétrico chinês, é problema que a GWM não quer no Brasil

Eduardo Sodré

BAODING (CHINA) E SÃO PAULO A direção da GWM no Brasil tinha uma preocupação. Se o Ora Ballet Cat, mais conhecido como Fusca elétrico, estivesse entre os carros exibidos no campo de provas da marca, na cidade chinesa de Baoding, todos os outros ficariam em segundo plano. Mas não teve jeito. O fusca quatro portas foi o primeiro carro avistado ao chegar à pista. Os jornalistas brasileiros convidados pela marca —incluindo a Folha— correram em sua direção.

O veículo virou notícia novamente na semana passada, quando o jornal O Globo revelou que a GWM obteve uma decisão favorável na disputa judicial que trava com a Volkswagen no Brasil. No cenário atual, o Ballet Cat pode ser homologado e comercializado no mercado nacional. Mas a briga segue, já que a VW entrou com um recurso. Independentemente do resultado, a GWM do Brasil diz não planejar trazer o carro. Questões como a estratégia sexista que envolve o Ballet Cat são levadas em consideração. Na visão dos chineses, o fus-

ca elétrico foi desenvolvido para mulheres. Há itens como porta-maquagem e um sistema chamado “Lady’s Drive”, que faz o piloto automático manter distância maior do carro que vai adiante. O item mais polêmico é o sistema de aquecimento dos bancos dianteiros —que, segundo a GWM, serve para aliviar os incômodos gerados por cólicas menstruais. Chama-se “Warm Man Mode”, que significa “função calor do homem”. Questões de gênero à parte, o carro é bem construído. O interior mistura elementos retrô que remetem a diferen-

tes gerações do fusca original, com muitos cromados e forrações claras que imitam couro. As quatro portas são uma das diferenças em relação ao modelo clássico da Volks. Já os faróis, redondos no projeto alemão, têm um formato próprio no Ora Ballet Cat, com base reta e topo curvilíneo. A posição de dirigir é cômoda, com regulagens de altura e de profundidade da coluna de direção. Há teto solar com abertura eletrônica, ar-condicionado e airbags frontais, laterais e do tipo cortina. O painel de instrumentos forma uma tela única com

a central multimídia, sendo um item hi-tech em meio a elementos que remetem ao passado. Tudo parece ser forçosamente uma cópia kitsch, e esse é o espírito do carro. Com 4,40 m de comprimento e 2,75 m de distância entre os eixos, o carro oferece bom espaço no banco traseiro. A curvatura do teto, contudo, vai dificultar a vida de pessoas com mais de 1,80 m de altura que precisarem viajar nesta segunda fila. O porta-malas é pequeno, mas tem acionamento elétrico para abrir e fechar. Trata-se de um veículo com ape-lo urbano, principalmente na versão mais simples, que tem cerca de 170 cv de potência. O porte é muito semelhante ao do Ora 03, que é vendido no Brasil por a partir de R\$ 149,8

mil. Caso fosse importado para o mercado nacional, o Ballet Cat deveria custar entre R\$ 150 mil e R\$ 200 mil, a depender da versão. A direção do fusca elétrico é leve, mas não dá para dizer que o carro foi testado. Foi possível apenas andar um metro para frente e mais um para trás. Embora possa vender o carro no Brasil, o fusca elétrico é visto como um problema desnecessário pela administração nacional da GWM. A montadora ainda está em processo de construção de marca no país, e o Ballet Cat traz exatamente o que é desejável evitar: a fama de os carros chineses são cópias de automóveis ocidentais. O jornalista viajou a convite da GWM do Brasil